

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

Programa de Pós-Graduação em Educação

Patrícia Neves Orsetti

**UNIVERSIDADE EMPREENDEDORA: UM ESTUDO DE CASO NA
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI**

Diamantina

2016

Patrícia Neves Orsetti

**UNIVERSIDADE EMPREENDEDORA: UM ESTUDO DE CASO NA
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Ivana Carneiro Almeida
Coorientador: Prof. Dr. Juan Pedro Bretas Roa

**Diamantina
2016**

Ficha Catalográfica – Serviço de Bibliotecas/UFVJM
Bibliotecário Anderson César de Oliveira Silva, CRB6 – 2618.

O76a Orsetti, Patrícia Neves
Universidade empreendedora: um estudo de caso na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha E Mucuri / Patrícia Neves Orsetti. – Diamantina, 2017.
99 p.

Orientador: Ivana Carneiro Almeida
Coorientador: Juan Pedro Bretas Roa

Dissertação (Mestrado Profissional – Programa de Pós-Graduação em Educação) - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. 2016.

1. Desenvolvimento regional. 2. Empreendedorismo. 3. Inovação. 4. Universidade empreendedora. I. Título. II. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

CDD 378.101

Elaborado com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

PATRÍCIA NEVES ORSETTI

**UNIVERSIDADE EMPREENDEDORA: UM ESTUDO DE CASO NA UNIVERSIDADE
FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI**

Dissertação apresentada ao
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM EDUCAÇÃO, nível de MESTRADO
como parte dos requisitos para
obtenção do título de MESTRE EM
EDUCAÇÃO

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Ivana Carneiro
Almeida

Coorientador: Prof. Dr. Juan Pedro
Bretas Roa

Data da aprovação: 20/10/2016


Prof.ª Dr.ª MIRELI E CRISTINA DE ABREU QUINTELA - UFVJM


Prof. Dr. ANDRÉ LUIZ COVREL - UFVJM


Prof.ª Dr.ª IVANA CARNEIRO ALMEIDA - UFVJM


Prof. Dr. JUAN PEDRO BRETAS ROA

DIAMANTINA

Dedico este trabalho aos anjos em forma de pais, esposo, filhos,
familiares e amigos que Deus me presenteou nesta vida!

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais pelo amor de sempre, apoio e orações.

Ao Marco Túlio, que suportou minhas ausências e esteve sempre presente mesmo quando estive ausente.

Aos meus filhos, Beatriz e Gabriel, que pelo fato de existirem em minha vida foram os maiores motivadores.

À minha querida família, pela torcida.

À Prof^ª. Dr^ª. Ivana Carneiro Almeida, pela confiança e profissionalismo.

Ao Prof. Dr. Juan Pedro Bretas Roa, pela dedicação, paciência e incentivo, principalmente em momentos de muito cansaço.

Ao amigo Henrique, pelo apoio, reflexões, comentários e sugestões que auxiliaram significativamente na conclusão deste trabalho.

Às colegas de trabalho, pela força e suporte nas minhas ausências.

Também as amigas tiveram participação importante ao longo do mestrado, sendo assim, agradeço carinhosamente à amizade de Carolina, Juliana, Kelly e Angélica.

Em especial, agradeço a Deus, por esta e outras conquistas, pela força e por ter colocado tantas pessoas especiais em meu caminho.

“A escola não transforma a realidade, mas pode ajudar a formar os sujeitos capazes de fazer a transformação, da sociedade, do mundo, de si mesmos.”

(Paulo Freire)

RESUMO

Conhecimento gera inovação, que promove desenvolvimento. Com isso, a universidade enquanto ambiente de inovação em potencial, por ser um espaço de construção e disseminação de conhecimento, ocupa um papel fundamental no desenvolvimento de regiões e países. Nesse contexto, surge a concepção de universidade empreendedora, cujo conceito agrega uma missão de desenvolvimento econômico e social. Sob este enfoque, o presente trabalho propõe investigar se a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, em Diamantina, possui características de universidade empreendedora. O estudo foi orientado pelos cinco elementos de transformação para uma universidade empreendedora observados por Clark (1998) e foi proposta ainda, uma análise da região onde a Universidade está inserida. O procedimento metodológico proposto é de natureza qualitativa e fez-se o uso do estudo de caso no *campus* Juscelino Kubitschek da UFVJM. Identificou-se que a UFVJM apesar de apresentar algumas características que se enquadram nos elementos propostos para a análise, não pode ser ainda considerada uma universidade empreendedora em sua totalidade. Foi possível perceber também que a Região onde o campus JK está inserido, possui peculiaridades que mostram que para a UFVJM ser empreendedora precisa construir uma relação voltada às especificidades da sociedade e setor produtivo locais, considerando suas características e diferentes possibilidades de parceria. A partir dos resultados obtidos, pretende-se contribuir para uma melhor compreensão da interação universidade-sociedade visando o desenvolvimento regional.

Palavras-chave: Desenvolvimento Regional, Empreendedorismo, Inovação, Universidade Empreendedora.

ABSTRACT

Knowledge brings about innovation, which promotes development. The university is an innovative environment for exploring one's potential, because it provides a space where knowledge can be built and disseminated. Therefore, the university occupies a fundamental role in the growth of regions and countries. In this context, the concept of the enterprising university emerges, of which the mission is economic and social development. From this point of view, this study proposes to investigate whether the Federal University of Jequitinhonha and Mucuri Valleys (UFVJM) in Diamantina, Minas Gerais, possesses the characteristics of an enterprising university. The study was based on the five elements of transformation of an enterprising university observed by Clark (1998). This study also proposes an analysis of the region where the university is located. The proposed methodological procedure has a qualitative approach, based on a case study done on Juscelino Kubitschek Campus (Campus JK of UFVJM). Although UFVJM has some features that fit into the proposed elements for the analysis, it still cannot be considered, in its totality, an enterprising university. It was observed that the area where Campus JK is located has some peculiarities. These peculiarities highlight that UFVJM needs to build a relationship focused on the specificities of the local community and production sectors, keeping in mind their characteristics and different possibilities of partnership. It is clear from the results that the study intends to contribute to a better understanding of university-community interaction, aimed at regional development.

Keywords: Regional development, Innovation, Entrepreneurship, Entrepreneurial University.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Incidência de pobreza no estado de Minas Gerais	19
Figura 2 – Distribuição geográfica da UFVJM no interior do Estado de Minas Gerais.	55
Figura 3 – Dados sobre os cursos da UFVJM	56
Figura 4 – Ambiente de Inovação da UFVJM – município de Diamantina	65
Figura 5 – Faixas de IDH da Diamantina, segundo classificação do IBGE	75
Quadro 1– Tipos e definições de empreendedores	31
Quadro 2 – Definições de universidade empreendedora	35
Quadro 3 – Conceitos e características de universidade empreendedora	38
Quadro 4 – Incentivos do Governo às interações universidade/sociedade	41
Quadro 5 – Modelo de Matriz SWOT	51
Quadro 6 – Eventos realizados na UFVJM no período de 2008 a 2015	68
Quadro 7 – Matriz SWOT da UFVJM / Renda diversificada	79
Quadro 8 – Matriz SWOT da UFVJM / Capacidade fortalecida da administração	81
Quadro 9 – Matriz SWOT da UFVJM / Entorno de desenvolvimento	82
Quadro 10 – Matriz SWOT da UFVJM / Centro acadêmico estimulado.....	84
Quadro 11 – Matriz SWOT da UFVJM / Cultura empreendedora envolvente.....	85
Tabela 1– Taxa de crescimento do IDH no município de Diamantina	76

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Investimentos em P&D externo por empresas brasileiras.....	43
Gráfico 2 – Alunos matriculados nos cursos de graduação, de 2005 a 2015	57
Gráfico 3 – Diamantinenses na pós-graduação <i>stricto sensu</i> , 2005 a 2015	58
Gráfico 4 – Ingressantes pelo SASI provenientes de Diamantina, entre 2005 a 2015	59
Gráfico 5 – Programas de extensão realizados no período de 2005 a 2015	61
Gráfico 6 – Projetos de extensão realizados no período de 2005 a 2015	61
Gráfico 7 – Cursos realizados no período de 2005 a 2015	62
Gráfico 8 – Eventos de extensão realizados no período de 2005 a 2015	62
Gráfico 9 – Prestações de serviço realizados no período de 2005 a 2015.....	63
Gráfico 10 – Evolução dos depósitos de patentes pela UFVJM.....	65
Gráfico 11 – Distribuição das Empresas por porte (2014)	74
Gráfico 12 – Evolução do IDH do município de Diamantina/1991 - 2010.....	75
Gráfico 13 – Escolaridade da população adulta (25 anos ou mais) de Diamantina/2010	76
Gráfico 14 – Produto Interno Bruto do município de Diamantina/2000-2011.....	77
Gráfico 15 – Renda <i>per capita</i> do município de Diamantina/1991 – 2010.....	77
Gráfico 16 – Valor adicionado por setor da economia em Diamantina, 2000/2011	78

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AUTUM	Association of University Technology Managers
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEATS	Centro de Empreendedorismo Social e Administração em Terceiro Setor
CITec	Centro de Inovação Tecnológica da UFVJM
CNPq	Conselho Nacional de Pesquisa
CONSEPE	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
ETT	Escritório de Transferência de Tecnologia
EUA	Estados Unidos da América
FAFEID	Faculdades Federais Integradas de Diamantina
FAFEOD	Faculdade Federal de Odontologia de Diamantina
FAOD	Faculdade de Odontologia de Diamantina
FAPEMIG	Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais
FCBS	Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde
FIEMG	Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FORPROEXC	Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Ensino Superior
FUNDAEPE	Fundação Diamantinense de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Indicador de Desenvolvimento Humano
IEF	Instituto Estadual de Florestas
IEPHA	Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais
IES	Instituição de Ensino Superior
INPI	Instituto Nacional de Propriedade Intelectual
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
JK	Juscelino Kubitschek
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MCT	Ministério de Ciência e Tecnologia
MEC	Ministério da Educação
NITEC	Núcleo de Inovação Tecnológica
NPESocial	Núcleo de Pesquisa sobre Empreendedorismo Social
OMPI	Organização Mundial de Propriedade Intelectual

PADCT	Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico
PARTEC	Parque Tecnológico
PD&I	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
PIB	Produto Interno Bruto
PINTEC	Pesquisa Industrial de Inovação Tecnológica
PNE	Plano Nacional de Educação
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROEXC	Pró-Reitoria de Extensão e Cultura
PROCAMPO	Programa de Licenciatura em Educação para o Campo
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SASI	Seleção Seriado
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECTES	Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
UFVJM	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
URJ	Universidade do Rio de Janeiro
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

Apresentação.....	13
1. Introdução.....	14
1.1 Contextualização e o problema de pesquisa.....	14
1.2 Justificativa	20
2. A Universidade	22
2.1 Resgate histórico.....	22
2.2 O papel da universidade	23
3. Universidade Empreendedora.....	27
3.1 Universidade Empreendedora: conceitos e princípios.....	27
3.1.1 Empreendedorismo	33
3.1.2 Inovação	36
3.2 Principais características de uma universidade empreendedora.....	37
3.3 O contexto brasileiro	39
3.4 A universidade empreendedora no desenvolvimento econômico e social.....	44
4 Metodologia.....	46
4.1 Caracterização da pesquisa	46
4.2 Unidade de estudo	47
4.3 Coleta dos dados	47
4.4 Análise dos dados.....	48
4.4.1 Elementos para análise	48
4.4.2 Análise SWOT	49
5 Apresentação e análise dos dados	52
5.1 A Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.....	52
5.1.1 Breve Histórico da UFVJM	52
5.1.2 Contexto Atual da UFVJM.....	54
5.2 A Região	69
5.2.1 Um pouco da história de Diamantina	70
5.2.2 Diamantina hoje	73
5.3 A UFVJM sob a ótica da universidade empreendedora	79
6 Considerações Finais.....	88
6.1 Sugestões para pesquisas futuras.....	89
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	90
ANEXOS	98

Apresentação

O presente trabalho pretende oferecer uma contribuição para o estudo das interações universidade-sociedade sob a perspectiva de universidade empreendedora. Sua premissa básica é que essas interações são muito importantes para gerar desenvolvimento cultural, social, econômico e tecnológico para as regiões onde as universidades estão inseridas.

Este estudo se concentra na importância do conhecimento científico para a geração de riqueza e para a promoção do bem-estar social. O trabalho se divide em seis capítulos. O primeiro fará uma breve apresentação do contexto da pesquisa, do problema identificado, do objetivo geral e dos objetivos específicos estabelecidos, como também da relevância do trabalho e justificativa.

O capítulo dois se inicia com um resgate histórico da universidade no mundo, especificando a universidade brasileira e finalizando com reflexões sobre o papel da universidade.

O caminho teórico percorrido no capítulo três aborda o conceito, o princípio e as características da universidade empreendedora, relatando o contexto mundial e brasileiro, finalizando com os benefícios da universidade empreendedora para o desenvolvimento econômico e social.

O quarto capítulo apresenta a metodologia utilizada para atender os objetivos propostos para o trabalho.

No quinto capítulo, é realizada uma apresentação da história e atualidade da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, ressaltando as ações e produções voltadas para o empreendedorismo e desenvolvimento regional. Neste capítulo, também é apresentado o município de Diamantina, desde sua formação até os dias atuais, descrevendo indícios do seu desenvolvimento. O capítulo é encerrado com uma análise conclusiva de como a UFVJM se posiciona frente às características de universidade empreendedora. Finalmente, no sexto capítulo são apresentadas as considerações finais e sugestões para pesquisas futuras.

1 Introdução

Apesar da reconhecida contribuição da universidade para a construção do futuro, sabe-se que a sociedade espera mais do que ela vem realizando e deposita grande expectativa na educação como o principal pilar do desenvolvimento de seus países. No Brasil, ações do governo na última década têm sido desenvolvidas e ampliaram sobremaneira o acesso ao ensino superior. Espera-se que a democratização do ensino e a ampliação do acesso sejam capazes de promover progresso econômico e social para propiciarem qualidade de vida e bem-estar à população. Com isso, faz-se necessária maior participação das universidades no processo de desenvolvimento socioeconômico das regiões nas quais estão inseridas.

1.1 Contextualização e o problema de pesquisa

As universidades vêm passando por mudanças frente às demandas da sociedade, que aspira por uma instituição acadêmica que vá além da formação, desempenhando um papel importante no desenvolvimento de regiões. Surge, portanto, a partir dessa realidade, a concepção de universidade empreendedora, cujo conceito agrega, às instituições acadêmicas, uma missão voltada ao desenvolvimento econômico e social. Essa nova postura aproxima a universidade das demandas da sociedade e posiciona a academia como um importante vetor para o desenvolvimento econômico e social.

Cabe ressaltar que as demandas mencionadas da sociedade vão desde questões sociais até demandas direcionadas ao desenvolvimento econômico e tecnológico que poderão possibilitar ganhos em qualidade de vida, além de proporcionar a ampliação do emprego e da renda da sociedade atendida. A universidade pode se posicionar como facilitadora desses processos atendendo às demandas, incluindo àquelas que contemplem especificidades regionais.

O conhecimento, a inovação e a tecnologia são elementos de destaque nas teorias evolucionárias.

Segundo Bresser-Pereira (2008), o desenvolvimento econômico de um país é o processo de acumulação de capital e inserção de progresso técnico ao trabalho e ao capital que leva ao aumento da produtividade, dos salários, e do padrão médio de vida da população.

Considerando que o desenvolvimento econômico implica mudanças estruturais, culturais e institucionais, existe uma tradição que desaprova a identificação de desenvolvimento econômico com crescimento da renda per capita ou simplesmente crescimento econômico. Schumpeter (1997) foi o primeiro economista a considerar esse fato,

quando afirmou que o desenvolvimento econômico implica transformações estruturais do sistema econômico que o simples crescimento da renda per capita não assegura. O autor usou essa distinção para salientar a ausência de lucro econômico em um fluxo onde no máximo ocorreria crescimento, e para mostrar a importância da inovação – ou seja, de investimento com incorporação do progresso técnico – no verdadeiro processo de desenvolvimento econômico.

A inovação tecnológica foi introduzida na discussão econômica por Schumpeter (1997) como determinante do processo de desenvolvimento econômico, que segundo o autor, vem pela mudança que quebra o estado estacionário. Para o autor, as inovações, quando introduzidas na atividade econômica, produzem mudanças que são qualitativamente diferentes daquelas alterações do dia-a-dia, levando ao rompimento do equilíbrio alcançado em um fluxo previsível de desenvolvimento. Assim, a evolução econômica se caracteriza por rupturas e descontinuidades com a situação presente e se devem à introdução de novidades na maneira de o sistema funcionar. (COSTA, 2006).

Segundo Barquero (2001), o desenvolvimento econômico e a dinâmica produtiva dependem das inovações e do conhecimento, uma vez que a acumulação de capital se traduz por acumulação de tecnologia e de conhecimento, concluindo então que os processos de conhecimento e mudança estrutural decorrem de inovações no sistema produtivo.

No modelo de desenvolvimento local não é diferente, essa perspectiva teórica envolve também o aspecto endógeno das fontes de desenvolvimento regional. O aspecto endógeno refere-se ao fato de o desenvolvimento ser determinado por atores internos à região, sejam eles empresas, organizações, instituições de ensino, sindicatos ou outras instituições.

Segundo Amaral Filho *apud* Campos, Callefí e Souza (2005, p.164),

o desenvolvimento endógeno pode ser entendido como um processo de crescimento econômico que implica em uma contínua ampliação da capacidade de geração e agregação de valor sobre a produção bem como da capacidade de absorção da região, na retenção do excedente econômico gerado na economia local e na atração de excedentes provenientes de outras regiões. Esse processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto e da renda local/regional gerada por uma determinada atividade econômica.

O desenvolvimento endógeno apresenta alguns padrões, dentre eles o controle sobre o processo de inovação, ou seja, a capacidade de interiorização e assimilação da inovação tecnológica ou organizacional, ou ainda de introduzir inovação diretamente. Significa, portanto, capacidade de inovação a nível local (GAROLFOLI, 1992).

Nesse processo, os agentes locais (instituições públicas, associações empresariais, instituições de ensino e pesquisa e as empresas) têm um papel ativo na potencialização dos fatores determinantes do desenvolvimento local.

As universidades, portanto, devem assumir uma postura proativa, transformando conhecimento e agregando valor econômico, social e cultural, considerando os conceitos de empreendedorismo e inovação.

Autores como Clark (1998 e 2003) e Etzkowitz (1998) têm utilizado, nos últimos anos, o termo “empreendedorismo” com frequência na área acadêmica, sustentando que a visão de uma universidade empreendedora é resultado das variadas demandas da sociedade e da procura de sustentabilidade das instituições.

Complementarmente, Fernando Dolabela, professor, consultor, escritor e criador de um programa de ensino para a educação básica e universitária sobre empreendedorismo, alega que o conceito de empreendedorismo não se reduz mais ao âmbito empresarial e sim a uma forma de ser, de conceber a vida. Ele defende a disseminação do conhecimento do empreendedorismo como fator importante para o desenvolvimento econômico e social do país. Segundo Dolabela (2003, p.28)

Se o estudo das oportunidades ainda não faz parte do currículo ou das prioridades da educação formal, da pré-escola à universidade, isso terá que mudar. Ele é hoje essencial, porque é o principal conhecimento do empreendedor.

Com um enfoque social, algumas universidades brasileiras já incentivam e praticam o empreendedorismo há algum tempo, como a Universidade Federal de Uberlândia (UFU), por meio do Núcleo de Pesquisa sobre Empreendedorismo Social – NPESocial, bem como a Universidade de São Paulo (USP), por meio do Centro de Empreendedorismo Social e Administração em Terceiro Setor – CEATS, que dissemina e aplica o conhecimento sobre cidadania empresarial, sustentabilidade, gestão e empreendedorismo social (NPESOCIAL, 2016; FEAUSP, 2016).

O termo “inovação” é definido legalmente no Brasil como

introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo e social que resulte em novos produtos, serviços ou processos ou que compreenda a agregação de novas funcionalidades ou características a produto, serviço ou processo já existente que possa resultar em melhorias e em efetivo ganho de qualidade ou desempenho. (LEI Nº 13.243, DE 11 DE JANEIRO DE 2016)

Assim, para viabilizar-se, toda inovação deve responder a uma necessidade social, à existência de capacidade científica, tecnológica e de recursos que permitam sua execução (humanos, materiais, financeiros) (AUDY, 2006).

A criação, manutenção, compartilhamento e utilização do conhecimento geram inovação, dessa forma, a universidade em si é um ambiente de inovação em potencial, como criadora e disseminadora de conhecimento. No entanto, tão importante quanto a criação, a transferência desse conhecimento para a sociedade é essencial para que haja desenvolvimento (CASADO *et al.*, 2012).

Riedi (2004) destaca que a transmissão de conhecimento sob todas as formas e caminhos possíveis à sociedade, pelas Instituições de Ensino Superior, representa mais que sua missão, mas sua obrigação. Porém, a transferência de conhecimento nem sempre é traduzida em desenvolvimento econômico. Em parte, a sociedade não se apropria destes conhecimentos gerados, não permitindo que se transformem em tecnologias. Portanto, na transferência de tecnologia, transfere-se tanto o produto quanto o conhecimento de sua utilização e aplicação (BOZEMAN, 2000).

Complementarmente, Freire (2006) defende a importância da construção conjunta do conhecimento, na qual a sociedade não se limita ao papel de receptora do conhecimento criado na universidade e transmitido numa via de mão única para a sociedade. O autor parte do pressuposto de que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção. Ainda segundo o educador:

“...no processo de aprendizagem, só aprende verdadeiramente aquele que se apropria do aprendido, transformando-o em apreendido, com o que pode, por isso mesmo, re-inventá-lo; aquele que é capaz de aplicar o aprendido-apreendido a situações existenciais concretas. Pelo contrário, aquele que é “enchido” por outros de conteúdos cuja inteligência não percebe, de conteúdos que contradizem a própria forma de estar em seu mundo, sem que seja desafiado, não aprende”(FREIRE, 2006, p.13).

Isso leva à dedução de que para o conhecimento efetuar mudanças significantes nas atitudes de uma sociedade em relação a qualquer aspecto é necessário conhecer sua visão do mundo e confrontá-lo em sua totalidade. Na construção do conhecimento gerado e disseminado na universidade, é importante a participação da sociedade com sua visão, anseios e necessidades para que este conhecimento gere, de fato, desenvolvimento tecnológico e social.

Para desempenhar adequadamente a função de construção conjunta e transmissão de conhecimento e tecnologia à sociedade, a universidade depende de sua efetividade

organizacional e de sua capacidade empreendedora. Além disso, percebe-se a necessidade urgente da compreensão, por parte da universidade, de seu papel no processo de desenvolvimento socioeconômico.

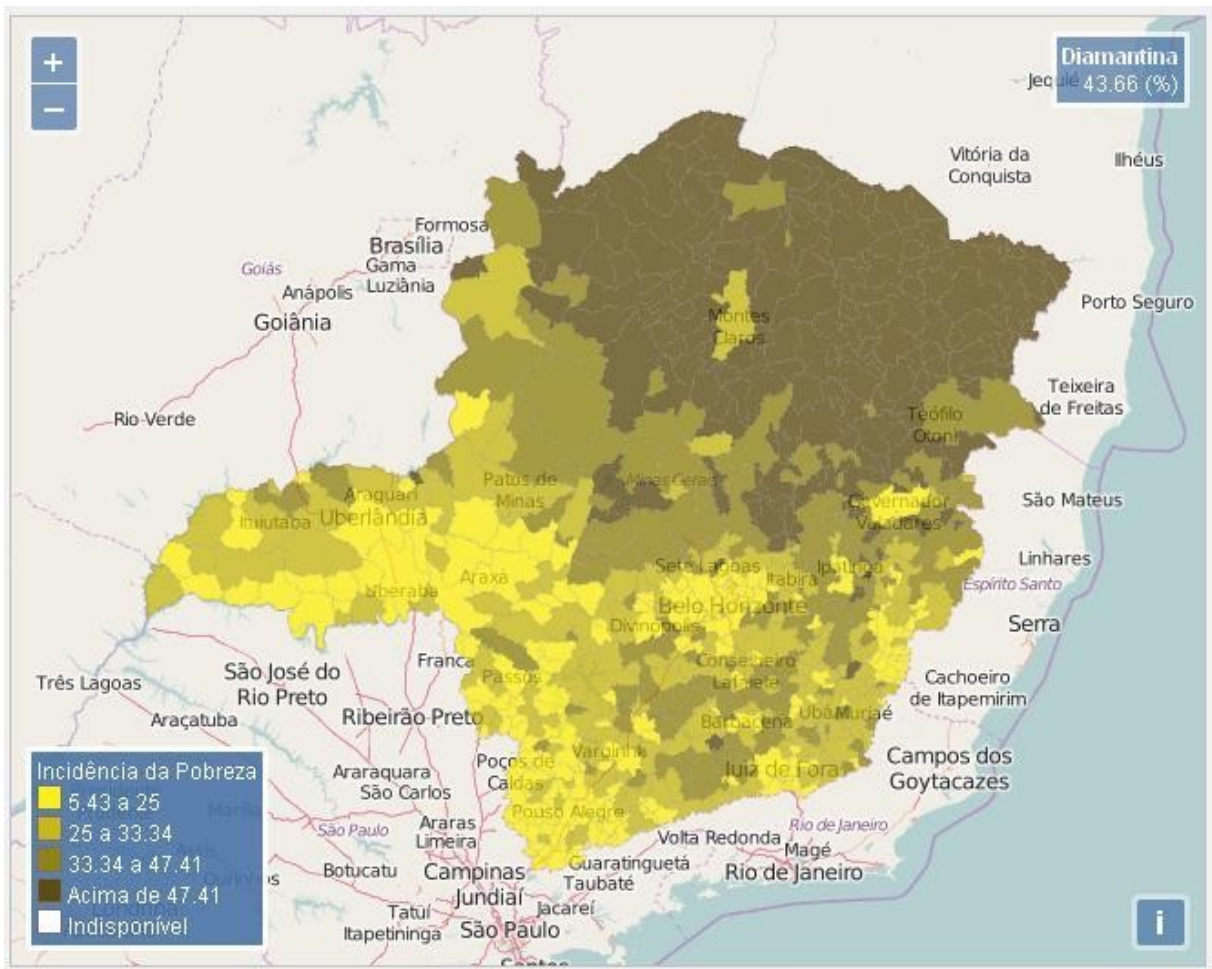
Contudo, conforme Teixeira e Audy (2006), essas demandas geram novos desafios às universidades: atender às exigências dos novos tempos por renovação, principalmente na interação e extensão do conhecimento à sociedade, além de manter e preservar sua tradição de excelência em ensino e pesquisa.

Conforme Novo e Melo (2003), o momento em que a extensão é atribuída à universidade pode ser considerado seu estágio mais avançado, pois é por meio da extensão que a universidade poderá alcançar sua plenitude, ao interagir com a sociedade na construção de conhecimentos e com isso, possibilitar desenvolvimento. Ressalta-se que é o homem enquanto sujeito, aquele capaz de conhecer, participar, questionar e contribuir com sua ação transformadora sobre a realidade (FREIRE, 2006).

A UFVJM tem como área de abrangência toda a porção norte do Estado de Minas Gerais, nas regiões do Vale do Jequitinhonha, Vale do Mucuri, Região Norte e Noroeste, marcadas por grandes desigualdades sociais e de desenvolvimento econômico, com elevados índices de pobreza e desnutrição. Conforme dados do Censo 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Estado de Minas Gerais, cerca de 909 mil habitantes vivem em situação de miséria, sendo que 51% estão nos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri e no Norte de Minas (IBGE, 2016).

A Figura 1 ilustra a incidência da pobreza no estado de Minas Gerais. A cidade de Diamantina, apresenta uma incidência de pobreza de 43,66%.

Figura 1 - Incidência de pobreza no estado de Minas Gerais.



Fonte: IBGE, 2016.

Frente aos desafios das universidades e considerada a região onde a UFVJM está localizada, surge o questionamento se a UFVJM atua como uma Universidade Empreendedora, em particular, considerando a cidade de Diamantina – MG, cidade sede da UFVJM.

Diante do exposto, o presente trabalho se propõe a estudar a interação entre a Universidade e a sociedade, com vistas à caracterização empreendedora, voltada ao desenvolvimento regional na cidade de Diamantina/MG, município localizado no Vale do Jequitinhonha, onde se encontra o *campus* Juscelino Kubitschek – JK, considerado o *campus* sede da UFVJM.

Dessa forma, o objetivo geral do trabalho é investigar se a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, em Diamantina, possui características de universidade empreendedora.

Especificamente pretende-se:

- a) identificar as estruturas, produções e ações da UFVJM que podem contribuir direta e/ou indiretamente para o desenvolvimento regional;
- b) descrever como o município de Diamantina se desenvolveu a partir da criação da UFVJM;
- c) avaliar como a UFVJM, no município de Diamantina, se posiciona frente a algumas características de universidade empreendedora apresentadas na literatura.

1.2 Justificativa

As universidades, em várias partes do mundo, vêm passando por profundas mudanças, reavaliando seu papel e suas ações institucionais, incluindo em seus objetivos temas como desenvolvimento regional, empreendedorismo e inovação. Um exemplo da crescente importância dada a esse tema, no Brasil, é o novo marco legal da Ciência, Tecnologia e Inovação, legislação sancionada em onze de janeiro de 2016, cuja proposta é instituir o Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, que regulamenta as parcerias público-privadas na área da pesquisa em tecnologia e inovação (BRASIL, 2016).

A interação da universidade com a sociedade e a sua reestruturação frente às novas demandas, não só as demandas do ambiente externo à universidade, mas também às necessárias reestruturações da instituição Universidade, se fazem imprescindíveis. Em especial, a forma de financiamento dos projetos em desenvolvimento, que em grande parte são financiados por órgãos de fomento com recursos públicos e deverá coexistir com outras fontes de financiamento, fruto da aproximação das universidades com outros setores da sociedade, públicos ou privados.

É necessário o entendimento de quais ações são desenvolvidas nas universidades e como estão sendo feitas para que seja possível a sua reorganização a fim de que esta possa ser uma promotora de desenvolvimento regional, com fontes diversificadas de financiamento e atendendo a sociedade em diversos setores, promovendo desenvolvimento sustentável, seja este social, econômico ou ambos.

As universidades precisam estar preparadas para essa nova realidade, pois interagir com a sociedade a fim de construir e disseminar os conhecimentos, inserindo-os nos processos produtivos e de desenvolvimento humano, é um grande desafio. Para alcançar esse nível de comprometimento é necessário um ambiente organizacional fortemente integrado em toda a universidade. Nesse aspecto, há carência de estudos sobre como se organizam as universidades brasileiras para realizar essa missão voltada para o desenvolvimento, o que

impede de observar o funcionamento de suas atividades, resultados e formas de estruturação utilizadas para desenvolvimento de seus processos de transferência de conhecimento (SANTOS, 2010; MOTTA, 2008).

Percebe-se, contudo, que o desafio de uma Universidade Empreendedora envolve transformações institucionais que se enquadrem em processos dinâmicos, caracterizados pela agregação da função de desenvolvimento socioeconômico às clássicas abordagens de ensino, pesquisa e extensão. A Universidade deverá agir de forma integrada, dentro das perspectivas de desenvolvimento, promovendo o atendimento das demandas internas e externas às suas áreas de atuação em projetos voltados à solução de necessidades regionais. (CASADO *et al.* 2012).

Considerando que a UFVJM é uma universidade nova, instituída como tal em 2005, que tem como missão, conforme UFVJM (2015): “Produzir e disseminar o conhecimento e a inovação integrando o ensino, a pesquisa e a extensão como propulsores do desenvolvimento regional e nacional”, está em processo de consolidação e tem como visão “estar entre as melhores Instituições de Ensino Superior do Brasil, reconhecida e respeitada pela excelência do ensino, da pesquisa e da extensão, contribuindo para o desenvolvimento nacional, em especial dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri”, a presente análise se faz relevante, pois visa apresentar um estudo de caso baseado nos princípios de universidade empreendedora sobre a UFVJM e a sua relação com a sociedade na cidade de Diamantina – MG.

Os resultados poderão servir como subsídios para que sejam adotadas políticas institucionais para aprimorar sua forma de contribuição à sociedade promovendo desenvolvimento sustentável, seja este social, econômico ou ambos.

2 A Universidade

2.1 Resgate histórico

A Universidade teve sua origem na Idade Média, na Europa Medieval, com a missão de preservação e transmissão do conhecimento e, ao longo do tempo, se disseminou para os demais continentes, passando por grandes transformações e incorporando novas funções. As primeiras universidades surgem em Bolonha - Itália em 1088, em Paris - França em 1120 e, em Oxford - Inglaterra em 1130 e têm suas origens nas escolas medievais dos séculos IX e X (CHARLE e VERGER, 1996; D'AMBRÓSIO, 2009).

O início do século XIII marcou a transição das escolas para as universidades. Conforme Charles e Verger (1996), os séculos XIV e XV marcam uma nova fase, quando são fundadas novas universidades, as primeiras resultantes de atos políticos. Entre os séculos XVI e XVIII, o número de universidades foi aumentando e, de acordo com os autores, passa de 60 universidades ativas, em 1500, para 143, em 1790. É nesse período também que surgem as universidades fora da Europa.

Na América Latina, as primeiras universidades foram em Santo Domingo - República Dominicana, Lima - Peru e Cidade do México - México; nos Estados Unidos, foram Harvard, Williamsburg e Yale (CHARLE e VERGER, 1996).

As funções básicas da universidade eram delineadas na sua origem por duas correntes: um grupo defendia que a função da universidade consistia na formação profissional, enquanto outro grupo defendia o desenvolvimento de pesquisas científicas e a formação de profissionais. Para este último grupo, a universidade deveria ser um foco de cultura, de disseminação do conhecimento e formadora de uma ciência nova (ABE, *apud* FÁVERO, 2006).

O papel da universidade na preservação e transmissão do conhecimento foi gradualmente sendo alterado. Tais transformações deram-se dentro do contexto de duas grandes revoluções acadêmicas: a primeira ocorreu no final do século XVII, nos Estados Unidos, agregando a pesquisa como missão, além das atividades de ensino; e a segunda, no século XX, incluiu à missão das universidades a extensão como uma forma de atuação direta no desenvolvimento econômico e social (ETZKOWITZ, 1998).

No Brasil, somente no início do século XIX, com a transferência da sede da monarquia portuguesa para o país, foi que começaram a surgir as primeiras Instituições de Ensino Superior (IES), porém, de caráter profissionalizante (CUNHA, 1980). Em 1920, foi

instituída a Universidade do Rio de Janeiro (URJ), resultado da junção de três escolas tradicionais, a Escola Politécnica, a Escola de Medicina do Rio de Janeiro e as Faculdades Livres de Direito, dando origem à primeira universidade oficial do país. Apesar da transformação em universidade, não houve integração entre elas e cada uma conservava suas características originais (FÁVERO, 2006).

Ao longo dos anos, as universidades foram se espalhando pelo país de acordo com a necessidade, influência política dos locais onde eram implantadas, ou ambos. O processo de federalização, ocorrido em meados do século XX, foi responsável pelo aumento da oferta pública de ensino superior gratuito, assim como pela criação da maior parte das universidades federais. O processo de modernização do ensino superior articulou-se a partir da tentativa de sincronizar a Educação com as necessidades do desenvolvimento econômico e social, associado ao processo de industrialização brasileira a partir da década de 1950. Quando o processo de industrialização se intensificou no Brasil, entre as décadas de 1950 e 1980, o número de IES aumentou consideravelmente. Em 1980 o País contava com 882 instituições de ensino superior, dentre as quais 65 podiam ser consideradas universidades (MACULAN e MELLO, 2009; CUNHA, 2000).

Ao longo da história da universidade no Brasil, vários foram os momentos de transformações. As mudanças frequentemente estiveram presentes nas instituições acadêmicas, sempre em busca de novas soluções, de forma a oferecer uma educação de qualidade capaz de promover o ensino, a pesquisa e a extensão.

2.2 O papel da universidade

As universidades, a rigor, foram criadas para atender uma determinada fatia da sociedade, ou seja, prover ao Estado e à Igreja Católica profissionais capacitados para gerenciar seus negócios. No Brasil, não se deu de maneira diferente, pois foram criadas não para atender às necessidades fundamentais da realidade da qual faziam parte, mas concebidas como um bem cultural oferecido às minorias, sem se constituir em espaço de investigação científica e de produção de conhecimento (FÁVERO, 2006).

No entanto, apesar das restrições na oferta do ensino, à luz da legislação brasileira, percebe-se que mesmo as concepções mais antigas definem o papel da universidade como responsável pela produção e disseminação do conhecimento para o bem coletivo.

O primeiro decreto que estabeleceu os padrões de organização para as instituições de ensino superior – Decreto 19.851, de 11 de abril de 1931, deixa clara essa ideia em seu artigo primeiro:

O ensino universitário tem como finalidade: elevar o nível de cultura geral, estimular a investigação científica em quaisquer domínios dos conhecimentos humanos; habilitar ao exercício de atividades que requerem preparo técnico e científico superior; concorrer, enfim, pela educação do indivíduo e da coletividade, pela harmonia de objetivos entre professores e estudantes e pelo aproveitamento de todas as atividades universitárias, para a grandeza na Nação e para o aperfeiçoamento da Humanidade. (BRASIL, 1931, art. 1º).

Desde a instalação da primeira universidade no Brasil, em 1920 - Universidade do Rio de Janeiro, antes mesmo da promulgação do Decreto 19.851/1931, as universidades buscaram exercer o seu papel. No entanto, o maior incentivo à difusão do conhecimento, principalmente com foco no desenvolvimento regional é mais bem percebido após a atribuição da extensão à universidade. Isso ocorreu na década de 1980, com o seu reconhecimento legal na Constituição e com a organização do Fórum de Pró-Reitores de Extensão.

A indissociabilidade do tripé ensino-pesquisa-extensão é reforçada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que define a estrutura da Educação Superior de graduação e pós-graduação. Tratando mais especificamente das universidades, define que tais instituições são pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por:

I – produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional;

II – um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado;

III – um terço do corpo docente em regime de tempo integral (BRASIL, 1996, art. 52).

Essa definição é utilizada também pelo Ministério da Educação – MEC, para diferenciar uma universidade das demais instituições de ensino superior.

O Plano Nacional de Educação (PNE), Lei n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001, trata da finalidade da universidade, a qual, em sua essência, é a de produzir e disseminar o conhecimento:

[...] a importância que se deve dar às Instituições de Ensino Superior (IES), mormente à universidade e aos centros de pesquisa, erige-se sobre a constatação de que a produção de conhecimento, hoje mais do que nunca e assim tende a ser cada vez mais a base do desenvolvimento científico e tecnológico e que este é que está criando o dinamismo das sociedades atuais. [...] As universidades constituem, a partir da reflexão e da pesquisa, o principal instrumento de transmissão da

experiência cultural e científica acumulada pela humanidade. Nessas instituições apropria-se o patrimônio do saber humano que deve ser aplicado ao conhecimento e desenvolvimento do País e da sociedade brasileira. A universidade é, simultaneamente, depositária e criadora de conhecimentos (BRASIL, 2001).

Percebe-se que a legislação, de uma forma geral, supõe que a universidade não existe de maneira isolada do ambiente onde está inserida, uma vez que além do ensino, ela é responsável pela pesquisa, produzindo novos conhecimentos e pela extensão, aplicando e difundindo esses conhecimentos com a sociedade.

Delors *et al.* (1996) ponderam que a pesquisa científica deve ser independente e estar protegida de pressões políticas e ideológicas, mas deve também contribuir para o desenvolvimento de longo prazo da sociedade. Ainda conforme os autores, sobretudo nos países que têm especial necessidade de progredir no domínio da tecnologia, é preciso evitar que o ensino das ciências ceda a um academicismo estéril e se encerre em si próprio, da mesma forma que a qualidade da ciência não deve ser sacrificada em troca de uma preocupação imediata pela produtividade. A ciência é um valor universal e de longo alcance (DELORS *et al.*, 1996).

Etzkowitz (1998) reforça esta ideia, observando que uma parcela significativa da comunidade acadêmica passou a não acreditar mais na ideia da torre de marfim¹ para o desenvolvimento de pesquisas. O autor salienta que essa separação nas duas formas de pesquisa está sofrendo modificações e que os pesquisadores estão cada vez mais dispostos a executar ambas as atividades, desenvolver a pesquisa básica, mas, também a pesquisa aplicada.

Quanto à extensão, Saviani (1987) defende que ela não deve ser pensada de forma assistencialista, a universidade deve importar-se com o seu entorno colocando (estendendo) os seus conhecimentos a serviço da solução dos problemas reais daqueles que estão fora dela. “Cabe à universidade socializar seus conhecimentos, difundindo-os à comunidade e se convertendo, assim, numa força viva capaz de elevar o nível cultural geral da sociedade” (SAVIANI, 1987, p.48).

A universidade exerce o seu papel por meio do seu corpo técnico, discente, docente e comunidade, ou seja, pelas pessoas que a constituem. São elas que contribuem para o desenvolvimento de uma universidade integrada com a sociedade e que tem o dever de com

¹ *Torre de marfim* é uma expressão utilizada para simbolizar a situação em que os pensadores e intelectuais se envolvem em questionamentos desvinculados das preocupações práticas do dia a dia. Henry Etzkowitz utiliza essa expressão para representar a visão de alguns pesquisadores que se dedicam apenas ao ensino, publicações científicas e realização de pesquisa básica, sob o argumento de que a pesquisa aplicada significa ceder aos apelos imediatistas do mercado.

ela difundir o conhecimento. Nesse contexto, é importante lembrar que a sociedade possui também conhecimentos que devem ser considerados e podem ser elaborados e aprofundados pela universidade para depois serem “devolvidos” de forma a beneficiar o coletivo.

A universidade, enquanto ambiente de construção do conhecimento, torna-se essencial para o desenvolvimento da sociedade. Afinal, sem educação, trabalho, cidadania e ética não há crescimento social, político e econômico, o que afeta a qualidade e expectativa de vida da população.

Especialmente neste momento recente de instabilidade política e econômica do país vivenciado nos últimos anos e, considerando a rapidez das mudanças do mundo globalizado, as universidades também vêm promovendo reflexões sobre como se portar diante das mudanças de mercado. Bem como reflexões que visem encontrar alternativas para que, por meio de seus segmentos de ensino, pesquisa e extensão, possam promover a construção de um futuro melhor, aliando produção e disseminação do conhecimento ao desenvolvimento da cidadania e melhoria da qualidade de vida da sociedade.

Considerando a situação e o disposto no inciso VI do artigo 43, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, “[...] estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade [...]” (BRASIL, 1996, art. 43, inc. VI), entende-se o espaço da universidade como local propício, além do ensino, à prática da pesquisa, inovação e interação com a sociedade para o desenvolvimento regional.

3 Universidade Empreendedora

Etzkowitz (1998) já identificava que, do ponto de vista de sua missão, as universidades haviam passado por duas grandes revoluções desde a sua criação, no século XI, na Europa, quando o foco era apenas o Ensino. A primeira, agregando a pesquisa como missão além das atividades de ensino e, a segunda, agregando à missão das universidades a atuação direta no desenvolvimento econômico e social, o que dá origem ao conceito de Universidade Empreendedora.

A universidade, neste cenário, deve ser empreendedora, desenvolvendo mecanismos que incorporem as características da sociedade do conhecimento e da aprendizagem no seu Plano Pedagógico Institucional e no seu Modelo de Gestão.

A seguir, são apresentados alguns conceitos relevantes associados à visão de universidade empreendedora.

3.1 Universidade Empreendedora: conceitos e princípios

A Universidade Empreendedora é definida por Etzkowitz (2003) como uma instituição que possui a capacidade de gerar uma direção estratégica a seguir, formulando objetivos acadêmicos claros e transformando o conhecimento gerado na Universidade em um valor econômico e social. O autor considera ainda a Universidade um ambiente propício à inovação, pela concentração de conhecimento e de capital intelectual, onde os estudantes são uma fonte potencial de empreendedores.

Por sua vez, Clark (2003) conceitua Universidade Empreendedora como uma instituição ativa, que faz mudanças em sua estrutura e no modo de reagir às demandas internas e externas. O autor realizou uma extensa pesquisa em cinco grandes universidades europeias, descritas como extremamente proativas nos seus esforços para reformar sua configuração – Universidade de Warwick, na região central da Inglaterra, Universidade de Twente, no leste da Holanda, Strathclyde em Glasgow, Escócia, Universidade de Joensuu na região rural da Finlândia e a Universidade Tecnológica de Chalmers em Gothenburg, Suécia. Esse estudo revelou cinco elementos comuns que identificam o caminho da transformação (CLARK, 1998, 2003; 2006), que podem ser sintetizados da seguinte forma:

1. renda diversificada da universidade: refere-se à ampliação de fontes de financiamento, tanto para a sustentabilidade da pesquisa como para a própria sustentabilidade da Universidade;
2. capacidade fortalecida de administração: refere-se à postura forte e clara da direção a ser seguida, aceita tanto pela administração central quanto pelos departamentos acadêmicos;
3. um entorno de desenvolvimento que ultrapasse as barreiras da organização, promovendo a difusão do conhecimento gerado nas universidades;
4. centro acadêmico estimulado, com perfil proativo e empreendedor, que toma para si a necessidade de atualização permanente e a busca de novas soluções para os problemas;
5. cultura empreendedora envolvente, representada por uma visão compartilhada, fator crítico para o sucesso da mudança e para a geração de uma perspectiva institucional.

O primeiro elemento relaciona-se à busca de uma diversificação das fontes de financiamento para suas pesquisas. A partir dessa diversificação, evita-se a dependência de uma única fonte de financiamento e, conseqüentemente, a perda de autonomia pela universidade diante dos interesses de determinados investidores (CLARK, 1998).

Com relação ao segundo elemento, o autor afirma que a mobilização rápida e inovadora de recursos em todos os níveis na universidade é a essência para que saia de seu *status quo*. Dessa forma, sua administração central deve ser orientada não só por valores acadêmicos tradicionais, como também por práticas gerenciais que lhe permitirão ajustar-se rapidamente às mudanças do mercado, às necessidades da sociedade e aos próprios interesses do governo.

Ao citar o terceiro elemento, Clark (1998) afirma que as universidades empreendedoras apresentam maior crescimento nas unidades que ultrapassam seus limites organizacionais tais como escritórios de transferência de tecnologia – ETTs, incubadoras, parques tecnológicos e centros de pesquisa interdisciplinares.

Ao abordar o quarto elemento, Clark (1998) conclui que quando a universidade possui um estímulo empreendedor nas unidades acadêmicas - como departamentos de curso e laboratórios de pesquisa - isso contribui para que ela se torne empreendedora. Esse estímulo pode ser traduzido na intenção das unidades em questão de se aproximarem do mercado, incorporando a missão de apoio ao desenvolvimento econômico e social da região. Além disso, é necessário que a comunidade acadêmica não veja a pesquisa como única fonte de

mérito da instituição, considerando também habilidades relacionadas à transferência de tecnologia para o mercado dentre outras.

Para finalizar, o quinto elemento se refere à cultura da universidade empreendedora. Segundo o autor, o sucesso desse modelo de instituição depende da adoção de uma visão empreendedora que englobe todas as práticas da universidade.

Clark (2003) salienta ainda que os cinco elementos, sozinhos, não causam mudança significativa, o que só se é possível graças à interação desses elementos, que devem ser vistos como processos contínuos em constante evolução.

Num segundo momento, Clark (2006) expandiu seu esquema conceitual, buscou o registro documental de seus cinco casos europeus originais, durante o período de 1995 a 2000, a fim de observar se haviam mantido a transformação e adquirido a capacidade de continuar mudando. Acrescentou estudos de três casos de países de fora da Europa, exemplares de reformas universitárias - Universidade de Makerere, em Uganda, Universidade Católica do Chile, na América do Sul e Universidade de Monash, na Austrália, o que confirmou e complementou seus resultados.

Num esforço final para encontrar, conforme palavras do autor, a “mina de ouro” da universidade empreendedora – sua infraestrutura crítica e crença – realizou também estudos em seis universidades americanas, duas particulares (Stanford e MIT) e quatro públicas (Michigan, UCLA, North Carolina State University e Georgia Institute of Technology). Esses estudos levaram-no a uma descrição de “empreendedorismo genético”, presente em um sistema imenso, descentralizado, diferenciado e intensamente competitivo de universidades, o que faz sentido na realidade americana (CLARK, 2006).

Ao final dos estudos que totalizaram quatorze casos, o autor afirma que as mudanças em universidades geralmente seguem um modelo incremental cumulativo, os resultados emergentes dos últimos casos deram peso a resultados anteriores e acrescentaram nova vida a eles:

Os estudos de caso são, dessa forma, enfatizados como *insight*, tanto para “variações amplificadas” de características comuns como das centenas de singularidades – desenvolvimento histórico, localização geográfica, sucessão de reitores e pessoal administrativo, organização de departamentos, captação de alunos – que por fim torna cada uma das universidades única, cada uma a seu modo. (CLARK, 2006, p.33).

O autor complementa o conceito de universidade empreendedora por meio da busca, por algumas universidades, de uma nova postura para receptividade às novas demandas da sociedade, buscando uma maior capacidade de tomar decisões e implementá-las. Afirma

ainda que, por elas moverem-se de modo a tomar atitudes progressivas, tornam-se mais autosuficientes e, como procuram sempre inovar, adotam um manifesto progressista. (CLARK, 2006).

Quando se refere à construção de um estágio estável de mudança, Clark (2006, p.34) afirma que “nos casos mais bem sucedidos de empreendedorismo em universidades, o que é estável é a capacidade de seguir mudando. Essa capacidade pode ser vista de modo organizacional como um estado estável de mudança”. O autor ainda afirma que não se deve idealizar mudanças fáceis e rápidas, pois a mudança nas universidades se dá aos poucos, é experimental e adaptativa em uma série de frentes contínuas, que interagem entre si.

Com a finalidade de esclarecer um fluxo de mudança, o autor sugere três dinâmicas de mudança: a dinâmica do reforço da interação, na qual os elementos de transformação se tornem elementos de sustentabilidade, à medida que se tornam interconectados e reforçam um novo caráter organizacional básico; a dinâmica do *momentum* perpétuo, na qual o estado de mudança estável muda de forma mais elaborada, elementos de transformação se tornam elementos de sustentabilidade, conforme seu incremento cumulativo produz um *momentum* perpétuo; e a dinâmica da ambiciosa volição do colegiado, na qual decisões coletivas produzem um compromisso coletivo (CLARK, 2006).

Já Röpke (1998) define significados para a universidade empreendedora que demonstram claramente a necessidade do perfil empreendedor na organização, em seus membros e nas interações da universidade com o seu ambiente ou região. Esses aspectos são condições necessárias e suficientes para tornar uma universidade empreendedora.

O conceito de universidade empreendedora ainda não é muito bem descrito, vários são os autores que conceituaram a universidade empreendedora, em alguns casos distintos, em outros complementares. O Quadro 1 apresenta alguns conceitos identificados na literatura, conforme Lemos (2008):

Quadro 1 – Definições de universidade empreendedora.

AUTOR	CONCEITO
Etzkowitz (1983)	Universidades que consideram novas fontes de recursos, tais como patentes, pesquisa sob contrato e parceria com empresas privadas.
Chrisman <i>et al.</i> (1995)	Universidades envolvidas com a criação de novos negócios por professores, técnicos e estudantes.
Clark (1998)	Universidades que procuram inovar no modo como lidam com os negócios. Essas universidades promovem uma mudança substancial no caráter organizacional para estarem mais preparadas para o futuro.
Röpke (1998)	Uma universidade empreendedora pode ter três significados: a própria universidade, como organização, que se torna empreendedora; seus membros, professores, estudantes e funcionários, que se tornam de algum modo empreendedores; e a interação com o seu ambiente ou região, que segue padrões empreendedores.
Subotzky (1999)	A universidade empreendedora é caracterizada pelas parcerias próximas com empresas, pela maior responsabilidade de seus membros em buscar fontes externas de financiamento, e pelo <i>ethos</i> gerencial na governança institucional, liderança e planejamento.
Kirby (2002)	Assim como no centro de qualquer tipo de empreendedorismo, a universidade empreendedora tem a habilidade para inovar, reconhecer e criar oportunidades, trabalhar em equipe, correr riscos e responder a desafios.
Etzkowitz (2003)	Universidade que tem a capacidade de gerar uma direção estratégica, formulando objetivos acadêmicos claros e transformando o conhecimento gerado na universidade em um valor econômico e social. Considera a universidade um ambiente propício à inovação (uma incubadora natural), pela concentração de conhecimento e de capital intelectual, em que os estudantes são potenciais empreendedores. Provê estruturas de suporte para que professores e estudantes iniciem novos empreendimentos: intelectual, comercial ou conjunto.
Clark (2003)	Universidade ativa que realiza mudanças em sua estrutura e no modo de reagir às demandas internas e externas. O termo universidade empreendedora destaca com mais ênfase e clareza a necessidade de ações e de uma visão que leve às mudanças na postura das instituições.

Fonte: LEMOS, 2008.

Na construção do conceito de universidade empreendedora ao longo do tempo, se observa a predominância de questões como o incentivo às atividades empreendedoras, o apoio à criação de novos negócios e o desenvolvimento de inovações tecnológicas com impacto econômico. Não foram encontrados diferentes conceitos a partir de 2003.

Em se tratando da autonomia das universidades, alguns autores discordam da visão de Clark de que a universidade é favorecida pela adoção de práticas de comercialização do conhecimento que permitem a diversificação das fontes de investimento para pesquisas (CLARK, 1998; CLARK, 2003). Baseando-se em um estudo realizado sobre as mudanças nas instituições acadêmicas de ensino superior da Austrália, do Reino Unido, do Canadá e dos Estados Unidos, Slaughter e Leslie (1997) associaram o empreendedorismo acadêmico a uma necessidade financeira das universidades, diante da diminuição de recursos públicos em ensino e de uma priorização dos investimentos do governo em pesquisas orientadas ao mercado. No entanto, ao contrário de Clark (1998), os autores temem uma perda de

autonomia por parte das universidades devido à expansão de programas de pesquisa e mecanismos de transferência de tecnologias que visam à comercialização do conhecimento gerado, uma vez que tais pesquisas tendem a ser orientadas, sobretudo, pelos interesses das instituições financiadoras.

Etzkowitz (2004) adota uma posição intermediária em relação aos demais autores citados, pois acredita que as universidades têm capacidade de se adaptar em um ambiente complexo desenvolvendo formas híbridas de organização que lhes permitirão atuar de forma autônoma.

Além das considerações sobre a autonomia da universidade, há ainda outra preocupação com a pesquisa básica frente à ênfase na pesquisa aplicada visando a inovação e o desenvolvimento tecnológico. No entanto, conforme Miyata (2000), os recursos investidos pelas indústrias em pesquisa na universidade enfatizam a pesquisa aplicada, buscando construir uma ponte entre elas. A autora apresenta em seus estudos que os subsídios do governo à universidade estão proporcionando meios para que a pesquisa básica se transforme em pesquisa aplicada e conseqüentemente em desenvolvimento. Ainda segundo a autora, a distância física entre as universidades e empresas dificulta a simbiose entre os dois parceiros e que as construções de parques de pesquisa perto das universidades aumentam o número de empregos.

Com uma percepção mais ampla, Rothaermel, Agung e Jiang (2007) afirmam que o processo de formação de uma universidade empreendedora é abordado na literatura sob duas perspectivas. Uma se refere a um conjunto de estratégias que podem ser utilizadas para facilitar o empreendedorismo acadêmico, como a oferta de incentivos ao envolvimento de acadêmicos em atividades empreendedoras, a adoção de uma gestão descentralizada e a existência de estruturas de apoio ao processo de transferência de tecnologia. A outra aborda o desafio de lidar com o conflito existente entre os valores acadêmicos tradicionais e com aqueles incorporados com a nova missão da universidade.

É possível perceber ainda diferenças nas estratégias adotadas em diferentes regiões quanto à incorporação do empreendedorismo acadêmico. Na Europa, por exemplo, priorizam-se a transparência nas normas e nas políticas relacionadas aos direitos de propriedade intelectual (DEBACKERE e VEUGELERS, 2005), enquanto no Japão, ressalta-se a necessidade de agentes de inovação - ETTs, incubadoras e parques tecnológicos - no entorno das universidades (COLLINS e WAKOH, 2000).

Nesse contexto, conclui-se que não há um consenso na literatura a respeito do conceito de universidade empreendedora. De acordo com a pesquisa realizada, não é

possível definir os fatores que contribuem para a formação de uma universidade empreendedora sem analisar o contexto e o ambiente no qual está inserida.

3.1.1 Empreendedorismo

Nos dicionários de Língua Portuguesa como *Michaelis on line* e *Aurélio on line*, “empreender” significa “decidir realizar”, “realizar”, “tentar”. Neste sentido, Audy (2006) relata que o empreendedorismo está relacionado a atitudes inovadoras para a resolução de problemas do dia-a-dia e ao desenvolvimento de novas oportunidades de crescimento profissional e social (geração de novas empresas, geração de emprego e renda, desenvolvimento e aplicação de novas tecnologias, melhor qualidade de vida, mais cultura e conhecimento).

A ideia de empreendedorismo, segundo Souza e Guimarães (2005), surgiu no século XVIII, com o advento da Revolução Industrial. No final do século XIX e início do século XX, com frequência, os empreendedores eram confundidos com os gerentes ou administradores por serem analisados meramente de um ponto de vista econômico, como aqueles que organizam a empresa, pagam, planejam, dirigem e controlam as ações desenvolvidas na organização, mas sempre a serviço do capital (DORNELAS, 2005). Quem, posteriormente, consolidou o conceito de empreendedorismo e o associou à inovação foi Schumpeter (1997).

Para o termo “empreendedor” há várias definições, mas uma das mais antigas e que, para Dornelas (2005), é a que melhor reflete o espírito empreendedor:

“(...) o empreendedor é aquele que destrói a ordem econômica existente pela introdução de novos produtos e serviços, pela criação de novas formas de organização ou pela exploração de novos recursos e materiais.” (SCHUMPETER *apud* DORNELAS, 2005, p.39).

Dornelas (2005) acrescenta que empreendedorismo é o envolvimento de pessoas e processos que, em conjunto, levam à transformação de ideias em oportunidades.

Com um foco mais amplo, considera-se empreendedorismo como o ato de identificar oportunidades e alavancar mudanças. Ou seja, o ato de empreender é um ato de transformação da ordem dominante. Percebe-se com isso, que a identificação de oportunidades é facilitada com o envolvimento de pessoas e processos conforme salientou Dornelas (2005), o que reforça as afirmações de Paulo Freire (2006) quando enfatiza a importância da participação conjunta da universidade com a sociedade no processo de

construção do conhecimento. Até mesmo no empreendedorismo, na transformação de ideias em oportunidades, a construção conjunta é importante.

Como uma nova contribuição, Dornelas (2007) acrescenta ainda que não há um único tipo de empreendedor ou um modelo-padrão que possa ser identificado. Segundo o autor, tornar-se empreendedor é algo que pode acontecer a qualquer pessoa. De uma pesquisa com 399 empreendedores, o autor apresenta alguns tipos que cobrem quase todos os tipos encontrados, conforme pode ser visto no Quadro 2.

Quadro 2 – Tipos e Definições de Empreendedores.

TIPO	DEFINIÇÃO
O Empreendedor Nato (Mitológico)	Geralmente são os mais conhecidos e aclamados. Suas histórias são brilhantes e, muitas vezes, começaram do nada e criam grandes impérios. São visionários, otimistas, estão à frente do seu tempo e comprometem-se 100% para realizar seus sonhos. Suas referências e exemplos a seguir são os valores familiares e religiosos, e eles mesmos acabam se tornando referência.
O Empreendedor que Aprende (Inesperado)	É normalmente uma pessoa que, quando menos esperava, se deparou com uma oportunidade de negócio e tomou a decisão de mudar o que fazia na vida para se dedicar ao negócio próprio. É uma pessoa que nunca pensou em ser empreendedor e via a alternativa de carreira em grandes empresas como a única possível. Quem está pensando em uma alternativa à aposentadoria muitas vezes se encaixa nesse tipo.
O Empreendedor Serial (Cria Novos Negócios)	O empreendedor serial é aquele apaixonado não apenas pelas empresas que cria, mas principalmente pelo ato de empreender. Não se contenta em criar um negócio e ficar à frente dele até que se torne uma grande corporação. Como geralmente é uma pessoa dinâmica, prefere os desafios e a adrenalina envolvidos na criação de algo novo a assumir uma postura de executivo que lidera grandes equipes. Ao concluir um desafio, precisa de outros para se manter motivado. Às vezes, se envolve em vários negócios ao mesmo tempo e não é incomum ter várias histórias de fracasso. Mas estas servem de estímulo para a superação do próximo desafio.
O Empreendedor Corporativo	São geralmente executivos muito competentes, com capacidade gerencial e conhecimento de ferramentas administrativas. Têm ficado mais em evidência nos últimos anos, devido à necessidade das grandes organizações de se renovar, inovar e criar novos negócios. Trabalham de olho nos resultados para crescer no mundo corporativo. Assumem riscos e têm o desafio de lidar com a falta de autonomia, já que nunca terão o caminho 100% livre para agir.
O Empreendedor Social	O empreendedor social tem como missão de vida construir um mundo melhor para as pessoas. Suas características são similares às dos demais empreendedores, mas a diferença é que se realizam vendo seus projetos trazerem resultados para os outros e não para si próprios. Envolve-se em causas humanitárias com comprometimento singular. Tem um desejo imenso de mudar o mundo criando oportunidades para aqueles que não têm acesso a elas. Os empreendedores sociais são um fenômeno mundial e, principalmente em países em desenvolvimento, como o Brasil, têm um papel social extremamente importante, já que por meio de suas ações e das organizações que criam preenchem lacunas deixadas pelo poder público.
O Empreendedor por Necessidade	O empreendedor por necessidade cria o próprio negócio porque não tem alternativa. Geralmente não tem acesso ao mercado de trabalho ou foi demitido. Não resta outra opção a não ser trabalhar por conta própria. É um grande problema social para os países em desenvolvimento, pois apesar de ter iniciativa, trabalhar arduamente e buscar de todas as formas a sua subsistência e a dos seus familiares, não contribui para o desenvolvimento econômico.
O Empreendedor Herdeiro (Sucessão Familiar)	O empreendedor herdeiro recebe logo cedo a missão de levar à frente o legado de sua família. O desafio do empreendedor herdeiro é multiplicar o patrimônio recebido e, com isso, os próprios herdeiros e suas famílias, preocupados com o futuro de seus negócios, têm optado por buscar mais apoio externo, com o objetivo de não tomar decisões apenas com base na experiência e na história de sucesso das gerações anteriores.
O “Normal” (Planejado)	Toda teoria sobre o empreendedor de sucesso sempre apresenta o planejamento como uma das mais importantes atividades desenvolvidas pelos empreendedores. O empreendedor que “faz a lição de casa”, que busca minimizar riscos, que se preocupa com os próximos passos do negócio, que tem uma visão de futuro clara e que trabalha em função de metas é o empreendedor aqui definido como o “normal” ou planejado. Então, o empreendedor normal seria o mais completo do ponto de vista da definição de empreendedor e o que a teria como referência a ser seguida, mas que na prática ainda não representa uma quantidade considerável de empreendedores.

Fonte: DORNELAS, 2007. (Elaboração própria).

Definidos os diferentes tipos de empreendedores, é possível perceber que há divergências no impulso e no objetivo para empreender, mas, no processo há a semelhança da inquietação e da proatividade. Com isso, apesar de a origem histórica do empreendedorismo remetê-lo a ideias capitalistas, pode também ser usado para benefícios sociais, rompendo preconceitos e contribuindo para o bem comum, como é o caso do empreendedorismo social que, conforme Oliveira (2004), é uma ação inovadora voltada para o campo social.

Nesse sentido, autores como Novo e Melo (2003) e Casado *et al.* (2012), acreditam que a universidade, ao assumir um papel empreendedor, está também reforçando o seu comprometimento com a sociedade, principalmente quando ela empreende em ações voltadas para as necessidades sociais mais emergentes.

3.1.2 Inovação

O Dicionário Michaelis *on-line* (2015) conceitua a inovação como “*sf. (lat. innovatione), 1 Ato ou efeito de inovar. 2 Coisa introduzida de novo. 3 Renovação.*”, com isso, percebe-se que a inovação é um conceito profundamente associado à ciência e à pesquisa científica e tecnológica. Conforme Audy e Ferreira (2006), podemos entender a inovação como um processo estratégico do qual fazem parte a busca, a descoberta, a experimentação, o desenvolvimento e a adoção de novos produtos, processos ou técnicas organizacionais capazes de agregar valor às organizações.

De acordo com Hisrich *et al.* (2009), os conceitos de inovação e novidade são partes integrantes do empreendedorismo. O ato de lançar algo novo é uma das mais difíceis tarefas para o empreendedor. Exige não só a capacidade de criar e conceber, como também a capacidade de entender todas as forças em funcionamento no ambiente. Segundo os estudiosos,

“essa capacidade de inovar pode ser observada no decorrer da história, desde os egípcios, que criaram e construíram grandes pirâmides com blocos de pedra que pesavam muitas toneladas, até módulo lunar Apolo, a cirurgia a *laser*, as comunicações sem fio. Embora as ferramentas tenham mudado com os avanços na ciência e na tecnologia, a capacidade de inovar está presente em todas as civilizações.” (HISRICH *et al.*, 2009, p.29)

Diante disso, percebe-se a importância da inovação para o desenvolvimento, de uma forma geral. Na universidade, especificamente, é importante que a inovação, além de estar associada à ciência e à pesquisa, faça parte dos processos que levem à melhoria do ensino, à qualificação da pesquisa, à captação de recursos financeiros para a instituição, ao

aumento ou manutenção do número de alunos e ao aumento e melhoria das interações com a sociedade, visando sempre o desenvolvimento regional.

3.2 Principais características de uma universidade empreendedora

Como já foi questionado por Clark (1998) e, provavelmente, muitos gestores educacionais com uma visão empreendedora também desejem saber, “como se muda uma postura tradicional baseada no *status quo* para uma postura nova orientada à mudança nas universidades?” Certamente, as universidades que têm alcançado tal mudança não se apoiaram em características isoladas e muito menos desamparadas por uma cultura empreendedora envolvente.

Röpke (1998), Clark (1998; 2003 e 2006) e Etzkowitz (2003) foram alguns dos autores que buscaram definir as características predominantes em uma universidade empreendedora. No Quadro 3, são apresentadas, além dos conceitos analisados, essas características, ressaltados os pontos considerados mais relevantes por seus autores.

Quadro 3 – Conceitos e características de universidade empreendedora.

AUTOR (ES)	CONCEITO	CARACTERÍSTICAS
Röpke (1998)	<p>A universidade empreendedora pode significar três coisas:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. A universidade, como uma organização, se torna empreendedora; 2. Os membros da universidade – corpo docente, discente e funcionários – se tornam, de alguma maneira, empreendedores; e 3. A interação entre a universidade e o meio ambiente, a ligação estrutural entre universidade e região, seguem padrões empreendedores. Todos os três aspectos são condições necessárias e suficientes para tornar uma universidade empreendedora. 	<p>A aplicação do novo conhecimento desenvolvido em organizações de ensino e pesquisa necessita de um trabalhador do conhecimento:</p> <ol style="list-style-type: none"> a. para transferir o conhecimento para empresas existentes; b. para transferir o conhecimento para indivíduos começando nova empresa; c. para ele próprio estabelecer uma nova empresa. <p>A valorização regional e a criação de emprego é altamente dependente das atividades de novas empresas.</p> <p>Para uma universidade empreendedora ter sucesso, é preciso criar entre seus membros, especialmente estudantes, a vontade e a habilidade para começar o seu próprio negócio. Exige deles qualificações em três dimensões:</p> <ol style="list-style-type: none"> a. como profissional/ técnico, b. como gerente; c. como empreendedor.
Clark, (1998;2000)	<p>A universidade empreendedora tem a habilidade de gerar uma direção estratégica focada, tanto na formulação de metas acadêmicas quanto em transformar o conhecimento produzido dentro da universidade em utilidades econômicas e sociais.</p>	<p>São cinco caminhos de transformação para a universidade empreendedora:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. reforçar o núcleo gerencial; 2. incrementar o desenvolvimento das unidades periféricas à estrutura tradicional: escritórios de transferência de tecnologia e de consultoria, educação continuada e unidades transdisciplinares; 3. ter uma base de financiamento diversificada; 4. ter departamentos acadêmicos tradicionais engajados no empreendedorismo; 5. internalizar a cultura empreendedora.
Etzkowitz (2003)	<p>A universidade empreendedora combina a terceira missão de desenvolvimento econômico e social com ensino e pesquisa.</p>	<p>Elementos-chaves:</p> <ul style="list-style-type: none"> - a organização do grupo de pesquisa; - a criação de uma base de pesquisa com potencial comercial; - o desenvolvimento de mecanismos organizacionais para levar a pesquisa para fora da universidade como propriedade intelectual protegida; - a capacidade de organizar empresas dentro da universidade; - a integração de elementos da academia e da empresa em novos formatos como os centros de pesquisa universidade- indústria; - a atuação no desenvolvimento econômico e social regional.

Fonte: GUARANY, 2006.

Audy e Ferreira (2006) alertam que a base para uma atuação bem-sucedida da universidade empreendedora é o desempenho da capacidade de mudar, adaptada às mudanças internas e externas de uma sociedade em evolução. Dentre as principais mudanças, está a disseminação do conhecimento do empreendedorismo que, segundo Dolabela (2003), prepara os indivíduos para participarem ativamente da construção do desenvolvimento social, com vistas à melhoria de vida da população e eliminação da exclusão social.

Neste sentido, Audy e Ferreira (2006) ressaltam que “o empreendedorismo requer um ambiente que estimule o espírito crítico que significa educar para a autonomia”. Para os pesquisadores, a universidade não é uma empresa qualquer, mas principalmente uma comunidade de pessoas para pessoas e, nesse caso, a inovação deve ser colocada a serviço do homem todo e de todos os homens, não podendo ser a instituição focada num simples empreendedorismo de mercado com características puramente comerciais.

3.3 O contexto brasileiro

As atividades de pesquisa nas instituições de ensino superior brasileiras foram impulsionadas, nas décadas de 50 e 60, pelo surgimento de agências de apoio e financiamento a projetos de pesquisa, como o Conselho Nacional de Pesquisa - CNPq e a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP. Esse cenário mostra indícios de uma primeira revolução acadêmica no Brasil em meados da década de 1960, com a pesquisa sendo formalmente incorporada como missão nas universidades, além do ensino, e servindo aos propósitos do governo.

No entanto, de acordo com Almeida (2008), a universidade incorporou mesmo a pesquisa na década de 1970, num contexto em que o regime militar impunha o direcionamento dos estudos, não havendo autonomia, no entanto, para que estabelecessem elos mais fortes com a sociedade. Com isso, os sistemas universitário e industrial caminhavam separadamente, até porque, no Brasil, se seguia o modelo de substituição de importações, acreditando que as empresas transnacionais transferiam suas tecnologias para economias mais atrasadas (CASSIOLATO e LATRES, 1998).

Conforme Motta (2008), também na década de 1970, um primeiro passo rumo ao processo de transferência de tecnologia da universidade para a indústria foi dado com a criação do Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI), cuja função é executar as normas que regulam a propriedade intelectual.

Na década de 1980, foi criado o Ministério de Ciência e Tecnologia – MCT, responsável pela formulação e implantação de uma política nacional de ciência e tecnologia. As ações deste Ministério foram norteadas pela Constituição de 1988, reconhecendo oficialmente o papel do estado como responsável pela promoção e incentivo ao desenvolvimento científico, à pesquisa e à capacitação tecnológica. Neste período, no entanto, não era possível ainda, observar o apoio ao desenvolvimento econômico e social do País incorporado à missão da universidade (MOTTA, 2008).

Nessa mesma década, o país atravessou um período de escassez de recursos e muita instabilidade econômica gerando um declínio nas fontes públicas de financiamento para pesquisas acadêmicas. Neste período, mesmo com o aumento no número de instituições acadêmicas de ensino superior - de 882, em 1980, para 922, em 1996, não foi possível perceber uma conclusão da primeira revolução acadêmica no País, pois apenas 15% dessas instituições apresentaram algum tipo de atividade de pesquisa nesse período (MACULAN e MELLO, 2009).

Na década de 1990, a privatização em massa e a redução das barreiras comerciais que acometeram o país expuseram as empresas brasileiras à concorrência internacional, sem nenhuma capacitação tecnológica, demonstrando, com isso, a urgente necessidade de um impulso no desenvolvimento científico e tecnológico no país.

Nesse contexto, em 1999, o governo criou os fundos de financiamentos setoriais visando o investimento em projetos na área de pesquisa, desenvolvimento e inovação. Dentre eles, está o Fundo Verde Amarelo, voltado para a interação universidade-empresa e apoio à inovação. Nesse período, a sociedade brasileira começava a reconhecer a importância da ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento econômico e social do País (GUARANYS, 2006).

Percebe-se, no âmbito legal, uma participação do governo por meio de incentivos às interações da universidade com a sociedade, a fim de gerar desenvolvimento. Sob o enfoque da geração de desenvolvimento, o Quadro 4 ilustra uma sequência de incentivos do governo para estabelecimento e fortalecimento de interações entre a universidade e a sociedade.

Quadro 4 – Incentivo do Governo às interações universidade-sociedade.

Período	Incentivo	Método
1980	Reconhecimento legal da atividade de extensão	Inclusão na Constituição e Organização do Fórum de Pró-Reitores de Extensão.
De 1986 a 1996	Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – PADCT I e PADCT II.	Foram feitos investimentos financeiros, tendo como principal objetivo fortalecer o desenvolvimento de recursos humanos em áreas específicas, consideradas prioritárias, por meio do apoio à pesquisa e ao ensino de pós-graduação.
1996	Lei da Propriedade Industrial ou Lei das Patentes	Promulgada em 14 de maio de 1996, a Lei nº 9.279 regula os direitos e obrigações relativas à propriedade industrial e direitos de patente.
1999	Fundo Verde Amarelo	Fundo de Financiamento Setorial voltado para a interação universidade – empresa e apoio à inovação.
2004	Lei da Inovação	Aprovada em 2 de dezembro de 2004, a Lei nº 10.973 estabelece diversos mecanismos para a promoção da inovação no país. Cria condições para a constituição de parcerias estratégicas e a cooperação entre universidades, institutos de pesquisa públicos e as empresas com vistas à intensificação de atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P, D & I) e a geração de inovações.
2005	Lei do Bem	Criada em 21 de novembro de 2005, a Lei nº 11.196 dispõe sobre incentivos fiscais às empresas pelos investimentos realizados em pesquisa e desenvolvimento. A lei prescreve ainda subvenções econômicas concedidas à contratação de mestres e doutores para realização de atividades enquadradas como inovação tecnológica.
2007	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI	Instituído pelo Decreto nº 6.096, de abril de 2007, com o objetivo de ampliar o acesso e a permanência dos discentes no Ensino Superior, além de promover a melhor utilização das estruturas físicas e de recursos humanos existentes nas universidades.
2011	Programa Ciências sem Fronteiras	Programa criado em 26 de julho de 2011, que busca promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional.

Fonte: Elaboração própria, 2015.

Percebe-se, então, que apesar do reconhecimento legal da atividade de extensão ter acontecido no Brasil na década de 1980, é desde a década de 1990 que as universidades brasileiras vêm sendo levadas a incorporar a missão de transferir conhecimento/tecnologia

para as empresas, por meio de atividades de interação e, mais recentemente, por meio de atividades de comercialização da pesquisa (MACULAN e MELLO, 2009).

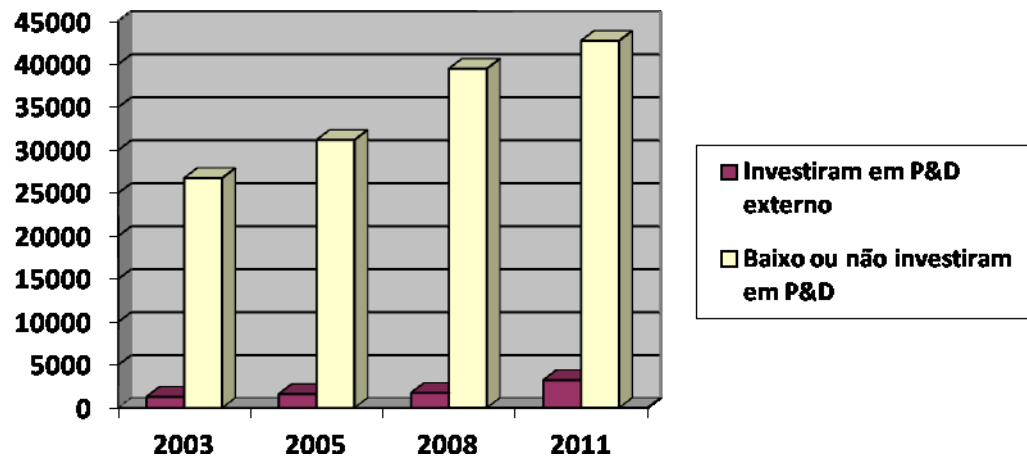
Nesse sentido, passou-se a observar com mais frequência nas universidades, um conjunto de atividades de interação com empresas, como cursos oferecidos, consultoria e projetos de pesquisas desenvolvidos em parceria. Essas iniciativas, juntamente com outros serviços, como assistência médica e jurídica, oferecidos pela universidade à sociedade, são caracterizados como atividades de extensão (MELLO e RENAULT, 2006).

Atividades de apoio a outras formas de transferência do conhecimento, da universidade para o setor produtivo, também são identificadas, como incubação de empresas nascentes de base tecnológica e apoio à transferência de tecnologia gerida pela política da propriedade intelectual, que podem resultar no licenciamento da tecnologia a uma empresa já existente ou na criação de *spin-off* acadêmico, a fim de explorar comercialmente um item de propriedade intelectual, resultante de pesquisas desenvolvidas na universidade. A difusão dessas práticas, bem como a oferta de disciplinas de empreendedorismo nas instituições acadêmicas, começou, então, a instigar uma mudança na cultura das universidades. (GUARANY, 2006; MACULAN e MELLO, 2009).

Apesar dessa transformação gradual, ocorrida na história da universidade brasileira, ampliada sua interação com o setor produtivo, o Brasil ainda se encontra distante das economias mais desenvolvidas no que tange à transformação da produção científica em tecnológica. Segundo dados da Organização Mundial de Propriedade Intelectual – OMPI, o país foi responsável, em 2009, por apenas 0,3% das patentes registradas internacionalmente.

Quanto à relação entre universidades e empresas, no Brasil, dados da Pesquisa Industrial de Inovação Tecnológica – PINTEC, realizada pelo IBGE em 2003, 2005, 2008 e 2011, contribuem para um entendimento dessa relação. Conforme mostrado no Gráfico 1, é possível visualizar a evolução de investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento – P&D externo, por empresas que implementaram inovações.

Gráfico 1 – Investimentos em P&D externo por empresas brasileiras.



Fonte: PINTEC, 2016. (Elaboração própria)

A partir dos resultados das pesquisas realizadas por meio de PINTEC, é possível perceber que, no ano de 2003, em um universo de 28.036 empresas que implementaram inovações, apenas 4,60% investiram em P&D externo, já a última pesquisa realizada, PINTEC 2011, apresentou pequena mudança deste quadro, indicando que, em um universo de 45.950 empresas inovadoras, apenas 7,03% investiram em P&D externo.

Apesar de apresentar crescimento entre 2003 e 2011, o número de empresas que investem em P&D, no Brasil, ainda é baixo, evidenciando o cenário de pouca absorção de inovações tecnológicas pelas empresas. Isso evidencia que a grande maioria dos investimentos em pesquisa e desenvolvimento tecnológico, no Brasil, são órgãos de fomento do governo como FINEP, FAPEMIG, CNPq.

Conforme Maculan e Mello (2009), para que as universidades brasileiras acompanhem a segunda revolução acadêmica, incorporando a missão de apoio ao desenvolvimento econômico e social, em sua forma mais completa, é necessário, primeiramente, que elas ampliem em quantidade e qualidade as pesquisas acadêmicas e promovam uma mudança profunda na sua cultura e em seus valores. Assim, haverá também, uma evolução nas atividades de transferência de tecnologia e formação de empresas de base tecnológica, pois, diferentemente das formas tradicionais de interação com o setor produtivo, como serviços de consultoria e cursos customizados, essas atividades atingem diretamente o *ethos* acadêmico. Sobre essa questão, sabe-se que uma parcela significativa da comunidade acadêmica resiste às atividades de transferência de tecnologia por acreditar que a exploração comercial dos resultados de uma pesquisa significa ceder aos apelos imediatistas do mercado (PEREIRA, 2007).

3.4 A universidade empreendedora no desenvolvimento econômico e social

A Segunda Revolução Acadêmica somou ao ensino e à pesquisa a preocupação com o desenvolvimento econômico e social, o que reforçou a importância do conhecimento científico para a geração de riqueza e para a promoção do bem-estar social. Segundo Etzkowitz e Leydesdorff (2000), o conhecimento científico tem sido considerado um dos pilares que sustentam o desenvolvimento industrial, julgado por alguns como o insumo mais importante na geração de desenvolvimento econômico.

Percebe-se o impacto econômico e social do empreendedorismo acadêmico na criação de empresas de base tecnológica provenientes das universidades, que resultam na geração de empregos e riqueza a partir da comercialização de produtos de alto valor agregado, além de atraírem novos investimentos para região (ARAÚJO *et al.*, 2005).

Pode-se demonstrar tal constatação por meio de um estudo realizado em 2001 pela AUTUM (*Association of University Technology Managers*), em que se chegou a um número de 280.000 empregos gerados e US\$ 34 bilhões de receita obtida a partir das atividades de *spin-offs*² acadêmicos originados nos EUA, entre os anos de 1980 a 1999. Além da geração de empresas nascentes de base tecnológicas, as universidades empreendedoras contribuem para a formação de um sistema regional de inovação. No entanto, é fundamental também que se forme um ambiente social dinâmico e voltado para o empreendedorismo, que possa vir a gerar locais de intenso crescimento e desenvolvimento econômico quando aliado às diversas vocações regionais (CASTELLS e HALL, *apud* DRUMMOND, 2005).

Etzkowitz *et al.* (2000) relatam o surgimento do empreendedorismo acadêmico nos Estados Unidos da América (EUA) e nos continentes Europeu, Latino-Americano e Asiático, destacando o crescimento econômico nos EUA, principalmente no período do pós-guerra mundial e, posteriormente, pelo impacto do conhecimento no desenvolvimento econômico.

Ao analisar o empreendedorismo acadêmico brasileiro, Etzkowitz (2004) afirma que emergiu como uma estratégia de sobrevivência de financiamento da pesquisa, que entrou em declínio no início de 1980, como um formato mais amplo para resolver os problemas sociais, bem como as questões econômicas.

¹ *Spin-offs* são empresas egressas de organizações que normalmente são criadas para comercializar a tecnologia que foi originada em um laboratório de uma universidade pública ou privada, de uma empresa pública ou privada ou de um instituto de tecnologia público (CARAYANNIS *et al.* *apud* GUARANYIS, 2006, P.54).

Portanto, apesar da perceptível influência do perfil empreendedor da universidade contribuir para o desenvolvimento econômico e social de regiões, não há consenso na literatura a respeito do processo de formação e atuação de uma universidade empreendedora e suas consequências. Por isso, torna-se relevante o prosseguimento dessa linha de pesquisa.

4 Metodologia

No presente capítulo, é apresentada a abordagem metodológica utilizada para o desenvolvimento deste trabalho, com a caracterização da pesquisa, a unidade de estudo e a definição dos instrumentos para coleta e análise dos dados.

4.1 Caracterização da pesquisa

Para buscar responder à questão norteadora – a UFVJM, no município de Diamantina, possui características de universidade empreendedora? – optou-se pela estratégia qualitativa de estudo de caso, pois, segundo Oliveira (2013), este é um processo de reflexão e análise da realidade por meio da utilização de métodos e técnicas para compreensão detalhada do objeto de estudo em seu contexto histórico e/ou segundo sua estruturação. Esta escolha explica-se, também, pelo reconhecimento da vinculação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, pois o processo estudado é dinâmico, e não é neutro. Está repleto de significados e relações criados pelos sujeitos em suas ações (CHIZZOTTI, 1991).

Com relação ao método de pesquisa escolhido, Yin (2010) define o estudo de caso como uma investigação empírica que observa um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos. Este método qualitativo se adequa ao presente trabalho uma vez que a análise das condições contextuais nas quais o fenômeno ocorre, no caso, as interações de uma universidade brasileira com a sociedade, é essencial para seu entendimento. Optou-se por adotar um estudo de caso único, em que o fenômeno em questão é examinado em profundidade, antes de se realizarem análises comparativas.

Pelos objetivos apresentados, optou-se, nesta pesquisa, pelo caráter exploratório-descritivo. Essa escolha se justifica devido à exploração e dedução de questões em relação a um fenômeno. Tal gênero de estudo, também relata detalhadamente um fenômeno social, envolvendo sua configuração, estrutura, atividades, mudanças no tempo e relacionamento com outros fenômenos, podendo inclusive, formar uma base de dados para trabalhos posteriores (YIN, 2010).

4.2 Unidade de estudo

A pesquisa tem como unidade de estudo a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri no município de Diamantina, que dentre os municípios que sediam a Universidade, tem menor Produto Interno Bruto (PIB) (FIEMG, 2016).

Para melhor compreensão do fenômeno estudado, ou seja, a influência da UFVJM no desenvolvimento do município de Diamantina, à luz do conceito de universidade empreendedora, estabeleceu-se um recorte no tempo considerando os dez primeiros anos de existência da UFVJM, isto é, período entre os anos de 2005 e 2015.

Outro recorte consistiu na delimitação no espaço, delineando o universo de investigação. Assim, no intuito de estudar as estruturas da Universidade que de alguma forma interagem com a sociedade, possibilitando a disseminação e/ou a construção conjunta do conhecimento e da inovação, foram selecionados as Pró-Reitorias de Extensão e Cultura, de Graduação, de Pesquisa e Pós-graduação e o Centro de Inovações Tecnológicas. Esse último abrange o Núcleo de Inovação Tecnológica e de Proteção do Conhecimento, as Empresas Juniores, a Incubadora de Empresas e o Parque Tecnológico de Diamantina. Grande parte dessas estruturas é mencionada nos estudos de Clark (1998, 2003, 2006) como componentes de um entorno de desenvolvimento que deve ultrapassar as barreiras da instituição promovendo a difusão do conhecimento gerado em seu interior. Isso fortalece a relevância de sua análise nesta pesquisa e seus resultados fornecerão subsídios para a análise deste quesito, proposto pelo autor, na presente dissertação, referente ao entorno de desenvolvimento da UFVJM.

A seleção das unidades de observação, bem como a seleção documental, foram pensadas no intuito de contemplar os cinco pontos de Clark (1998, 2003, 2006) e uma análise do entorno, pontos que estão diretamente relacionados à definição dos objetivos geral e específicos desta pesquisa.

4.3 Coleta dos dados

Conforme afirma Yin (2010), a decisão sobre a forma de coleta de dados é de grande importância para a qualidade da pesquisa e apresenta seis tipos de fontes de evidência para coleta de dados: 1. documentos; 2. registros em arquivos; 3. entrevistas; 4. observação direta; 5. observação participante; e 6. artefatos físicos. Dentre estas fontes de evidência foram utilizadas no presente trabalho a análise de documentos e os registros em arquivo. A

decisão por utilizar apenas estas técnicas se deu a fim de evitar possíveis influências em entrevistas e observações, uma vez que a pesquisadora faz parte da equipe gestora da instituição estudada.

As informações foram coletadas a partir de dados secundários sugeridos pelos orientadores, como leis, decretos, portarias e, no caso específico das ações e estruturas da UFVJM, relatórios internos e mídias eletrônicas. Esse processo de coleta foi relativamente difícil, já que muitas informações estão disponíveis, mas não são fáceis de serem encontradas. Além disso, houve um caso de divergência entre informações, pois o número de alunos matriculados na graduação em 2015, no campus sede, fornecido pela Pró-Reitoria de Graduação estava diferente no site da Universidade, conforme anexos.

Quanto aos dados estatísticos sobre o município de Diamantina, foram retirados de relatórios de órgãos como o IBGE e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Outras informações apresentaram também como fonte, documentos diversos já elaborados sobre o tema, como livros, revistas e mídias eletrônicas, acessíveis ao público em geral.

4.4 Análise dos dados

A análise dos dados baseou-se na técnica da análise temática que se insere no conjunto das técnicas da análise de conteúdo (BARDIN, 2004).

4.4.1 Elementos para análise

O objetivo principal deste estudo é identificar se a UFVJM, no município de Diamantina, possui características de universidade empreendedora. Tendo-se em vista o descrito na literatura, percebe-se que, para desenvolver essa análise, é necessário considerar o fenômeno em questão sob vários aspectos.

Os elementos aqui propostos baseiam-se, em grande parte, nos estudos de Clark (1998, 2003, 2006). Essa escolha se deu pela abrangência e relevância de seus estudos em relação às propostas dos demais autores estudados e pela importância dada às demandas internas e externas à universidade se configurando uma opção mais dialógica. No entanto, os cinco pontos considerados pelo autor se limitam a uma análise interna da instituição. Apesar de ter estendido seus estudos a várias instituições do mundo inteiro e ter levantado questões comuns a instituições tidas como proativas, se limitando a questões

internas à instituição, por ser impossível estudar cada uma delas em seu respectivo contexto. O autor observou elementos comuns que identificaram o caminho da transformação dessas instituições, em seus esforços para reformar suas configurações, de modo a reagir às demandas tanto externas como internas. Com isso, o estudo feito pelo autor mostra uma limitação em sua totalidade para qualificar uma universidade empreendedora, pois, a quantidade ou intensidade de comportamentos e ações inevitavelmente dependerão do contexto, da região e das possibilidades às quais a instituição está exposta.

Portanto, propõe-se a inclusão de um sexto ponto, a análise da região, pois, quando se fala em universidade empreendedora, acredita-se ser importante considerar aspectos observados na região onde a universidade está inserida, uma vez que tanto a justificativa quanto o resultado de muitas de suas ações empreendedoras só são passíveis de observação quando se estende o olhar para a sociedade que a abarca.

Cabe ressaltar que, por meio da proposta escolhida para esta análise é impossível mensurar os dados, de forma exata, para chegar num resultado de “sim” ou “não”. Portanto, a análise se limitará a identificar características de universidade empreendedora nas ações e estruturas da UFVJM e verificar como ela se posiciona frente aos pontos levantados por Clark (1998, 2003, 2006).

Considerando a importância de analisar o contexto e região onde as universidades estão inseridas, foram definidos seis elementos de análise, apresentados ao longo deste capítulo: 1. renda diversificada da universidade; 2. capacidade fortalecida de administração; 3. um entorno de desenvolvimento; 4. centro acadêmico estimulado; 5. cultura empreendedora envolvente; e 6. características da região.

4.4.2 A Análise SWOT

Devido à ausência de um método que possibilite mensurar se uma universidade é ou não empreendedora e, uma vez que este trabalho tem como proposta apresentar subsídios para políticas institucionais que contribuirão para o desenvolvimento regional, optou-se por utilizar um método de análise interna e externa da Instituição, também conhecido como Análise SWOT.

A Análise SWOT, ou Matriz SWOT, é considerada uma ferramenta clássica da administração. Conforme Bastos (2016) esta técnica teve por objetivo auxiliar e aprimorar o

planejamento estratégico empresarial especialmente nas décadas de 1960 e 1970 e é utilizada até os dias atuais.

O termo “SWOT” é um acrônimo das palavras *Strengths*, *Weaknesses*, *Opportunities* e *Threats* que significam, respectivamente: forças, fraquezas, oportunidades e ameaças. No Brasil, é comum as pessoas usarem a sigla FOFA.

O uso da Análise SWOT geralmente se dá nas organizações durante o planejamento estratégico, possibilitando uma análise do cenário interno e externo, com o objetivo de compilar informações em uma matriz de fácil visualização contendo as principais características da organização.

A análise apresenta determinados componentes que Oliveira (2010) descreve da seguinte maneira:

- **Pontos fortes:** são as variáveis internas e controláveis que propiciam uma condição favorável para a organização, em relação a seu ambiente.
- **Pontos fracos:** são as variáveis internas e controláveis que provocam uma situação desfavorável para a organização, em relação a seu ambiente.
- **Oportunidades:** são as variáveis externas e não controláveis pela a organização, que podem lhe criar condições favoráveis, desde que a mesma tenha condições e/ou interesse de usufruí-las.
- **Ameaças:** são as variáveis externas e não controláveis pela empresa que podem criar condições desfavoráveis para a mesma.

Os pontos fortes e fracos representam as variáveis controláveis, enquanto as oportunidades e as ameaças representam as variáveis não controláveis pela organização.

Oliveira (2010) ressalta que embora a finalidade da análise SWOT seja apresentar uma “fotografia” da organização e seu ambiente em determinado momento, é importante que já se incentive, nessa fase, a análise com dados e situações desejadas no futuro, pois, normalmente, é difícil e frustrante trabalhar apenas com a análise crítica da situação e deixar de lado as expectativas e ações que se devem adotar para otimização da situação futura.

De uma forma resumida, o objetivo de tal análise é possibilitar que a organização se posicione de forma a tirar vantagem de determinadas oportunidades do ambiente e evitar ou minimizar as ameaças ambientais. Com isso, tenta-se enfatizar seus pontos fortes e moderar o impacto de seus pontos fracos. A análise também é útil para revelar pontos fortes

que ainda não foram plenamente utilizados e identificar pontos fracos que podem ser corrigidos (WRIGHT, KROLL e PARNELL, 2000).

Dentre as etapas para a realização da Análise SWOT está a elaboração de uma tabela 2x2 na qual, cada quadrante será destinado aos dados correspondentes às forças, fraquezas, oportunidades e ameaças, conforme o Quadro 5:

Quadro 5 – Modelo de Matriz SWOT.

	Contribui para a estratégia	Dificulta a estratégia
Aspectos internos	<p>Forças <i>(Strengths)</i></p> <p>S</p>	<p>Fraquezas <i>(Weaknesses)</i></p> <p>W</p>
Aspectos externos	<p>Oportunidades <i>(Opportunities)</i></p> <p>O</p>	<p>Ameaças <i>(Threats)</i></p> <p>T</p>

Fonte: Elaboração própria, 2016.

Neste trabalho, a análise SWOT foi utilizada com o intuito de organizar e proporcionar uma melhor visualização dos dados, a fim de levar a uma compreensão dos pontos fortes e fracos e das oportunidades e ameaças referentes aos cinco elementos levantados por Clark acerca da universidade empreendedora. Dessa forma, contribui para a análise dos resultados da pesquisa, além de servir de base para um plano de ação institucional destinado ao desenvolvimento regional.

5 Apresentação e análise dos dados

A partir desse ponto serão apresentados os resultados e analisadas as informações à luz do que foi estabelecido como questionamento e objetivos.

5.1 A Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

No intuito de atender o primeiro objetivo específico, foi feito um estudo da UFVJM com uma apresentação de sua história e atualidade, ressaltando números, ações e produções voltadas para o empreendedorismo e desenvolvimento regional.

A Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM tem origem na década de 1950 com a criação da Faculdade de Odontologia de Diamantina, mas apenas em 2005 atingiu *status* de Universidade e, desde 2014, é constituída por cinco *campi* na porção norte do Estado de Minas Gerais, nas regiões do Vale do Jequitinhonha, Vale do Mucuri, Norte e Noroeste.

5.1.1 Breve Histórico da UFVJM

O diamantinense Juscelino Kubitschek de Oliveira - JK, em toda sua trajetória política, trouxe para Diamantina inúmeros benefícios. Uma das grandes conquistas da cidade foi a Faculdade de Odontologia de Diamantina – FAOD, criada quando JK era governador de Minas Gerais, por meio da Lei Estadual número 990, em 30 de setembro de 1953. A Faculdade veio ao encontro dos anseios da população do município, que acreditava que a implantação de uma instituição de ensino superior seria condição básica para o desenvolvimento da região. A instituição permaneceu na esfera estadual até o ano de 1960, quando JK, já Presidente da República, efetuou o seu processo de federalização. (FERNANDES e CONCEIÇÃO, 2005).

Desde sua federalização, apesar de várias tentativas por parte da direção da Faculdade para alteração do seu nome, somente em 1972, quando pelo Decreto 70.686, de 07 de junho, a FAOD foi transformada em Autarquia de Regime Especial e passou a denominar-se Faculdade Federal de Odontologia de Diamantina – FAFEOD (FERNANDES e CONCEIÇÃO, 2005).

Dentre os vários processos de mudança e crescimento pelos quais a Faculdade passou aos longos dos anos, um acontecimento relevante se deu em 1994, com o início do

primeiro curso de pós-graduação *stricto sensu*, em nível de mestrado, na área de concentração Estomatologia.

Conforme afirmam Fernandes e Conceição (2005, p.94):

Havia uma cobrança do Ministério da Educação para desenvolver a pesquisa e promover a ampliação das atividades de extensão, bem como, estimular a expansão da pós-graduação nas instituições de Ensino Superior. Como, até então, a Faculdade de Diamantina apenas ministrava ensino superior de graduação, com o firme apoio da Congregação, foi criada a Câmara de Pós-Graduação na Faculdade.

Em 1997, instalou-se na FAFEOD o curso de graduação em Enfermagem, aspiração antiga de alguns professores, pois havia uma grande carência do profissional de Enfermagem, tanto em Diamantina, quanto na região do Vale do Jequitinhonha, o que dificultava a melhoria dos serviços de saúde.

Segundo Fernandes e Conceição (2005), para atender à necessidade de ações mais rápidas e consolidadas em favor da FAFEOD, a direção da Unidade Acadêmica criou, em 1998, a Fundação Diamantinense de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão – FUNDAEPE, que facilitou a instalação de cursos de especialização. Em 1999, foram criadas as especializações em Periodontia, Prótese Dentária e Odontopediatria, gerenciadas pela FUNDAEPE, incentivando a produção científica na Faculdade.

Em 2001, foram aprovados os projetos de seis novos cursos de graduação para a FAFEOD: Fisioterapia, Nutrição, Farmácia-Bioquímica, Agronomia, Engenharia Florestal e Zootecnia, transformando-a em Faculdade de Ciências da Saúde e Faculdade de Ciências Agrárias que, pela Lei 10.487, de 04 de julho de 2002, passaram a denominar-se Faculdades Federais Integradas de Diamantina – FAFEID, e comemoraram neste mesmo ano o seu cinquentenário.

Em 06 de setembro de 2005, o então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou o Projeto de Transformação das FAFEID em Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM. De acordo com os vários projetos de lei que tramitaram em favor da sua criação, a UFVJM foi constituída com o intuito de oferecer ensino de qualidade e de desenvolver soluções científicas e tecnológicas para os problemas locais, contribuindo para o desenvolvimento social e econômico da região.

Em abril de 2007, pelo Decreto nº 6.096, foi instituído o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, com o principal objetivo de ampliar o acesso e a permanência no ensino superior (REUNI, 2016). A UFVJM, assim como a grande maioria das universidades federais brasileiras, aderiu ao REUNI, por meio de aprovação realizada pelo Conselho Universitário da Instituição, no mês de dezembro

de 2007 (UFVJM, 2008). Após a adesão, no ano de 2009, iniciaram-se as turmas dos cursos de Bacharelado em Ciência e Tecnologia, Bacharelado em Humanidades no *campus* JK e Ciência e Tecnologia no *campus* do Mucuri, sob as prerrogativas estabelecidas pelo plano REUNI. Em 2009, a UFVJM alcançou a aprovação de quatro cursos de graduação a distância (Administração Pública, Matemática, Química e Física) e o Programa de Licenciatura em Educação para o Campo – PROCAMPO, com início das aulas somente em 2011.

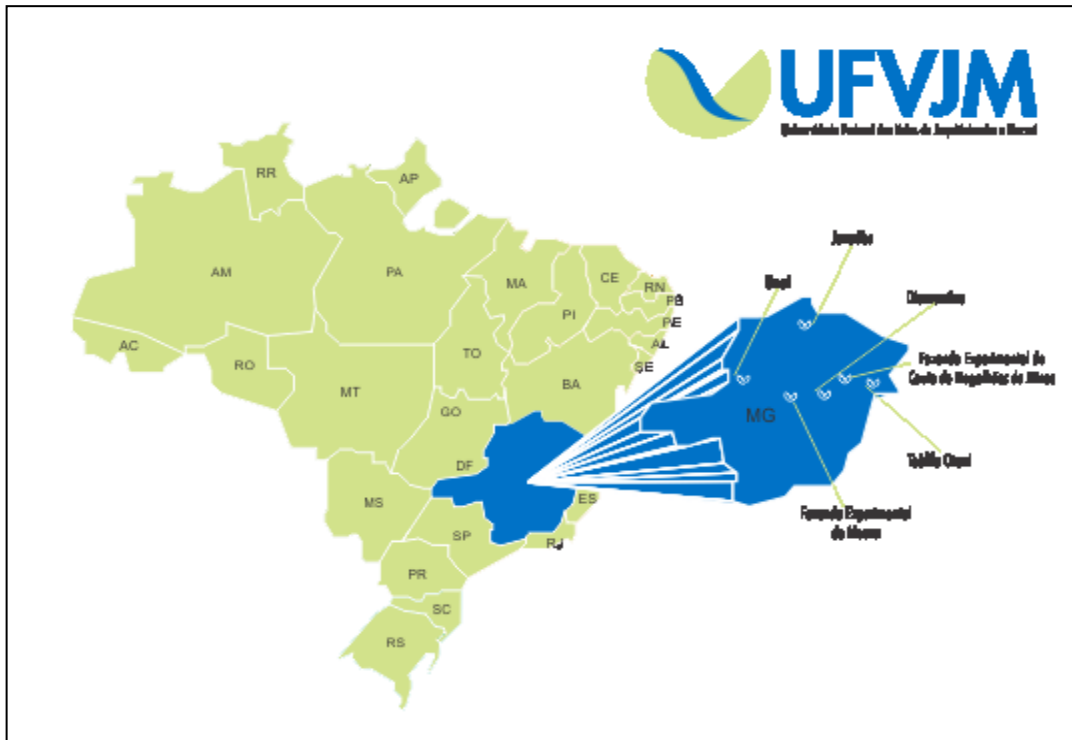
Dando continuidade ao plano de expansão de cursos e *campi* da UFVJM, no ano de 2012, foi aprovada pelo Conselho Universitário, por meio das Resoluções de números 17 e 18, a criação dos *campi* de Janaúba e Unaí, respectivamente. No *campus* Janaúba, foram criados os cursos de Ciência e Tecnologia, Engenharia Física, Engenharia de Minas, Engenharia Metalúrgica e Engenharia de Materiais; no *campus* de Unaí, foram criados os cursos de Ciências Agrárias, Agronomia, Engenharia Agrícola, Medicina Veterinária e Zootecnia. Embora as aprovações para criação dos cursos nesses *campi* tenham acontecido no ano de 2012, os inícios das turmas só ocorreram; de fato; no ano de 2014, quando também se iniciou o Curso de Medicina nos *campi* JK e Mucuri.

5.1.2 Contexto Atual da UFVJM

Atualmente, a UFVJM possui cinco *campi* no Estado de Minas Gerais, sendo os *campi* I e JK sediados em Diamantina e os demais distribuídos em Janaúba, Teófilo Otoni e Unaí. Possui também duas Fazendas Experimentais, sendo uma em Couto de Magalhães de Minas e outra em Curvelo. Sua força de trabalho em cargos efetivos é composta de 576 servidores docentes e 421 servidores técnico-administrativo (UFVJM, 2015).

A Figura 2 permite uma visualização da distribuição geográfica da UFVJM no interior do Estado.

Figura 2 – Distribuição geográfica da UFVJM no interior do Estado de Minas Gerais.



Fonte: UFVJM, 2015.

Distribuídos nos seus cinco *campi*, a UFVJM possui hoje 48 cursos de graduação presenciais e quatro a distância.

Com relação à pós-graduação, a universidade dispõe de dez cursos de pós-graduação *lato sensu* e dezesseis *stricto sensu*. Com base em dados de 2014, a UFVJM mantém 7.364 alunos regularmente matriculados nos seus cursos de graduação presenciais, 735 nos cursos de graduação a distância e 942 alunos na pós-graduação (UFVJM, 2015).

A distribuição dos cursos pode ser visualizada na Figura 3:

Figura 3 – Dados sobre os cursos da UFVJM.

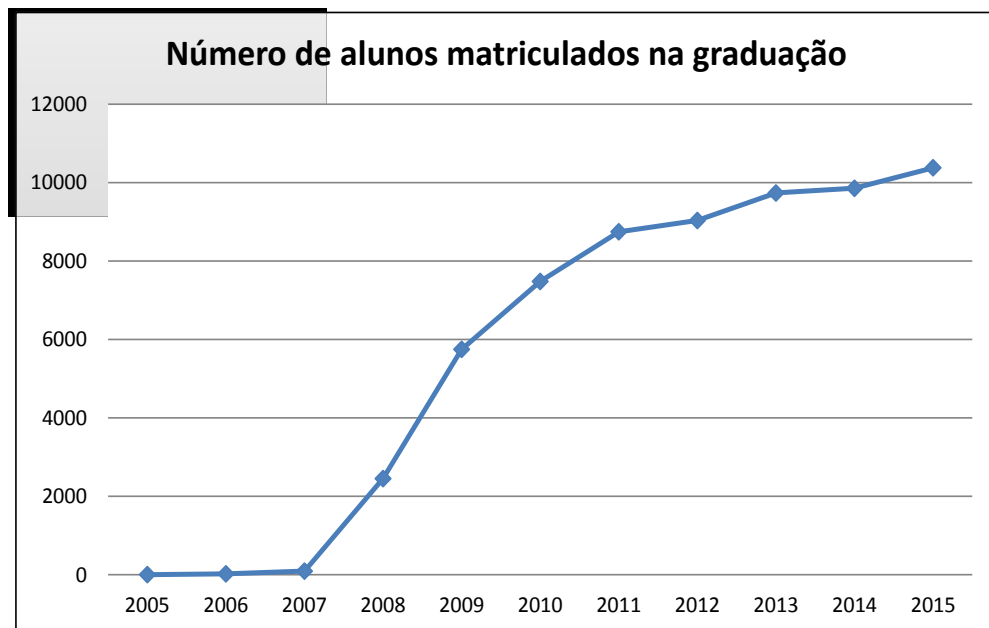
Modalidade	Qtde. de Cursos	Vagas Anuais	Matriculados	Diplomados em 2014	Total Diplomados Pelos Cursos
Graduação Campus JK - Diamantina	27	1570	4860	600	5521
Graduação Campus do Mucuri - Teófilo Otoni	10	600	2131	275	950
Graduação Campus Janaúba	6	400	243	0	0
Graduação Campus Unaí	5	320	130	0	0
Subtotal 1 - Graduação Presencial	48	2890	7364	875	6471
Graduação Educação a Distância - EaD	4	435	735	0	0
Subtotal 2 - Graduação Presencial + EaD	52	3325	8099	875	6471
Pós-Graduação Stricto Sensu - Diamantina	15	256	388	120	435
Pós-Graduação Stricto Sensu - Teófilo Otoni	1	12	12	0	0
Pós-Graduação Lato Sensu	10	841	542	0	2
Subtotal 3 - Pós-Graduação	26	1109	942	120	437
Total Geral Graduação + Pós-Graduação + EaD	78	4434	9041	995	6908

Fonte: UFVJM, 2015.

Dos 27 cursos de graduação oferecidos na UFVJM em Diamantina, seis possuem a disciplina de Empreendedorismo em sua estrutura curricular, nutrição, sistemas de informação, ciência e tecnologia, engenharia de alimentos, engenharia mecânica, e engenharia química, sendo que no curso de sistemas de informação a disciplina é obrigatória e nos outros cinco a disciplina é eletiva. (UFVJM, 2015)

O Gráfico 2 revela a evolução do número de alunos matriculados nos cursos de graduação da UFVJM em Diamantina, no período entre 2005 e 2015.

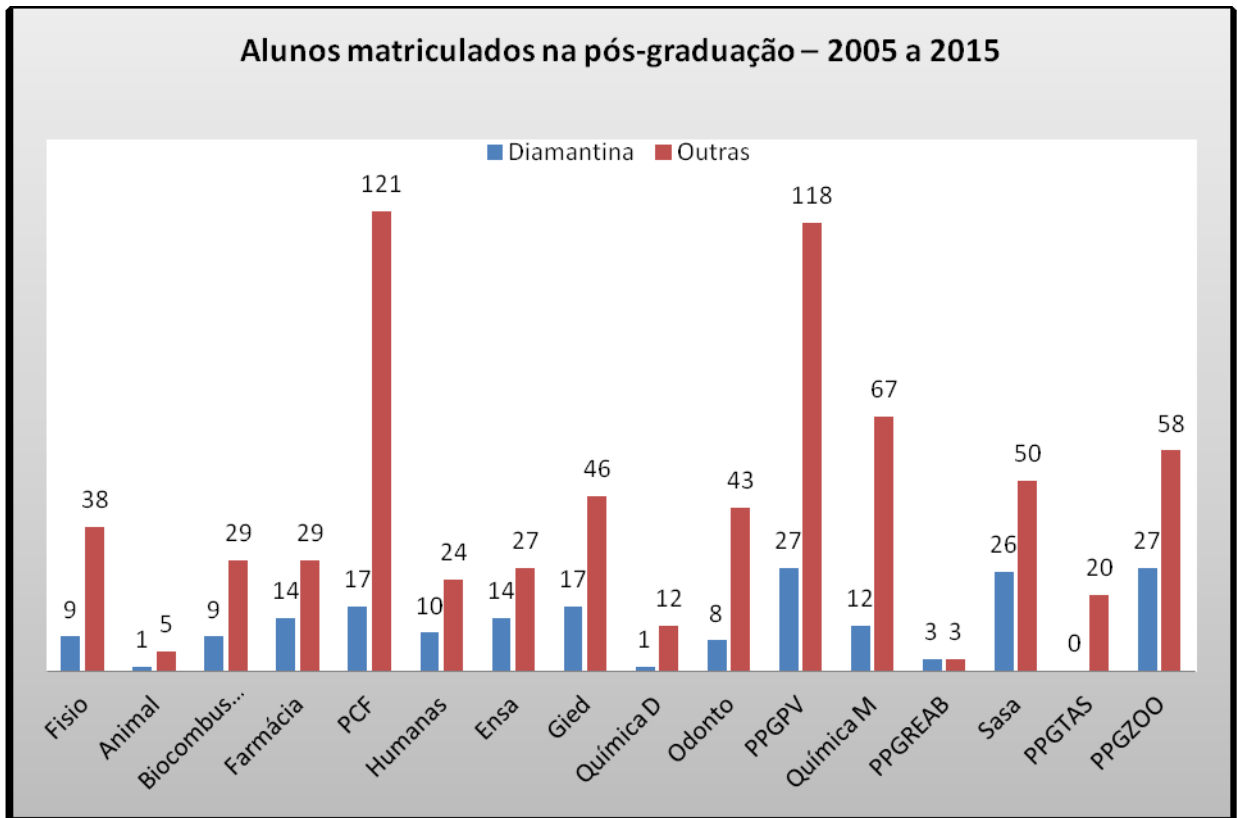
Gráfico 2 – Alunos matriculados nos cursos de graduação, de 2005 a 2015.



Fonte: Dados disponibilizados pela Pró-Reitoria de Graduação da UFVJM, 2016. (Elaboração própria).

Conforme informações da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), o registro das matrículas da graduação só começou a ser informatizado a partir de 2008, os valores de 2005 a 2007 são apenas de alunos com matrícula trancada (ANEXO A).

O Gráfico 3 ilustra como os cursos de pós-graduação *stricto sensu* foram preenchidos no período de 2005 a 2015 com pessoas do município de Diamantina.

Gráfico 3 – Diamantinoses na pós-graduação *stricto sensu* -2005 a 2015.

Fonte: Dados da PRPPG, 2016. (Elaboração própria).

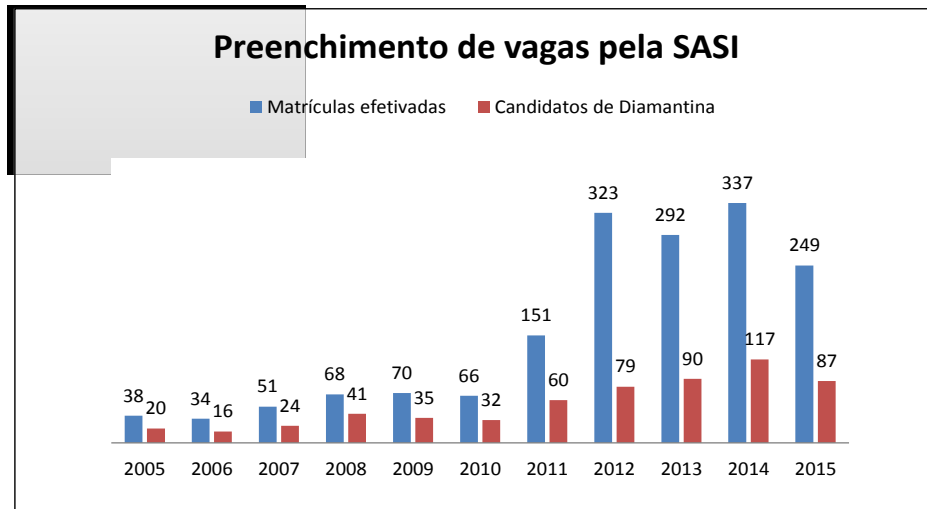
Em relação às atividades de pesquisa, atuam na UFVJM 77 grupos, formalmente cadastrados no Diretório Nacional de Grupos de Pesquisa do CNPq.

Apesar de ser uma universidade nova, alguns processos de interação com agentes da região já acontecem devido a iniciativas como a Seleção Seriada – SASI, ações de extensão da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura – PROEXC, as Empresas Juniores e a criação do Centro de Inovação Tecnológica da UFVJM – CITec, que atualmente abriga o Núcleo de Inovação Tecnológica da UFVJM, criado em 2008.

A SASI é uma seleção seriada, exclusiva da UFVJM de ampla divulgação na região de abrangência da Universidade. Segundo UFVJM (2015), a SASI avalia o conhecimento dos alunos ao término de cada série do Ensino Médio e tem uma reserva de 50% das vagas presenciais do primeiro semestre letivo de cada ano.

De acordo com dados fornecidos pela PROGRAD, Gráfico 4, é possível visualizar o quantitativo de ingressantes pelo SASI e a quantidade proveniente do município de Diamantina, entre 2005 e 2013:

Gráfico 4 – Ingressantes pela SASI provenientes de Diamantina, entre 2005 e 2015.



Fonte: Dados da PROGRAD, 2016. (Elaboração própria).

A extensão, como uma das funções sociais da Universidade, caracteriza uma forma de interação entre a universidade e a comunidade onde está inserida. A Pró-Reitoria de Extensão e Cultura - PROEXC, por meio da Diretoria de Extensão, é responsável pelas diversas ações de extensão da UFVJM que seguindo as orientações do Plano Nacional de Extensão Universitária, elaborado pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Ensino Superior – FORPROEX, e adotadas pelo MEC, são classificadas nas seguintes modalidades:

- a) Programa: conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão, preferencialmente integrando as ações de extensão, pesquisa e ensino. Tem caráter orgânico-institucional, clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum sendo executado a médio e longo prazo;
- b) Projeto: ação processual e contínua de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado. O projeto pode ser vinculado a um programa ou isolado;
- c) Curso: ação pedagógica, de caráter teórico e, ou, prático, presencial ou à distância, planejada e organizada de modo sistemático, com carga horária mínima de 8 (oito) horas e critérios de avaliação definidos;
- d) Evento: qualquer ação que implica na apresentação e, ou, exibição pública, livre ou com clientela específica, do conhecimento ou produto cultural, artístico,

esportivo, científico e tecnológico desenvolvido, conservado ou reconhecido pela Universidade, tais como: Congresso, Seminário, Ciclo de Debates, Exposição, Espetáculo, Evento Esportivo, Festival, Campanha e Outros;

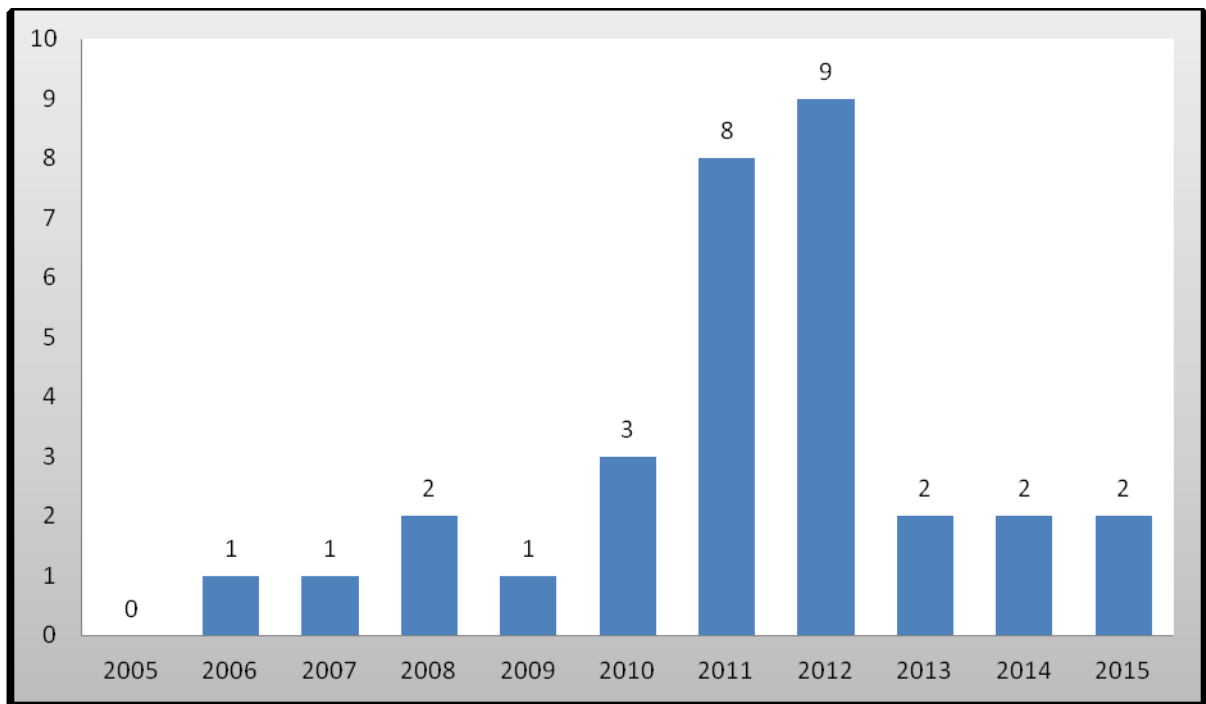
- e) Prestação de Serviço: realização de trabalho oferecido pela Instituição de Educação Superior ou contratado por terceiros. A prestação de serviços se caracteriza por intangibilidade, inseparabilidade processo/produto e não resulta na posse de um bem.

Estas ações estão normatizadas pela Resolução nº 1 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), de 21 de setembro de 2007. A extensão, na UFVJM, tem por objetivo:

ampliar e aprofundar as relações entre a UFVJM e outros setores da sociedade, em especial a dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, objetivando contribuir com alternativas de transformação da realidade, no sentido da melhoria das condições de vida e do fortalecimento da cidadania.(UFVJM, 2015).

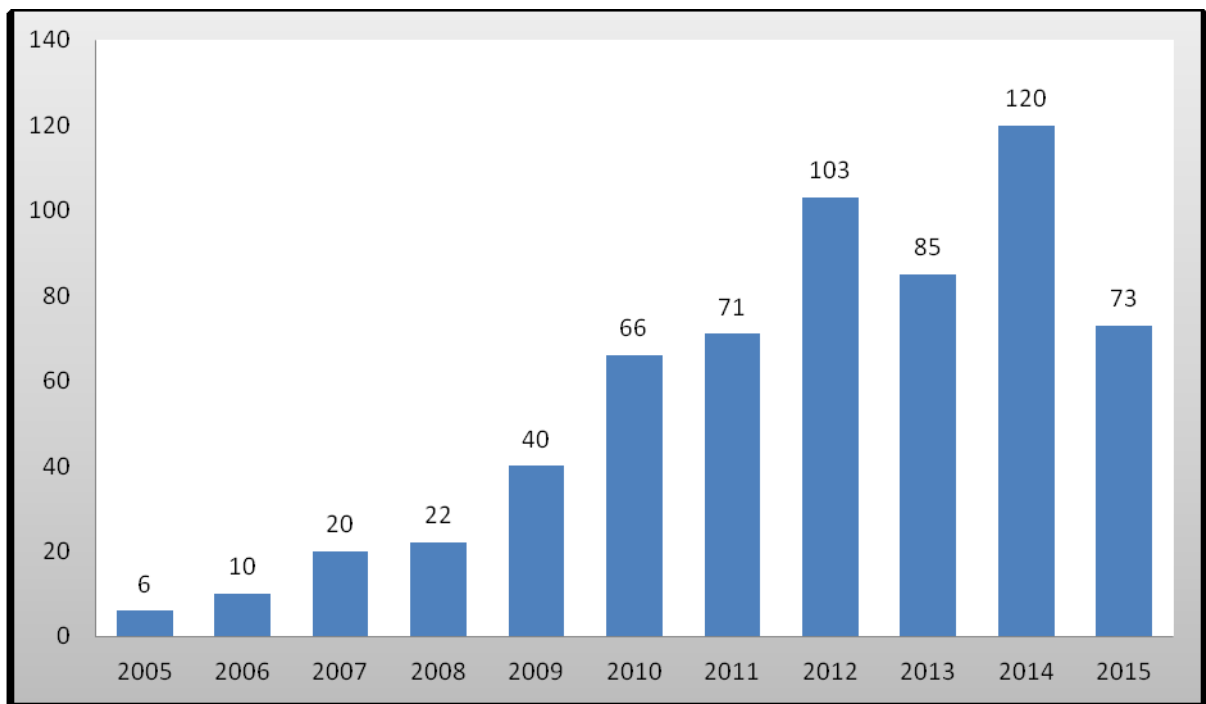
A seguir, os Gráficos 5, 6, 7, 8 e 9 ilustram a evolução das ações de extensão, por tipo de ação, no campus JK da UFVJM, no período de 2005 a 2015, conforme dados retirados dos relatórios anuais da PROEXC.

Gráfico 5– Programas de extensão realizados no período de 2005 a 2015.



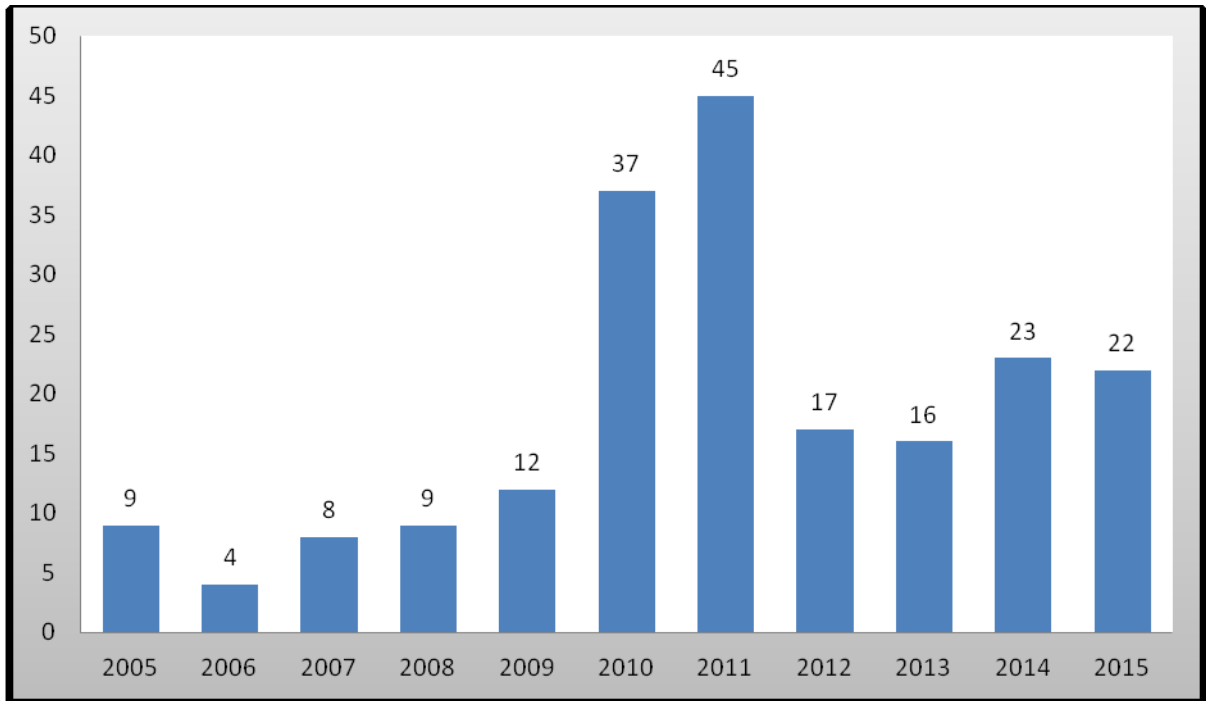
Fonte: Dados da PROEXC, 2016. (Elaboração própria)

Gráfico 6 – Projetos de extensão realizados no período de 2005 a 2015.



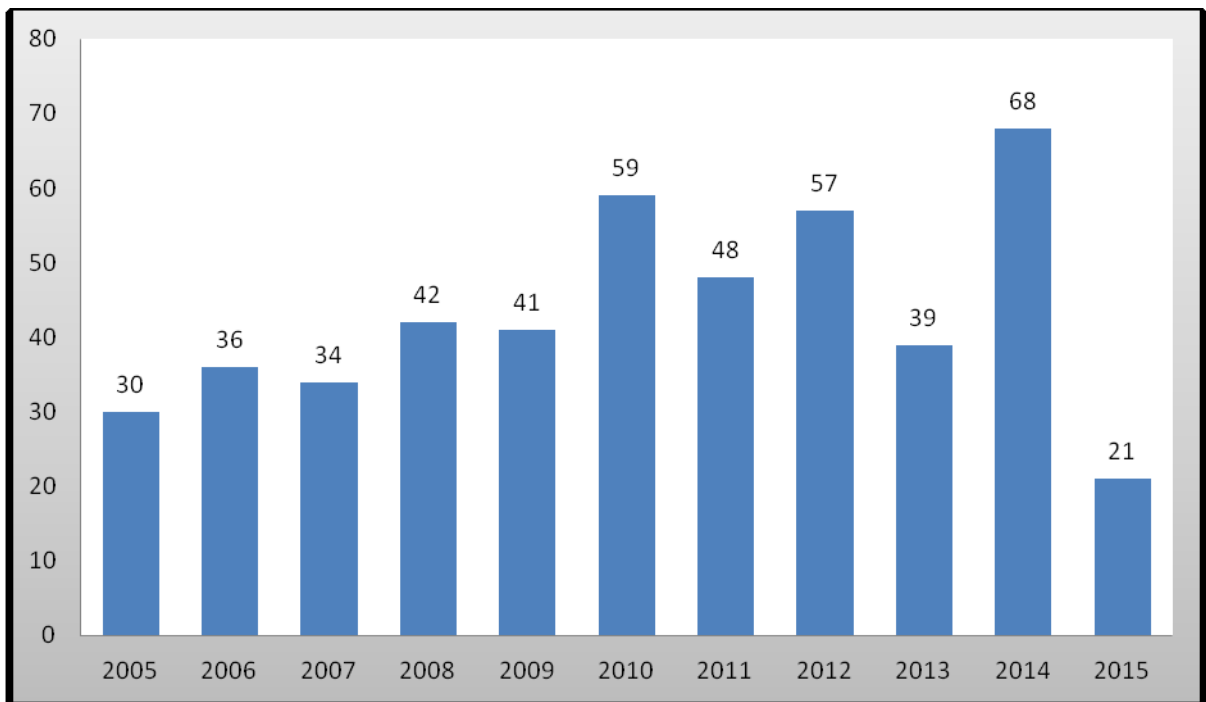
Fonte: Dados da PROEXC, 2016. (Elaboração própria)

Gráfico 7 – Cursos realizados no período de 2005 a 2015.



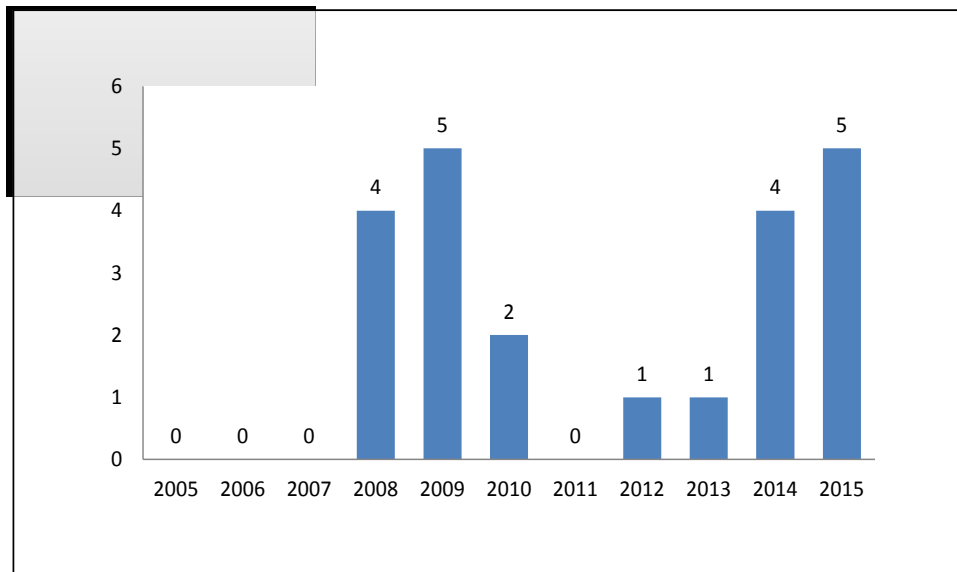
Fonte: Dados da PROEXC, 2016. (Elaboração própria)

Gráfico 8 – Eventos de extensão realizados no período de 2005 a 2015.



Fonte: Dados da PROEXC, 2016. (Elaboração própria)

Gráfico 9 – Prestações de Serviço realizadas no período de 2005 a 2015.



Fonte: Dados da PROEXC, 2016. (Elaboração própria)

A primeira ação de extensão da UFVJM, classificada como Programa, ocorreu em 2006, e refere-se à participação da instituição no Projeto RONDON do Ministério da Defesa, cujo lema é “Integrar para não Entregar” e tem por objetivo levar alunos em fase de graduação para a Amazônia, a fim de promover a integração e o conhecimento das diversas realidades nacionais (PROJETO RONDON, 2015).

Embora a UFVJM sempre tenha prestado serviços à comunidade, principalmente por meio das clínicas ligadas à Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde – FCBS, o primeiro registro dessa modalidade só aparece no ano de 2008, com a ação “Atendimento odontológico à criança com necessidade de tratamento endodôntico em dentes decíduos”, do Departamento de Odontologia da FCBS. Outro destaque da FCBS, conforme apontam os relatórios de gestão da PROEXC apontam, é apresentar-se como a unidade com maior número de ações extensionistas da UFVJM, principalmente em se tratando de Eventos.

Analisando os Gráficos, de uma forma geral, os Projetos se destacam por uma considerável evolução, enquanto as demais ações alternaram momentos de altos e baixos e, no caso da Prestação de Serviço, demonstra ser uma ação que ainda não está consolidada na instituição.

A empresa júnior é definida legalmente por

entidade organizada nos termos desta Lei, sob a forma de associação civil gerida por estudantes matriculados em cursos de graduação de instituições de ensino superior,

com o propósito de realizar projetos e serviços que contribuam para o desenvolvimento acadêmico e profissional dos associados, capacitando-os para o mercado de trabalho (LEI Nº 13.267, DE 06 DE ABRIL DE 2016).

As empresas juniores são vinculadas às instituições de ensino superior e desenvolvem atividades relacionadas ao campo de abrangência de pelo menos um curso de graduação indicado no estatuto da empresa júnior. Só poderão integrar essa empresa estudantes regularmente matriculados na instituição de ensino superior e no curso de graduação a que a entidade seja vinculada, desde que manifestem interesse,

Dentre os objetivos legais da empresa júnior está

estimular o espírito empreendedor e promover o desenvolvimento técnico, acadêmico, pessoal e profissional de seus membros associados por meio de contato direto com a realidade do mercado de trabalho, desenvolvendo atividades de consultoria e de assessoria a empresários e empreendedores, com a orientação de professores e profissionais especializados (LEI Nº 13.267, DE 06 DE ABRIL DE 2016).

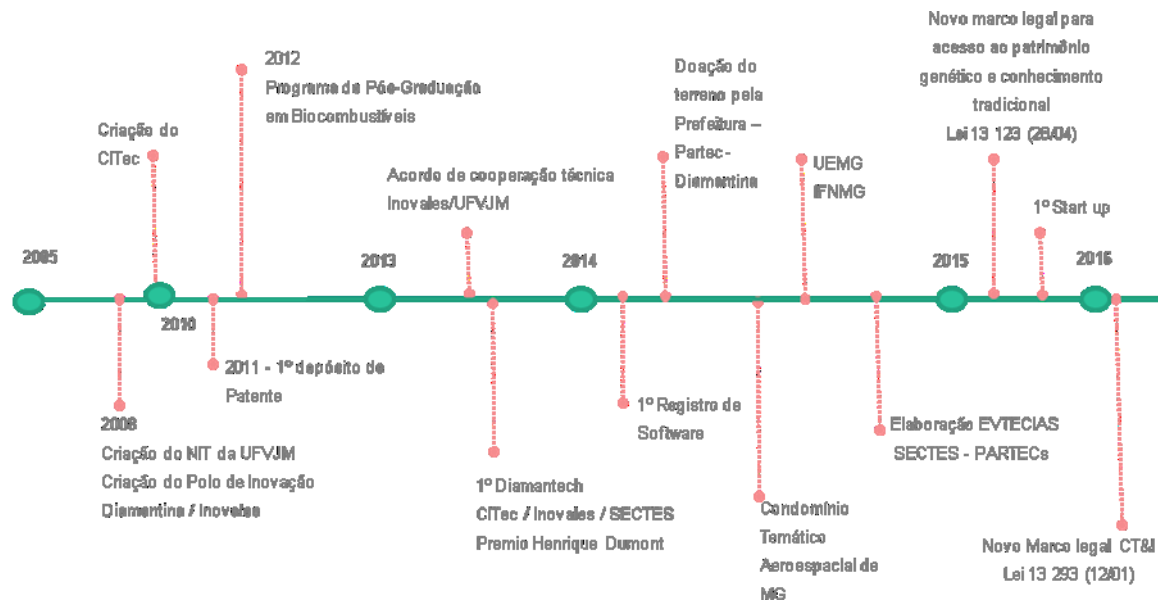
Essa é uma oportunidade, aos alunos dos cursos de graduação, de aplicação prática dos conhecimentos teóricos referentes à respectiva área de formação profissional, dando-lhes oportunidade de vivenciar o mercado de trabalho, preparando-os para o exercício da futura profissão além de aguçar-lhes o espírito crítico, analítico e empreendedor.

Na UFVJM, há uma Central de Empresas Juniores que, em dezembro de 2015, era composta por oito empresas juniores de diversas áreas: Engenharia Florestal (Arbórea), Farmácia (Farbio), Sistemas de Informação (Next Step), Enfermagem (Cuidare), Nutrição (Nutrise), Agronomia (Agrovales), Fisioterapia (Inovação) e Bacharelado de Ciências e Tecnologia e Engenharias (Avanço).

O Centro de Inovações Tecnológicas – CITec é um órgão suplementar vinculado à Reitoria, que visa agregar competências e valores voltados ao desenvolvimento tecnológico em todas as áreas de atuação da UFVJM e promover tecnologias de novas áreas do conhecimento pela articulação de atores da própria instituição e de outras, além de órgãos e empresas públicas e privadas, tendo como finalidade, no âmbito acadêmico, a consolidação das atividades do Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade (UFVJM, 2010).

A criação do CITec visa dar maior sustentação às ações da UFVJM no campo da Inovação Tecnológica, visto que abriga o Núcleo de Inovação Tecnológica da UFVJM, criado em 2008 e denominado Núcleo de Inovação Tecnológica e de Proteção do Conhecimento – NITEC. A Figura 4 apresenta o ambiente de inovação apontado para a região de Diamantina.

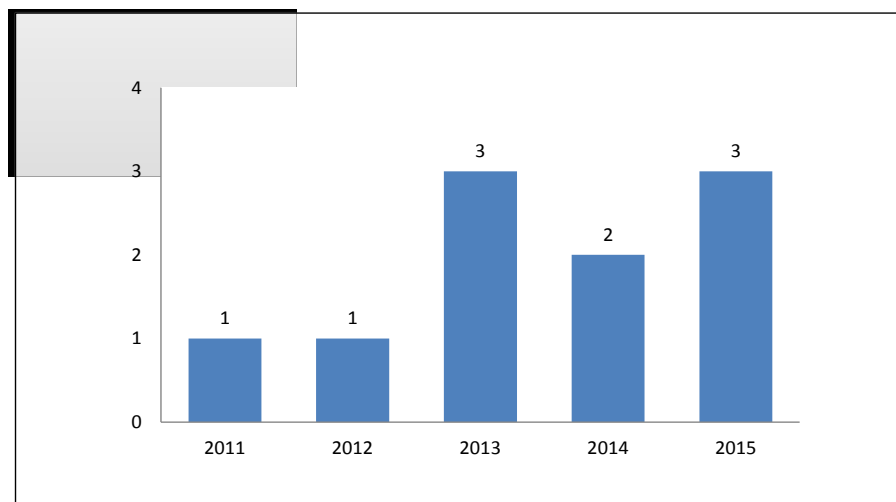
Figura 4: Ambiente de Inovação da UFVJM – município de Diamantina.



Fonte : CITEC, 2016.

Conforme observado na Figura 4, o primeiro depósito de patente pela UFVJM aconteceu em 2011, e em 2015 já eram dez pedidos em que constava a UFVJM como titular, conforme evolução ilustrada no Gráfico 10.

Gráfico 10 – Evolução dos depósitos de patentes pela UFVJM.



Fonte: CITEC, 2016. (Elaboração própria).

O CITec é responsável também pelos ambientes de Inovação da UFVJM, dentre eles a incubadora de empresas, em fase de planejamento, e o Parque Tecnológico em fase de implantação.

A incubadora de empresas oferece suporte a empreendedores para que possam desenvolver ideias inovadoras e transformá-las em empreendimentos de sucesso, oferecendo infraestrutura e orientando os empreendedores quanto à gestão do negócio e sua competitividade, entre outras questões essenciais ao desenvolvimento de uma empresa.

A implantação de um Parque Tecnológico – PARTEC em uma determinada região caracteriza uma grande oportunidade de desenvolvimento regional, pois promove diversificação de atividades econômicas, geração de empregos qualificados além de contribuir com a demanda local por produtos e serviços inovadores. Os PARTECs podem promover a recuperação de áreas urbanas degradadas, formar mão de obra qualificada, contribuir para a valorização cultural e preservar o meio ambiente.

A Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (Anprotec) define que:

Os parques tecnológicos, constituem um complexo produtivo industrial e de serviços de base científico-tecnológica. Planejados, têm caráter formal, concentrado e cooperativo, agregando empresas cuja produção se baseia em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Assim, os parques atuam como promotores da cultura da inovação, da competitividade e da capacitação empresarial, fundamentados na transferência de conhecimento e tecnologia, com o objetivo de incrementar a produção de riqueza de uma determinada região.(ANPROTEC, 2016)

Considerado a importância dos Parques Tecnológicos para o desenvolvimento do Estado de Minas Gerais, a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Minas Gerais (SECTES), no âmbito do “Programa Mineiro de Apoio a Parques Tecnológicos”, realizou a contratação do Centro Tecnológico de Desenvolvimento Regional de Viçosa (CenTev/UFV) para a execução do projeto “Elaboração e validação de metodologia de avaliação de viabilidade técnica, comercial, financeira e de impactos ambiental e social para implantação de Parques Tecnológicos em Minas Gerais”.

Conforme consta no documento resultante do referido estudo de viabilidade, a idealização de um projeto para instalação de um PARTEC no município de Diamantina ficou a cargo Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), por meio de parceria com a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Minas Gerais (Sectes/MG), Prefeitura Municipal de Diamantina e Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG).

A implantação do PARTEC - Diamantina começou a se tornar realidade com o processo de doação de um terreno, para esse fim, por parte da Prefeitura. Em 2015, o Parque pode ser considerado em fase de implantação e o seu foco de atuação possui como eixos primários a tecnologia aeronáutica, com ênfase em desmonte de aeronaves para reciclagem, e biocombustíveis. Os eixos secundários são o agronegócio, estudos ambientais e tecnologia da informação.

Nos últimos anos, ocorreram eventos que, direta ou indiretamente, foram disseminadores da cultura do empreendedorismo e da inovação tecnológica na UFVJM, além de configurarem-se como importantes ferramentas de aproximação entre a comunidade acadêmica e a sociedade. No Quadro a seguir, estão alguns eventos desenvolvidos ao longo dos últimos oito anos, separados por ano e evento.

Quadro 6 – Eventos realizados na UFVJM no período de 2008 a 2015.

ANO	EVENTO
2008	- I Semana Envolver : tem por objetivo proporcionar momentos de diálogo e interação entre a comunidade universitária e a população local.
2009	- II Semana Envolver ; - I Simpósio de Extensão : Tem como objetivo dar maior visibilidade às ações de extensão desenvolvidas, proporcionar a troca de experiências entre membros da comunidade e universidade que realizam ações de extensão.
2010	- III Semana Envolver ; - II Simpósio de Extensão .
2011	- IV Semana Envolver ; - III Simpósio de Extensão .
2012	- V Semana Envolver ; - I Sintegra : Tem por objetivo estimular a integração Ensino, Pesquisa e Extensão; e a principal finalidade é valorizar a atitude científica e a inovação gerando, dessa forma, conhecimento que transforma não só os Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Minas Gerais e o Brasil, mas também a vida de cada um. O Simpósio de Extensão foi integrado a este evento.
2013	- II Sintegra ; - I Diamantagro : O objetivo principal do evento é divulgar e incentivar o uso de técnicas e tecnologias que contribuam para o aumento da produtividade agropecuária para melhoria da gestão das atividades rurais, aumento da conservação ambiental e melhoria da qualidade de vida do homem do campo. - I Diamantech : tem por finalidade apresentar à comunidade empresarial de Minas Gerais os diferentes produtos e serviços desenvolvidos nos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri e articular os diferentes setores da sociedade, a fim de possibilitar a interação entre pesquisadores, empresas, Universidade e a sociedade.
2014	- III Sintegra ; - III Diamantech .
2015	- IV Sintegra ; - II Diamantagro ; - IV Diamantech .

Fonte: UFVJM, 2015. (Elaboração própria).

5.2 A Região

Em atendimento ao segundo objetivo específico, nesta seção é feito um estudo do município de Diamantina resgatando um pouco de sua história e descrevendo indícios do seu desenvolvimento.

Quando uma universidade se estabelece em uma região, espera-se que esta se desenvolva tanto social quanto economicamente devido às possibilidades de interação e compartilhamento do conhecimento disseminado na universidade entre as sociedades que abarca. Essa expectativa não foi diferente quando a sociedade de Diamantina, nos anos de 1953, almejou, lutou e conseguiu, com o apoio do então governador JK, que uma faculdade fosse instalada no município.

O *campus* sede da UFVJM está localizado no município de Diamantina, polo e referência do Vale do Jequitinhonha, que por sua vez situa-se ao nordeste do estado de Minas Gerais. Trata-se de uma região amplamente conhecida pelos seus baixos indicadores sociais e sua grande diversidade cultural, a qual se aproxima tanto das características do sertão nordestino, como também detém grandes belezas e riquezas humanas e naturais.

Conforme o Portal Polo Jequitinhonha (2015),

o Vale do Jequitinhonha é uma região marcada pelo contraste. Por um lado, grande parte de sua população vive em extrema pobreza e seu meio ambiente vem sistematicamente sendo agredido pelas atividades mineradoras, de carvoaria e pelo uso indiscriminado do fogo pela agricultura familiar. Por outro lado, são notórias as riquezas do sub-solo, promissor em recursos minerais, de seu patrimônio histórico-cultural, referência para Minas Gerais e para o Brasil, de seu artesanato diversificado e de seus atrativos turísticos.

Nos últimos anos, a região do Alto Jequitinhonha vem apresentando bons indicadores humanos e econômicos e, conforme dados do IBGE (2015), o Indicador de Desenvolvimento Humano (IDH) de Diamantina, de 2000 a 2010, apresentou um crescimento de 16%, situação que pode ilustrar uma suposta influência positiva da presença e atuação da UFVJM na região.

O município de Diamantina, antigo Arraial do Tijuco, possui suas origens no garimpo e na exploração de riquezas minerais. Seu nome, inclusive, provém do grande volume de diamantes encontrados na região e a sociedade diamantinense de hoje certamente caracteriza-se por traços que são influências do tempo da colonização portuguesa e do movimento dos bandeirantes que acabaram por ditar a ocupação do antigo Arraial do Tijuco.

Machado Filho (1980, p.156) aborda a questão do tipo diamantinense de forma interessante, quando relata que

o viajante atilado poderia observar que há um tipo diamantinense caracterizado que, na capacidade inata para a alegria plenária, bem mostra ser minerador, acostumado à folga das horas propícias, mas sempre à espera dos momentos infelizes, segundo o fluxo e refluxo da fortuna próprios da mineração.

O autor afirma ainda que essa marca especial que distingue o diamantinense é de caráter muito sério, derivada da força misteriosa que vem da continuidade tradicional.

5.2.1 Um pouco da história de Diamantina

Grande parte da história de Diamantina está profundamente ligada ao nascimento, apogeu e declínio da atividade extrativista do ouro e diamante em Minas Gerais.

Diamantina abrange uma área de 4.672 Km² e é o maior município da região do Alto Jequitinhonha, compreendendo, de maneira geral, um extenso planalto irregular, divisor de águas das bacias dos rios São Francisco e Jequitinhonha, ficando a maior parte do município na borda oriental da Serra do Espinhaço que, com suas cristas, às vezes agudamente serrilhadas, determina o aspecto principal da paisagem. Devido à especificidade dos terrenos de solos pobres e muito permeáveis, desenvolveu-se na região diamantina uma vegetação de campo rupestre, com predominância das gramíneas e da planta conhecida como sempre-viva, cuja exportação representa considerável fonte local de renda. (ÁVILA, 1979).

O espaço urbano de Diamantina é emoldurado pela Serra dos Cristais, que abriga nascentes e represas de água, mirantes, cruzeiros e a Igreja de Nossa Senhora Aparecida, além de um importante trecho histórico: um caminho calçado com pedras, conhecido como Caminho dos Escravos. Em novembro de 2010, o Conselho Estadual do Patrimônio Cultural – Conep – do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA/MG – realizou o tombamento definitivo da Serra dos Cristais, devido “o bem se encaixar no conceito de paisagem cultural, uma vez que desempenha grande importância na formação da identidade local e regional e na composição da paisagem de Diamantina” (IEPHA, 2016).

Com o tombamento estadual definitivo do Conjunto Paisagístico da Serra dos Cristais, garantiu a proteção da área tombada e do seu entorno, mais e melhores elementos para a salvaguarda desse conjunto paisagístico, continuamente ameaçado pela ocupação irregular e desordenada (IEPHA, 2016).

Dentro desse quadro natural, ocorreu o grande surto minerador responsável pela ocupação do território. A descoberta do primeiro diamante teria ocorrido no antigo Arraial do Tijuco (hoje Diamantina), em 1714. Os diamantes extraídos dos leitos de rios e encostas do Tijuco financiaram, durante o século XVIII, a economia de Portugal (DIAMANTINA, 2000). Naquele período, o Tijuco se tornou um dos centros mais prósperos do país e, em 1838, o Arraial do Tijuco foi elevado à categoria de vila, com a denominação de Diamantina.

A partir de meados do século XIX, as reservas diamantíferas foram diminuindo e no século XX, quando já se encontravam em decadência, o município foi perdendo sua força econômica. A escassez das minas produziu um declínio avassalador na economia do município, que não tinha mais a condição de gerar empregos à população de mais de 40 mil habitantes. Ainda assim, Diamantina produziu, para o Brasil, uma de suas figuras políticas mais importantes – Juscelino Kubitschek – um dos mais queridos presidentes da história do país (DIAMANTINA, 2000).

Em 1876, foi fundada, pelo primeiro bispo de Diamantina, Dom João Antônio dos Santos, uma fábrica têxtil num povoado a dezesseis quilômetros de Diamantina – conhecido por Biribiri – *biri*, em tupi-guarani, significa buraco. Justamente no meio desse buraco é que se ergueu um dos maiores polos industriais têxteis do século XIX. A fábrica surgiu para oferecer oportunidades de trabalho, em plena crise da extração diamantífera. Biribiri chegou a empregar seiscentas pessoas e funcionou durante cento e três anos com algumas mudanças de proprietários (DIAMANTINA, 2000).

Hoje a antiga fábrica, e a vila que se formou ao seu redor, estão inseridas no Parque Estadual do Biribiri, criado pelo Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais – IEF conforme Decreto nº 39.909 de 22 de setembro de 1998. O parque tem uma extensão de 16.998,66 hectares e se destaca pelo seu importante ecossistema, com rica flora e fauna. Nele há diversos atrativos culturais e arqueológicos, com vestígios da exploração de ouro e do diamante na região. (IEF, 2016).

De acordo com Ávila (1979, p.468),

o declínio da mineração do diamante não tolheu a índole culta, alegre e hospitaleira da gente local, que ainda conserva seu temperamento descontraído e sensível à arte e às coisas do espírito. Suas festividades religiosas e populares se revestem até nossos dias da mesma autenticidade e alegria do passado, constituindo permanente motivo de atração para quantos visitam a cidade.

A decadência econômica fez também com que o município se voltasse novamente para as suas origens históricas e culturais, que renderam novas perspectivas de

desenvolvimento por meio do turismo. As marcas do passado, presentes nas ruas estreitas com calçamento de pedras, no casario antigo, na história, nos personagens, no artesanato e nas crenças populares, levaram Diamantina a ser uma das primeiras cidades brasileiras tombadas como patrimônio histórico, em 1938, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Representou um passo importante para conquistar o título mundial em 1999, quando a Unesco concedeu ao município o título de Patrimônio Cultural da Humanidade. (DIAMANTINA, 2002).

Por um grande período do século XX, as indústrias extrativistas de diamante, ouro e sempre-viva, e também a indústria têxtil foram consideradas as mais importantes para a economia local, representando, juntamente às atividades do setor de serviços, a parcela mais significativa das fontes de renda do município (ÁVILA, 1979).

Em 1953, foi criada em Diamantina, com grande influência do então governador de Minas Gerais - JK, a Faculdade de Odontologia de Diamantina - FAOD, que trouxe para a sociedade diamantinense grandes esperanças de desenvolvimento regional.

Em meados do século XX, foi inaugurada em Diamantina a Fábrica Têxtil Antonina Duarte, dos então donos da Fábrica de Biribiri. Segundo reportagem veiculada no Jornal Integração de 18 de setembro de 2011, a fábrica chegou a empregar cerca de quinhentas pessoas e, nos tempos áureos da tecelagem no Estado, a fábrica operava em três turnos. As duas fábricas funcionaram juntas por um tempo, mas em 1979 a fábrica de Biribiri encerrou suas atividades e no início do século XXI a fábrica Antonina Duarte, indicou, também, suas atividades encerradas. O fim das atividades nesta fábrica foi gradual e, a partir do segundo semestre de 2010, começaram as demissões, sendo dispensados, num primeiro momento, cem dos duzentos e cinquenta funcionários. Segundo o Jornal Integração (2011), esse fato se deu devido à crise do setor têxtil no Brasil, provocada pela importação agressiva dos produtos chineses e ao dólar baixo, que deixou menos rentáveis as exportações.

Na época da campanha “Diamantina Patrimônio da Humanidade”, ficou marcada a grande mobilização da comunidade do município sob a expectativa de novas alternativas econômicas e sociais para a região. A conquista do título, como esperado, abriu as portas para o turismo, alterando as perspectivas da comunidade e mudando o perfil da atividade comercial do município. No entanto, a manutenção de tal posto internacional, impôs à cidade uma série de desafios que incluíam desde a adequação da infraestrutura ao crescimento do fluxo turístico até a continuação da mobilização social no sentido de zelar pela integridade de seu patrimônio, principalmente contra os avanços da especulação imobiliária.

Outra conquista da comunidade diamantinense ocorreu em 2005 com a criação da UFVJM. Essa transformação trouxe à cidade, além do crescente número de servidores e alunos, que uma vez instalados na cidade movimentam a economia local, a perspectiva de desenvolvimento econômico, social e cultural.

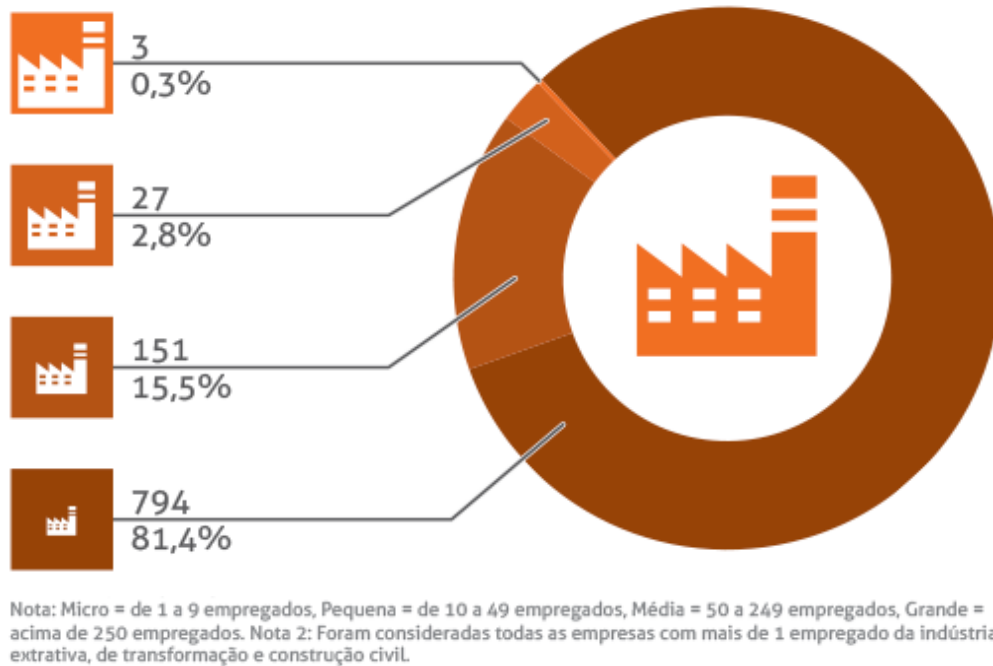
Ao final deste breve resgate histórico, foi possível perceber que o município de Diamantina passou, em sua trajetória de vida, por idas e vindas que foram contribuindo tanto para a sua rica história, como também para caracterizar o perfil de sua comunidade carregada de expectativas frente às oportunidades de desenvolvimento regional.

5.2.2 Diamantina hoje

Diamantina é uma cidade histórica bastante conhecida e visitada. A cidade é um dos destinos da Estrada Real – roteiro cultural e turístico brasileiro de grande destaque pela riqueza de seu acervo histórico e incontestável beleza natural.

Conforme dados de 2015 do IBGE (2015), o município de Diamantina possui 47.952 habitantes e, juntamente a seus nove distritos, ocupa uma área de 3.891.659 km². Em dados de 2012, do mesmo instituto, atuantes no município, há 44 escolas de ensino fundamental e treze escolas de ensino médio, dentre públicas e privadas, além de cinco agências de instituições financeiras. Quanto à sua economia, uma das principais características é a predominância de micro-empresas e a baixa concentração industrial. Segundo estudo feito pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG,) a região do Vale do Jequitinhonha é a menos industrializada do Estado de Minas Gerais, conforme descrito no Gráfico 11.

Gráfico 11– Distribuição das empresas por porte (2014).



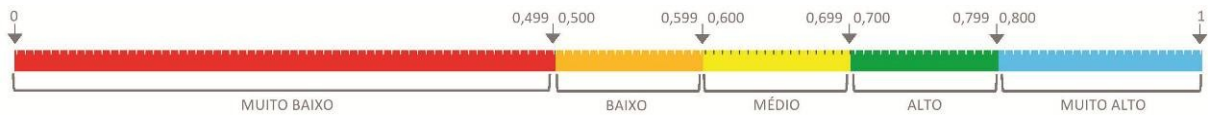
Fonte: RAIS, MTE (2014). Disponível em FIEMG, 2014.

Para analisar o desenvolvimento de uma região, faz-se necessário a utilização de alguns indicadores. Conforme Haddad (2004), após a crise dos anos 30, Estados Unidos, França, Inglaterra e outros países sentiram a falta de um sistema de informações capaz de acompanhar a conjuntura econômica e os níveis de atividade da economia. Surgiram assim os primeiros indicadores de acompanhamento da conjuntura econômica e do ambiente macroeconômico dos países, com a contribuição teórica de diversos economistas. A partir da década de 50, as Nações Unidas assumiram a responsabilidade técnica de normatização desses indicadores e surge, com isso, a primeira geração de indicadores. A partir dos anos 70, com o grande avanço da economia mundial, ocorrido no período pós-guerra, surge uma segunda geração de indicadores, diante da necessidade de se dispor de informações atualizadas, desagregadas e relevantes para a concepção e a implementação de políticas públicas para os países e regiões. Diversos organismos públicos foram criados para suprir essa demanda. Em Minas Gerais, a Fundação João Pinheiro, em convênio com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), produziram indicadores como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que avaliam a qualidade de vida e o desenvolvimento econômico de uma população. Com a nova

concepção de desenvolvimento sustentável, novos indicadores foram surgindo, constituindo uma terceira geração. No Brasil, o IBGE, o Ministério da Ciência e Tecnologia, o Ministério do Meio Ambiente e outras organizações, além de utilizarem o IDH, têm gerado um conjunto de outros indicadores.

O IDH da população do município de Diamantina saiu de uma condição de “baixo”, em 1991, passando para “médio”, em 2000 e alcançou um nível considerado “alto” em 2010, com um aumento de 58,1% neste último período. A classificação das faixas do IDH, sua evolução, bem como as taxas de crescimentos nesses períodos, estão ilustrados na Figura 5.

Figura 5 – Faixas do IDH de Diamantina, MG, segundo classificação do IBGE.



Fonte: SEBRAE, 2014.

Gráfico 12 – Evolução do IDH do município de Diamantina/ 1991-2010.



Fonte: SEBRAE, 2014.

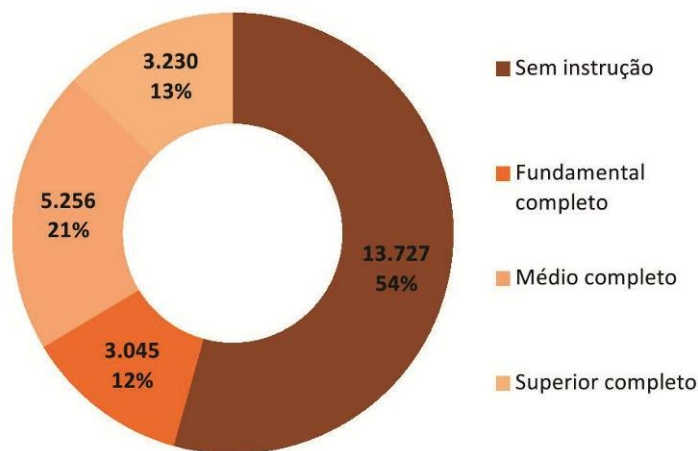
Tabela 1 – Taxa de crescimento do IDH no município de Diamantina.

	Taxa de Crescimento
Entre 1991 e 2000	32,9%
Entre 2000 e 2010	18,9%
Entre 1991 e 2010	58,1%

Fonte: SEBRAE, 2014.

Apesar de ter sido registrado um aumento referente à Educação, no Gráfico do IDH, a porcentagem de pessoas adultas e sem instrução ainda é alta em relação ao total de pessoas adultas, conforme é possível perceber no Gráfico 13.

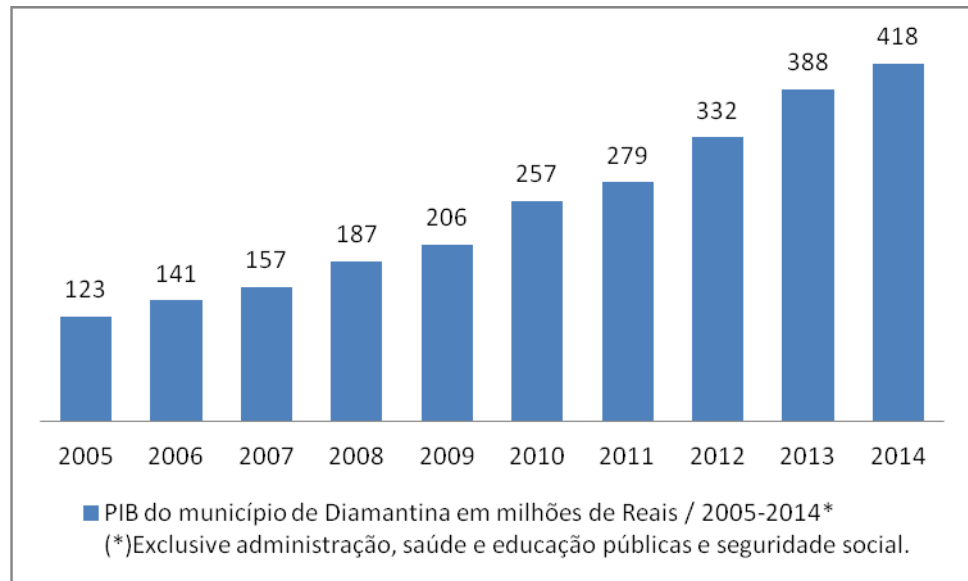
Gráfico 13 – Escolaridade da população adulta (25 anos ou mais) de Diamantina/ 2010.



Fonte: SEBRAE, 2014.

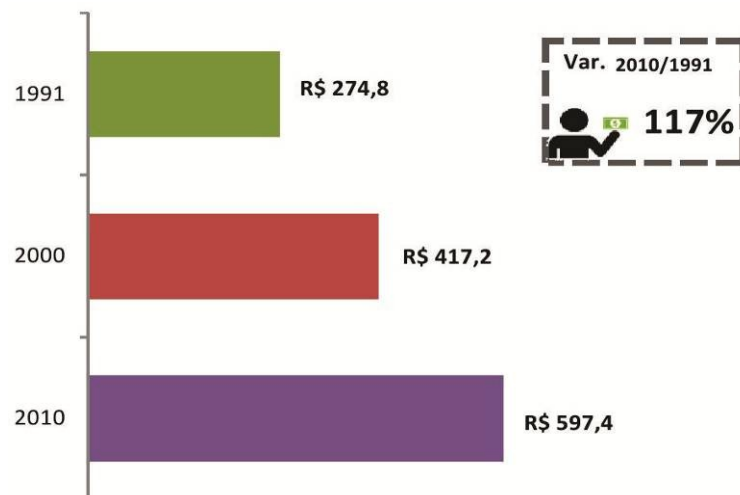
Segundo estudo feito pela Unidade de Inteligência Empresarial do Sebrae Minas, o Produto Interno Bruto (PIB) de Diamantina vem demonstrando um crescimento consistente, conforme o Gráfico 14. Segundo dados do IBGE (2016) a economia do município de Diamantina-MG dobrou entre os anos de 2005 e 2010, apresentando um aumento de 109 % comparando a 2005. Os números de 2005 a 2014 apontam ainda que a instalação da UFVJM foi em grande parte responsável pelo expressivo aumento da economia do município que em 2014 atingiu 418 milhões de Reais.

Gráfico 14: PIB do município de Diamantina em milhões de Reais / 2005-2014.



Fonte: IBGE, 2016.

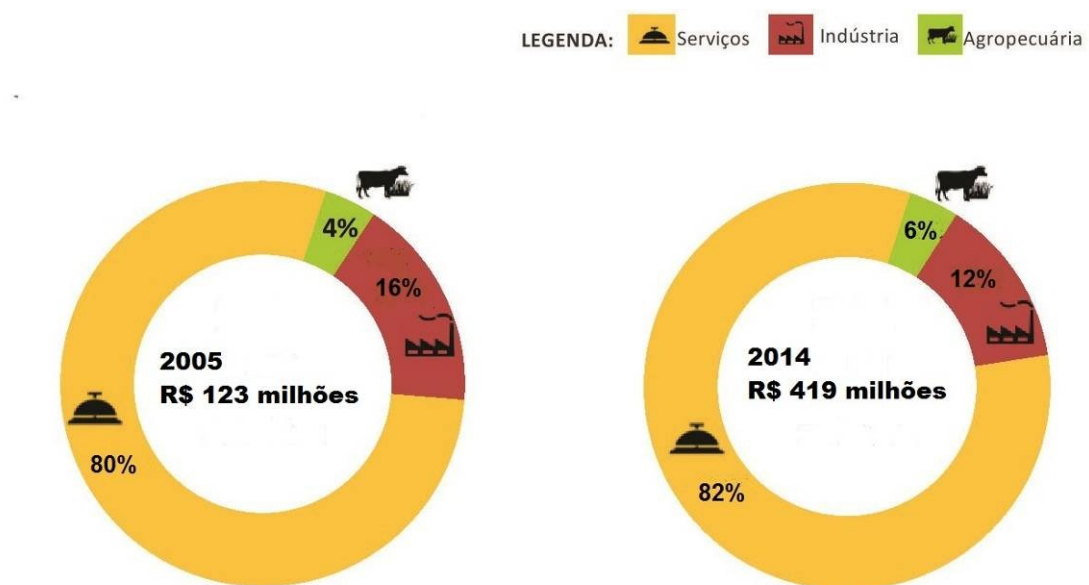
Quanto à renda *per capita* da população diamantinense, houve uma variação de 117% do ano de 1991 para o ano de 2010 (GRÁFICO 15).

Gráfico 15 – Renda *per capita* do município de Diamantina/ 1991-2010.

Fonte: SEBRAE, 2014.

Um apontamento interessante, segundo dados do IBGE (2015), é que o número de empresas ativas na cidade, em 2013, aumentou apenas em 4,75% do número de empresas ativas em 2006. Tal fato representa uma variação pequena frente ao aumento considerável da população, principalmente flutuante, mas, considerando a variação do valor adicionado por setor, percebemos que houve um aumento significativo em um período semelhante (IBGE, 2016). Estas informações podem ser mais bem visualizadas por meio do Gráfico 16.

Gráfico 16: Valor adicionado por setor da economia em Diamantina, 2005/2014.



Fonte: IBGE, 2016. (Adaptado pela autora)

Foi possível perceber, por parte da gestão do município, uma intenção de incentivar o empreendedorismo no município e favorecer o desenvolvimento das micro e pequenas empresas locais, pela instituição do Estatuto Municipal da Micro e da Pequena Empresa e do Microempreendedor Individual, por meio da Lei Complementar 098, de 06 de dezembro de 2011. No entanto, não foram identificadas, ainda, ações efetivas referentes a esta lei.

5.3 A UFVJM sob a ótica da universidade empreendedora

O principal objetivo do presente trabalho foi investigar se a UFVJM, no município de Diamantina, possui características de universidade empreendedora. A análise foi guiada pelos cinco pontos identificados por Clark (1998, 2003; 2006):

- 1) renda diversificada da universidade;
- 2) capacidade fortalecida de administração;
- 3) entorno de desenvolvimento que ultrapasse as barreiras da organização;
- 4) centro acadêmico estimulado;
- 5) cultura empreendedora envolvente;

Além desses pontos, também foi levada em consideração a região onde a Universidade está inserida.

Para a estruturação da análise, optou-se por usar o modelo de Matriz SWOT, conforme os Quadros de 7 a 11, em seguida:

Quadro 7 – Matriz SWOT da UFVJM/Renda diversificada.

	Contribui para a estratégia	Dificulta a estratégia
Aspectos internos	<p style="text-align: center;"><u>Forças</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Pessoal altamente capacitado em diversas áreas; - Infraestrutura; - Maior empregador do município de Diamantina - Ativos de propriedade intelectual 	<p style="text-align: center;"><u>Fraquezas</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Dependência econômica de poucas fontes; - Poucos projetos com a iniciativa privada; - Falta de regulamentação interna para prestação de serviços.
Aspectos externos	<p style="text-align: center;"><u>Oportunidades</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Legislação municipal e federal; - Alto potencial de consumo em Diamantina; - PIB de diamantina crescente. - Transferência de tecnologia 	<p style="text-align: center;"><u>Ameaças</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Governo como principal fonte de recursos - Pouca participação da sociedade - Setor industrial local pouco desenvolvido.

Fonte: Elaboração própria, 2016.

Em relação à renda diversificada da universidade (quadro 7), apesar de contar com um corpo docente capacitado e infraestrutura de qualidade, a UFVJM não possui variadas fontes de financiamento, sendo dependente de repasses de recursos do Estado para a

manutenção de suas atividades. Segundo os relatórios de gestão dos períodos de 2007 a 2014, foi possível perceber que as principais fontes de financiamento das pesquisas acadêmicas são aquelas provenientes de agências públicas de fomento, como a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e a Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais – FAPEMIG. Essa realidade, em parte, está relacionada à ausência de um setor produtivo industrial considerável na região, bem como ao fato de as empresas brasileiras ainda investirem pouco em P&D. Quanto ao financiamento da instituição, não foram identificadas rendas procedentes de prestações de serviço ou outras parcerias.

A instituição pode se beneficiar de incentivos legais em diversas esferas (municipal, estadual e federal), a fim de favorecer as ações para a diversificação de renda usando, por exemplo, a lei do Bem e a lei de propriedade industrial, o que proporciona também desenvolvimento na região.

O crescimento do PIB da região indica desenvolvimento econômico. Considerando a economia aquecida e a presença da Universidade, tem-se um cenário favorável a investimentos voltados às demandas locais, que podem ser explorados ora por projetos de pesquisa associados à iniciativa pública, privada, ou ambas; ou mesmo em ações de extensão, sendo, portanto, uma oportunidade de melhorar ainda mais a qualidade de vida, a geração de trabalho e renda e fazer crescer a economia local.

Na prática, verifica-se, pela quantidade reduzida das ações de extensão, um quadro de carência nas interações da universidade com a sociedade e, de forma antagônico, o alto potencial de desenvolvimento regional, sendo evidente a desconectividade de ações, tanto por falta de iniciativas da UFVJM como também pela pouca participação da sociedade em projetos da universidade, que podem ser melhor trabalhados para gerar desenvolvimento regional de forma mais efetiva.

Outro ponto importante a ser trabalhado são os ativos de propriedade intelectual, tais como, as patentes, as marcas e os softwares que podem ser transferidos à sociedade gerando desenvolvimento.

Quadro 8 – Matriz SWOT da UFVJM/Capacidade fortalecida de Administração.

	Contribui para a estratégia	Dificulta a estratégia
Aspectos internos	<p style="text-align: center;"><u>Forças</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Pessoal técnico capacitado em diferentes níveis; - Presença de ambientes promotores de inovação; - Expansão da UFVJM; - Desenvolvimento regional presente na Missão da UFVJM. 	<p style="text-align: center;"><u>Fraquezas</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Falta de regulamentação interna para prestação de serviço.
Aspectos externos	<p style="text-align: center;"><u>Oportunidades</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Legislação municipal e federal; - PARTEC em fase de implantação. 	<p style="text-align: center;"><u>Ameaças</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Instabilidade econômica.

Fonte: Elaboração própria, 2016.

Referente à capacidade fortalecida de administração (quadro 8), foi possível perceber a orientação da gestão por práticas que permitiram o ajustamento da instituição às mudanças do mercado e aos interesses do governo, por meio do apoio da administração na criação do NIT, CITec e PARTEC. O NIT, por força da lei de inovação, mas a constituição do Centro de Inovação Tecnológica demonstra a inclinação da UFVJM para ações que busquem desenvolvimento tecnológico. A promoção do Parque Tecnológico foi outra ação identificada que mostra a vontade da gestão em proporcionar desenvolvimento regional. O PARTEC atualmente apresenta estudo de viabilidade técnica, econômica, comercial, ambiental e social (EVTECIAS) desenvolvido e, após estudo realizado pela SECTES com apoio do CENTEV / UFV, foi considerado em fase de implantação e poderá ser um grande impulsionador de desenvolvimento local.

Quando se fala em administração de uma instituição, não há como não pensar em sua missão, já que esta deve orientar todas as suas ações. A UFVJM apresenta em sua missão a promoção do desenvolvimento regional e isso deve ser usado pela administração para disseminar na comunidade interna o pensamento de que as ações institucionais devam ser voltadas também para esse tema, bem como usá-lo para estimular a criação de regulamentações internas que facilitem o trabalho voltado ao desenvolvimento das regiões onde a universidade está inserida.

No período correspondente ao recorte temporal deste trabalho, a expansão da Universidade foi uma proposta que a comunidade acadêmica decidiu acatar e a Administração para isso, mobilizou recursos e esforços implantando mais *campi* em outras regiões do Estado de Minas Gerais. Essa postura, sob a ótica do desenvolvimento regional, e também o segundo ponto estabelecido por Clark (1998, 2003; 2006), denota uma orientação da administração por

práticas gerenciais que permitiram a UFVJM ajustar-se às necessidades da sociedade, bem como aos interesses do governo.

Mas todos os esforços da Administração em direção ao desenvolvimento regional podem ser ameaçados se um quadro de instabilidade política se prolongar. Uma crise, principalmente econômica, significa um risco uma vez que pode haver cortes de verbas vindas do Governo Federal, bem como possíveis investimentos da iniciativa privada.

Quadro 9 – Matriz SWOT da UFVJM/Entorno de desenvolvimento

	Contribui para a estratégia	Dificulta a estratégia
Aspectos internos	<p style="text-align: center;"><u>Forças</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Empresas juniores, - Centros de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico; - Ações de pré-incubação de empresas; - Presença de fundação de apoio; - Ações de extensão. 	<p style="text-align: center;"><u>Fraquezas</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Falta de regulamentação interna para prestação de serviço; - Pouca participação da comunidade acadêmica; - Estrutura subutilizada;
Aspectos externos	<p style="text-align: center;"><u>Oportunidades</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Legislação municipal e federal; - Região com potencial cultural, físico e social a ser desenvolvido. - Presença de outras instituições de ensino e pesquisa. 	<p style="text-align: center;"><u>Ameaças</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Setor industrial pouco desenvolvimento; - Alto índice de adultos sem instrução.

Fonte: Elaboração própria, 2016.

Foram identificados na UFVJM algumas unidades e ações que possibilitam a difusão do conhecimento gerado na universidade, tais quais as Empresas Juniores, a presença de Centros de pesquisa, a estrutura do CITEC, com a pré-incubadora de Empresas, a FUNDAEPE (que se caracteriza como uma promotora de ações voltadas para a disseminação do conhecimento como fundação de apoio da UFVJM); o PARTEC, que, apesar de estar em fase de implantação, certamente a ideia de sua concepção já começou a fomentar possibilidades de interações com o setor produtivo existente bem como com a sociedade de uma forma geral.

Além disso, o município de Diamantina, por ser patrimônio cultural da UNESCO, apresenta alto potencial cultural e social a ser desenvolvido. Esse status configura uma janela de oportunidade às interações da Universidade por meio de seu entorno de desenvolvimento

com setores locais, bem como parcerias com outras instituições de ensino situadas na região, considerando ainda, o apoio legal que essas interações podem se beneficiar.

Apesar de toda a estrutura mencionada e ainda do pessoal capacitado que a UFVJM pode contar, percebe-se que as estruturas estão subutilizadas, o que configura um grande ponto negativo para a UFVJM em relação ao seu ‘entorno de desenvolvimento’. Além de a UFVJM não contar com regulamentações voltadas para o uso dessas estruturas e para as interações com o setor produtivo e sociedade em geral, não foram identificados, por exemplo, registros de empresas incubadas, e isso deixa claro que apenas as estruturas e as intenções não levam ao desenvolvimento.

Uma das formas de estimular o empreendedorismo dentro da universidade é dar apoio institucional e fortalecer sua estrutura de empresas juniores. Por meio delas é que se pode formar pessoas que sejam engajadas com o empreendedorismo e tenham experiência em práticas do setor empresarial, ainda como estudantes de graduação. A empresa júnior tem capacidade de suprir pequenas demandas da região de abrangência da UFVJM tendo, muitas vezes, acesso à tecnologia e à inovação, aproximando inclusive os professores que se alinham a essas iniciativas.

Da mesma maneira, a estrutura de pré-incubadora de empresas do CITec precisa identificar – seja por meio de eventos, concursos, workshops, ou outras ações – dentro da instituição ideias que têm potencial de se tornar empresas inovadoras e trabalhar para desenvolvê-las.

O entorno de desenvolvimento, na UFVJM, em Diamantina, é visível e tende a aumentar. A baixa taxa de participação da comunidade acadêmica, no entanto, configura uma situação clara de desconhecimento institucional da potencialidade e/ou oportunidade de empreender, tendo como desafio atuar com uma população com baixo grau de instrução para desenvolver regionalmente suas ações.

Quadro 10 – Matriz SWOT da UFVJM/Centro acadêmico estimulado.

	Contribui para a estratégia	Dificulta a estratégia
Aspectos internos	<p style="text-align: center;"><u>Forças</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - pessoal capacitado; - participações em projetos de extensão e pesquisa; - número crescente de projetos de extensão e pesquisa; - empresas juniores; - crescente número de programas de pós-graduação. 	<p style="text-align: center;"><u>Fraquezas</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - falta de estímulo empreendedor nas unidades acadêmicas; - falta de regulamentação; - falta de uma política de inovação
Aspectos externos	<p style="text-align: center;"><u>Oportunidades</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - legislação municipal e federal; - região com potencial cultural, econômico e social a ser desenvolvido. 	<p style="text-align: center;"><u>Ameaças</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - baixa concentração industrial; - alto índice de pessoas sem instrução na região; - baixo investimento das empresas em pesquisa e desenvolvimento.

Fonte: Elaboração própria, 2016.

Com relação ao centro acadêmico estimulado (quadro 10), as ações que foram observadas neste trabalho foram as participações das unidades acadêmicas, mais especificamente de alguns professores e alunos, em projetos de extensão, editais de projetos de pesquisa e envolvimento com as empresas juniores. Outras ações específicas relacionadas à transferência de tecnologia foram percebidas apenas pelas patentes registradas, mas falta uma diretriz clara em relação a política de inovação na UFVJM.

Talvez o baixo índice de empresas que investem em pesquisa e a falta de regulamentação institucional que trate de interações do tipo prestações de serviço, possam ser fatores que inibam projetos mais empreendedores por parte da Unidade Acadêmica.

Como o desenvolvimento regional consta na missão da UFVJM, a Universidade precisa disseminar essa “obrigação” entre todas suas unidades, de modo que suas interações com a comunidade externa tenham esse foco. Professores e alunos precisam ser estimulados para que conheçam as necessidades da região e proponham intervenções da instituição para mudar e melhorar a realidade do cenário social. É necessário também criar mecanismos que atestem a eficiência das interações realizadas com a sociedade.

Concomitantemente, precisa haver maior aproximação entre a academia e as empresas locais, de maneira que as especificidades dessas empresas sejam percebidas e possam direcionar pesquisas para que ocorra transferência de conhecimento e tecnologia. Nesse ponto, pode-se utilizar inclusive a iniciativa de pré-incubação de diversos projetos desenvolvidos na UFVJM.

Quadro 11 - Matriz SWOT da UFVJM/Cultura empreendedora envolvente

	Contribui para a estratégia	Dificulta a estratégia
Aspectos internos	<p style="text-align: center;"><u>Forças</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Eventos disseminadores da cultura do empreendedorismo e inovação; - Desenvolvimento regional presente na Missão da UFVJM. 	<p style="text-align: center;"><u>Fraquezas</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Falta de estímulo empreendedor nas unidades acadêmicas; - Poucos cursos com disciplina de empreendedorismo; - Pouco envolvimento da comunidade acadêmica; - Falta de regulamentação; - Poucas ações identificadas.
Aspectos externos	<p style="text-align: center;"><u>Oportunidades</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Legislação municipal e federal; - Práticas empreendedoras bem-sucedidas de outras universidades. 	<p style="text-align: center;"><u>Ameaças</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Setor industrial pouco desenvolvido na região

Fonte: Elaboração própria, 2016.

O último ponto proposto por Clark (1998, 2003; 2006) refere-se à cultura empreendedora envolvente presente na instituição, e foram observados poucos pontos positivos nesse sentido, como os eventos voltados para o empreendedorismo que acontecem há algum tempo e a missão da Instituição direcionar a comunidade acadêmica também ao desenvolvimento regional. Mas, infelizmente, além de serem poucos os pontos positivos eles fazem parte de um cenário em que o empreendedorismo está, ainda, muito na teoria e pouco na prática da UFVJM.

Apesar de todo incentivo legal e uma região que demonstra grandes oportunidades e até necessidades de interações voltadas para seu desenvolvimento, essa realidade, preocupação e iniciativa não fazem parte da cultura institucional.

A oferta limitada da disciplina de empreendedorismo nos cursos de graduação e a falta de regulamentação para interações do tipo ‘prestação de serviço’ de servidores para a comunidade externa, mais uma vez demonstra que a cultura empreendedora, sob uma perspectiva institucional, não está, pelo menos, totalmente, presente na UFVJM. No entanto, ainda em relação ao último ponto considerado nesta análise, percebe-se, de uma forma geral, que práticas proativas e mobilizações que tenham o intuito de gerar desenvolvimento com a disseminação do conhecimento, vêm aumentando. Mesmo que tal fato se dê um tanto timidamente, na Universidade, ou ainda que com predominância de um empreendedorismo social sobre o mercadológico, mas isso pode ser um sinal de uma consciência empreendedora

se formando. Uma das causas para a pouca participação da comunidade acadêmica pode ser entendida a partir da posição de grupos que, conforme mencionado anteriormente neste trabalho, acreditam que o empreendedorismo universitário é uma ameaça à autonomia da universidade.

Para dar um impulso na cultura empreendedora da universidade, e para que toda a comunidade acadêmica esteja completamente envolvida nesse processo, é necessário criar mais ações institucionais a fim de disseminar esse tema. Palestras, cursos, eventos e seminários são formas de se discutir o assunto e propor mudanças de atitude para que o empreendedorismo faça parte naturalmente do dia a dia das pessoas. É importante também apresentar uma direção institucional sobre o assunto, definindo ações e metas em seus planos de desenvolvimento, incluindo ações nas unidades acadêmicas, ampliar a oferta da disciplina de empreendedorismo para mais cursos. Nesse sentido, práticas bem-sucedidas de outras instituições podem ser utilizadas como exemplo para ações específicas.

Considerando a análise conjuntural de todos os pontos apresentados por Clark (1998, 2003 e 2006) e as análises da UFVJM em todos os quadros, percebe-se um cenário em que alguns dados – sejam positivos, negativos, oportunidades ou ameaças – são comuns aos cinco pontos analisados. Exemplos são o grande número de pessoas capacitadas e as legislações municipal e federal, que favorecem o empreendedorismo. Ao mesmo tempo, uma ausência de regulamentação interna para ações como a prestação de serviços e o campus Sede da UFVJM estar situado numa região de setor industrial pouco desenvolvido podem atrapalhar o desenvolvimento de uma cultura empreendedora na instituição. Outra percepção foi a interrelação dos cinco pontos analisados, uma vez que a mudança em uma determinada situação, como a eliminação de uma fraqueza, pode influenciar não só naquele ponto, mas também em outros dos levantados por Clark (1998, 2003 e 2006).

Quanto à análise da região de Diamantina, demonstrados nos Censos de 2000 e 2010, do IBGE, mesmo o período não sendo exatamente o mesmo do recorte temporal escolhido para este trabalho, percebe-se um desenvolvimento considerável no PIB, no IDH, na renda *per capita* e no valor adicionado aos setores econômicos, que possivelmente tiveram a influência não só da presença da Universidade na região, mas, em alguns casos, pela disseminação do conhecimento gerado em seu interior.

Ainda em relação à análise da Região, é importante considerar características que influenciam no seu crescimento e desenvolvimento, bem como em possíveis interações do município de Diamantina com a UFVJM, com seu entorno e com as demais instituições.

Algumas dessas características se referem ao fato de a cidade ser rodeada por unidades de conservação da biodiversidade, como o Parque Estadual do Biribiri e a Serra dos Cristais, além de ser tombada pela UNESCO como Patrimônio da Humanidade, e esse título trouxe, dentre outras coisas, limitações físicas que não se limitam ao centro histórico, mas, em grande parte de seu entorno. É possível perceber no Plano Diretor do município reflexos destas limitações, o que possivelmente se configura como um entrave à construção e/ou chegada de alguma possível indústria para a Região.

A literatura encontrada sobre universidade empreendedora, em sua grande maioria, trata de realidades europeias ou americanas com contextos ativos de comercialização de conhecimento e não apresentam critérios mensuráveis de análise para universidade empreendedora. Considerando a impossibilidade de mensurar de forma exata e fazendo uma análise nos pontos delimitados por Clark (2006), percebe-se que a UFVJM, apesar de apresentar algumas características que se enquadram em seus princípios, não pode ainda ser considerada uma universidade empreendedora. Faltam à Instituição enfoques, prioridades e valores mais direcionados ao empreendedorismo acadêmico, e ações norteadoras para o desenvolvimento da região, considerando suas peculiaridades.

É possível perceber que os números, tanto das ações como das estruturas da Universidade estão crescendo, o que apresenta um cenário otimista quanto ao crescimento e desenvolvimento institucional. Espera-se que nesse contexto, o crescimento institucional possa ser direcionado para ações de desenvolvimento que consigam transformar a realidade local, gerando emprego, renda e qualidade de vida, não só para Diamantina, mas também em toda sua área de abrangência.

6. Considerações Finais

O papel transformador da universidade é uma demanda da própria sociedade, que espera dessa instituição uma contribuição mais efetiva em seu desenvolvimento econômico, social e cultural. E um dos caminhos para isso é a universidade se tornar empreendedora.

A literatura sobre universidade empreendedora vislumbra muito as realidades americana e europeia, pelo pioneirismo e pela forte cultura empreendedora dos seus povos. Há também um enfoque muito grande na comercialização do conhecimento quando este tema é abordado. No entanto, o empreendedorismo acadêmico não necessariamente tem que acontecer em condições e cenários semelhantes aos mencionados na literatura. Como foi abordado neste trabalho, os significados de empreender são “decidir realizar”, “realizar”, “tentar”, e isso pode acontecer em qualquer situação, desde que se tenha a vontade.

O município de Diamantina está numa região de baixa concentração industrial, predominando a micro empresa. Essa característica sinaliza que para ser empreendedora nesta região, a UFVJM precisa construir uma relação diferenciada com o setor produtivo local, considerando suas características, suas limitações, as possibilidades de diferentes formas de parcerias e tendo sempre a ideia de construção conjunta com a sociedade para que o desenvolvimento de fato aconteça. Outro aspecto a ser levado em consideração é que as interações da universidade com a sociedade não precisam ficar limitadas ao setor produtivo; elas podem ser ampliadas para setores diversificados. O que caracterizará essas interações como empreendedoras é a capacidade de inovar, apresentando soluções que promovam o desenvolvimento econômico, social ou cultural.

A própria missão da UFVJM vislumbra o desenvolvimento regional, pessoal capacitado e infraestrutura já existem na Universidade, por sua vez o campus sede da UFVJM está localizado numa região com grande potencial e até mesmo carência de desenvolvimento. A sociedade diamantinense depositou esperanças e criou expectativas de desenvolvimento com a vinda da FAOD para Diamantina, em 1953, e com a criação da UFVJM há dez anos. Com certeza houve avanços, tanto na estrutura interna da instituição – dando pequenos sinais de um direcionamento empreendedor – quanto na melhoria de alguns indicadores da região. Mas a Universidade ainda tem muito a contribuir.

É necessário que a UFVJM trabalhe a cultura empreendedora por meio de uma maior conscientização do verdadeiro significado do empreendedorismo e suas diversas possibilidades no tripé ensino, pesquisa e extensão, bem como nas demais oportunidades de interação com a sociedade.

Portanto, a partir dos conceitos internacionais de universidade empreendedora encontrados na literatura e considerando as especificidades históricas, culturais e regionais percebidas, este trabalho propõe um conceito de universidade empreendedora, para o contexto brasileiro: “universidade empreendedora é uma instituição que atua de forma efetiva no desenvolvimento econômico e social em sua área de abrangência, promovendo ações concretas com foco na melhoria da qualidade de vida da sociedade, por meio de ações conjuntas entre diferentes setores produtivos, sejam eles públicos, privados, ou ambos”.

6.1 Sugestões para pesquisas futuras

Conforme pôde ser visto neste trabalho, não há um consenso na literatura a respeito do processo de formação e atuação de uma universidade empreendedora e suas consequências.

Para que se tenha um panorama das universidades empreendedoras no Brasil, é necessário que estudos semelhantes ao realizado sejam desenvolvidos em outras universidades, em diferentes estados brasileiros. Posteriormente, estudos comparativos com universidades internacionais já reconhecidas como universidades empreendedoras poderão ser realizados, possibilitando melhor observação da influência de suas diferenças contextuais. Assim será possível perceber que as características da região onde a universidade está inserida interferem também no direcionamento a ser dado às ações de empreendedorismo.

O presente estudo sinaliza ainda que as ações de extensão podem impactar positivamente o desenvolvimento econômico e social da região. Com isso, é importante que as ações de extensão sejam mais bem estudadas considerando o entorno de cada instituição, isso pode proporcionar um ganho expressivo na qualidade de vida da comunidade atendida, seja na área social, econômica ou cultural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, M. “Innovation and entrepreneurship in Brazilian universities”. **International Journal of Technology Management and Sustainable Development**, v.7, n.1, p.39-58, 2008.

ARAÚJO, M.H. *et al.* “Spin–off” acadêmico: criando riquezas a partir do conhecimento e pesquisa. **Química Nova**, v.28, p. 26-35, 2005.

AUDY, J. L. N. **Entre a Tradição e a Renovação**: os desafios da Universidade Empreendedora. In: J. L. N. Audy e M. C. Morosini (orgs.), *Inovação e Empreendedorismo na Universidade*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

AUDY, J. L. N.; FERREIRA, G. C. **Universidade Empreendedora**: a visão da PUCRS. In: J. L. N. Audy e M. C. Morosini (orgs.), *Inovação e Empreendedorismo na Universidade*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

ÁVILA, Affonso (coord). Atlas dos monumentos históricos e artísticos de Minas Gerais: Circuito do Diamante – IV – Diamantina, patrimônio cultural. Fundação JP. Belo Horizonte, v.9, n.7: 463-538, julho 1979.

BARQUERO, A. V. Desenvolvimento Endógeno em tempos de globalização. Tradução: Ricardo Brinco. **Fundação de Economia e Estatística**, 2001.

BARDIN, L. **Análise do conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004.

BASTOS, M. Análise SWOT (Matriz) Conceito e aplicação. **Portal Administração**. Disponível em: <http://www.portal-administracao.com/2014/01/analise-swot-conceito-e-aplicacao.html>. Acesso em: 26 de setembro de 2016.

BOZEMAN, B. Technology transfer and public policy: a review of research and theory. **Research Policy**, Amsterdam n. 29, p. 627-655, 2000.

BRASIL. Decreto n. 19.851, de 11 de abril de 1931. Estatuto das Universidades. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D19851.htm. Acesso em 01 de junho de 2016.

_____. **Lei n. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN). Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 30 de março de 2016.

_____. **Lei n. 10.172**, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm>. Acesso em: 30 de março de 2016.

_____. **Lei n. 13.243**, de 11 de janeiro de 2016. Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113243.htm>. Acesso em: 26 de maio de 2016.

_____. **Lei n. 13.267**, de 06 de abril de 2016. Disciplina a criação e a organização das associações denominadas empresas juniores, com funcionamento perante instituições de ensino superior. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13267.htm. Acesso em: 26 de agosto de 2016.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Crescimento e desenvolvimento econômico**. Notas para uso em curso de desenvolvimento econômico na Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. Versão de junho de 2008. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/Papers/2007/07.22.CrescimentoDesenvolvimento.Junho19.2008.pdf>>. Acesso em 26 mai 2016.

CAMPOS, A. C.; CALLEFI, P.; SOUZA, J. B. L. A teoria de desenvolvimento endógeno como forma de organização industrial. *Acta Scientiarum Human and Social Sciences*, v.27, n.2, p. 163-170, 2005.

CASADO, F. L.; SILUK, J. C. M.; ZAMPIERI, N. L. V. Universidade Empreendedora e Desenvolvimento Regional Sustentável: proposta de um modelo. **Revista de Administração da UFSM**, v. 5, edição especial, p. 633-650, 2012.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. Inovação, globalização e as novas políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico. In:_____. *Globalização e inovação localizada: experiências de sistemas locais do Mercosul e proposições políticas de C&T*. Brasília: IBICT/MCT. 1998.

CHARLE, Christophe; VERGER, Jacques. **História das universidades**. São Paulo: Editora da UNESP, 1996.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez,1991.

CLARK, B. R. **Em busca da Universidade Empreendedora**. In: J. L. N. Audy e M. C. Morosini (orgs.), *Inovação e Empreendedorismo na Universidade*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

_____. **Creating Entrepreneurial Universities**. Oxford: IAU Press-Elsevier, 2003.

_____. The Entrepreneurial University: Demand and Response. **Tertiary Education and Management**, vol. 4, nº 1, pp. 5-16. 1998.

COLLINS, S. WAKOH, H. Universities and technology transfer in Japan: recent reforms in historical perspective. **Journal of Technology Transfer**, v.25, n.2, p. 213-22, June. 2000.

COSTA, A. B. O desenvolvimento econômico na visão de Joseph Schumpeter. **Cadernos IHU ideias**, n. 47, 2006.

CUNHA, L. A. **A Universidade temporã**. O ensino superior da colônia à era Vargas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

CUNHA, L.A. **Ensino Superior e Universidade no Brasil**. In: Lopes et al. (orgs.), *500 Anos de Educação no Brasil*. Belo Horizonte: AUTÊNTICA, 2000.

D'AMBROSIO, Ubiratan. A universidade concebida como resposta às aspirações da sociedade. In: Forum "Sabedoria Universitaria: A UNICAMP ouve seus Professores Emeritos". Campinas, 19/11/2009.

DEBACKERE, K; VEUGELERS, R. The role of academic technology transfer organizations in improving industry science links. **Research Policy**, v. 34, n.3, p. 321-42, Apr. 2005.

DELORS, J. et. al. **Educação um tesouro a descobrir**: relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI. UNESCO: 1996.

DIAMANTINA, patrimônio da humanidade. **Jornal Hoje em Dia** (suplemento), fevereiro de 2000 (edição especial).

DIAMANTINA. **Jornal Hoje em Dia** (suplemento), Belo Horizonte, maio de 2002 (edição especial).

DOLABELA, F. **Pedagogia Empreendedora**. São Paulo: Editora de Cultura, 2003.

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo**: Transformando ideias em negócios. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

_____. **Empreendedorismo na prática**: mitos e verdades do empreendedor de sucesso. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

DRUMMOND, P. H. F. **O Planejamento tecnológico de uma empresa de base tecnológica de origem acadêmica por intermédio dos Métodos Technology Roadmapping, Technology Stage-Gate e Processo de Desenvolvimento de Produtos Tradicional**. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) -Departamento de Engenharia de Produção, UFMG, Belo Horizonte. 2005.

EMPREENDER. In: Dicionário do Aurélio. Disponível em: <<https://dicionariodoaurelio.com/>>. Acesso em 26 de maio de 2016.

ETZKOWITZ, H. Research groups as “quasi-firms”: the invention of the entrepreneurial university. **Research Policy**, v. 32, p. 109-121, 2003.

ETZKOWITZ, H. The evolution of the entrepreneurial university. **International Journal of Technology and Globalization**, v. 1, n. 1, p. 64-77, 2004.

_____. The norm of entrepreneurial science: cognitive effects of the new University-Industry linkages. **Research Policy**, v. 27, p. 823-833, 1998.

ETZKOWITZ, H.; LEYDESDORFF, L. The dynamics of innovation: from national systems and “mode 2” to a triple helix of university – industry – government relations, **Research Policy**, n.29, p.109-123, 2000.

ETZKOWITZ, H.; WEBSTER, A.; GEBHARDT, C.; TERRA, B. The future of the university of ivory tower to entrepreneurial paradigm. **Research Policy**, v.29, p. 313-330, 2000.

FÁVERO, M. L. A. **A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968**. Educar, Curitiba, n. 28, p.17-36, 2006.

FEAUSP, FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Disponível em: <http://www.fea.usp.br/centro-de-empreendedorismo-social-e-administracao-em-terceiro-setor>. Acesso em: 02 de maio de 2016.

FERNANDES, A. C; CONCEIÇÃO, W. **Caminhos do desenvolvimento**. 1ª Ed. Diamantina: UFVJM, 2005.

FIEMG, FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DE MINAS GERAIS. Disponível em: <<http://pcir.fiemg.com.br/>>. Acesso em: 15 de agosto de 2016.

FRANÇA, Junia Lessa; VASCONCELLOS, Ana Cristina de. **Manual para normalização de publicações técnico-científicas**. 9ª Ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 13ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2006.

GAROFOLI, G. **Endogenous Development and Southern Europe**, Avebury, Aldershot, UK, 1992.

GUARANYS, L. R. **Interação universidade-empresa e a gestão de uma universidade empreendedora: A Evolução da PUC-RIO**. Tese (Doutorado em

Ciências em Engenharia de Produção), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

HADDAD, P. R. Força e fraqueza dos municípios de Minas Gerais. *Cadernos BDMG*. Belo Horizonte, n.8, abr. 2004.

HISRICH, R. D; PETERS, M. P; SHEPHERD, D. A. **Empreendedorismo**. 7ª Ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

IEF, INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS. Disponível em: <<http://www.ief.mg.gov.br/areas-protegidas/200?task=view>>. Acesso em 26 de setembro de 2016.

IEPHA, INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS. Disponível em: <<http://www.iepha.mg.gov.br/banco-de-noticias/743-iephamg-apresenta-serra-dos-cristais-diamantina>>. Acesso em: 26 de julho de 2016.

IMPrensa OFICIAL DE MINAS GERAIS. **Vale do Mucuri discute desafios para superação da pobreza**, 11 de outubro de 2011. Disponível em : <http://www.iof.mg.gov.br/index.php?legis_lativo/legislativo-arquivo/Vale-do-Mucuri-discute-desafios-para-superacao-da-pobreza.html> . Acessado em 03 de janeiro de 2016.

INOVAÇÃO. In: DICIONÁRIO Michaelis. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/>>. Acesso em 14 de dezembro de 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE – 2015. Disponível em <<http://www.cidades.ibge.gov.br>>. Acesso em 22 de novembro de 2015.

_____ – IBGE – 2016. Disponível em <<http://www.cidades.ibge.gov.br>>. Acesso em 13 de julho de 2016.

JORNAL INTEGRAÇÃO - **Invasão chinesa gera desemprego na indústria têxtil** – 2011. Disponível em <<http://www.jornalintegracaoitauna.com.br/noticia/invasao-chinesa-gera-desemprego-na-industria-textil.html>>. Acesso em 02 de maio de 2016.

LEMOS, L.M. **Desenvolvimento de spin-offs acadêmicos: estudo a partir do caso da UNICAMP**. Dissertação de mestrado em Política Científica e Tecnológica. Campinas, UNICAMP, 2008.

MACHADO FILHO, A. M. **Arraial do Tijuco Cidade Diamantina**. 3ª Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

MACULAN, A-M., MELLO, J. M. C. “University start-ups for breaking lock-ins of the Brazilian economy”, **Science and Public Policy**, vol. 36, nº. 2, 2009.

MELLO, J.M.C.; RENAULT, T. Integrating entrepreneurial initiatives in Brazilian universities. In: Triple Helix Conference on Transforming University-Industry-Government Relations in Ethiopia, n.1, 2006, Addis Abeba, Ethiopia. **Anais**. Addis Abeba: ETHA, 2006.

MIYATA, Y. An empirical analysis of innovative activity of universities in the United States. *Technovation*. v. 20, p. 413-425, 2000.

MOTTA, M.A.A. Innovation and entrepreneurship in Brazilian universities. **International Journal of Technology Management and Sustainable Development**, v. 7, n. 1, p. 39-58, May. 2008.

CITEC, CENTRO DE INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS DA UFVJM. Disponível em: <http://nitufvjm.com.br/>. Acesso em 03 de fevereiro de 2016.

NOVO, L.F; MELO. P.A. Universidade Empreendedora: fortalecendo os caminhos para a responsabilidade social. In: III Coloquio Internacional sobre Gestión Universitária em America de Sur. Buenos Aires, 2003.

NPESOCIAL, NUCLEO DE PESQUISA SOBRE EMPREENDEDORISMO SOCIAL. Disponível em: <<http://www.npesocial.com.br/>>. Acesso em: 02 de maio de 2016.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 5ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

OLIVEIRA, E. M. Empreendedorismo Social no Brasil: atual configuração, perspectivas e desafios – Notas introdutórias. *Revista da FAE*, v. 7, n.2, p.9-18, jul/dez. 2004.

OLIVEIRA, D. P. R. **Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e práticas**. 4. ed. São Paulo, Atlas, 2010.

PEREIRA, L.B. **Processo empreendedor de *spin-offs* universitárias: principais fatores determinantes**. Dissertação de mestrado em Administração - Centro de Pós Graduação e Pesquisas em Administração da Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Belo Horizonte. 2007

PESQUISA INDUSTRIAL DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA – PINTEC. Tabelas Pintec 2003, 2005, 2008 e 2011. Disponível em: <<http://WWW.pintec.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 13 de maio de 2016.

PORTAL POLO JEQUITINHONHA – **Vale do Jequitinhonha** – 2015. Disponível em: <<https://www2.ufmg.br/polojequitinhonha/O-Vale/Sobre-o-Vale>>. Acesso em: 02 de novembro de 2015.

PROJETO RONDON – Projeto Rondon Nacional. Disponível em: <<http://www.projektorondon.org.br/historia.html>>. Acesso em: 02 de maio de 2016.

REUNI. Ministério da Educação. **Expansão**. Disponível em: <<http://reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni>>. Acesso em: 01 de junho de 2016.

RIED, A. M. C. **Uma análise das Universidades pertencentes ao sistema Acafe do estado de Santa Catarina**. Dissertação (Mestrado em Administração) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2004.

RÖPKE, J. “The entrepreneurial university, innovation, academic knowledge creation and regional development in a globalized economy”. 1998. Disponível em: <<http://etc.online.uni-marburg.de/etc1/010.pdf>>. Acesso em: 9 de fevereiro de 2016.

ROTHAERMEL, F. T; AGUNG, S. D; JIANG, L. University entrepreneurship: a taxonomy of literature. **Industrial and Corporate Change**, v. 16, n. 4, p. 691-791, July 2007.

SANTOS, C. M. C. **A transferência de conhecimento segundo o conceito de Universidade empreendedora**: algumas experiências na Universidade Federal Fluminense (UFF). Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – COPPE, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

SAVIANI, Demerval. **Ensino público e algumas falas sobre universidade**. 4. ed. São Paulo, Cortez, 1987.

SCHUMPETER, J. Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e ciclo econômico. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

SLAUGHTER, S.; LESLIE, L. L. **Academic capitalism**: politics, policies, and the entrepreneurial university. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1997.

SEBRAE, Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais. Disponível em <https://www.sebraemg.com.br/atendimento/conteudo/dados-e-pesquisas/identidade-dos-municipios>. Acesso em: 14 de março de 2016.

SOUZA, E. C. L; GUIMARÃES, T. A. **Empreendedorismo além do Plano de Negócio**. São Paulo: Editora Atlas, 2005.

TEIXEIRA, E.F.B; AUDY, J.L.N. **Universidade Católica: entre a tradição e a renovação**: os desafios da construção de uma universidade empreendedora. In: J. L. N. Audy e M. C. Morosini (orgs.), *Inovação e Empreendedorismo na Universidade*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

UFVJM, UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI. Disponível em <http://www.ufvjm.edu.br/numeros/index.php?option=com_content&view=article&id=12&Itemid=2>. Acesso em: 22 de agosto de 2015.

_____. Projeto pedagógico do curso Bacharelado em Ciência e Tecnologia. 2008.

_____. Resolução nº 01 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Regulamenta ações de extensão na UFVJM. 2007.

_____. Resolução nº 08 do Conselho Universitário. Aprova a criação do Centro de Inovação Tecnológica da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). 2010.

_____. Resolução nº 17 do Conselho Universitário. Aprova a criação de cursos de graduação, modalidade presencial, a serem ofertados no Campus de Janaúba – MG da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). 2012.

_____. Resolução nº 18 do Conselho Universitário. Aprova a criação de cursos de graduação, modalidade presencial, a serem ofertados no Campus de Unaí – MG da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). 2012.

WRIGHT, P; KROLL, M.J; PARNELL, J. **Administração estratégica**: conceitos. 4ª edição. São Paulo: Atlas, 2000.

YIN, R.K. **Estudo de Caso**: planejamento e métodos. 4ª edição. Porto Alegre: Bookman, 2010.

ANEXO A

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Nº de alunos matriculados nos cursos de graduação, modalidade presencial, campus Diamantina.

Ano	Total de alunos (matriculados, trancados ou em mobilidade)	Observações
2005	5	Somente alunos com a situação de trancamento
2006	25	Somente alunos com a situação de trancamento
2007	94	Somente alunos com a situação de trancamento
2008	2453	A matrícula dos alunos passa a ser registrada no SIGA
2009	5749	
2010	7480	
2011	8747	
2012	9034	
2013	9735	
2014	9855	
2015	10379	
2016	23	Somente alunos com a situação de trancamento, matrícula de 2016/1 ainda não foi processada.

ANEXO B

12/01/2017

Dados Gerais



Dados Gerais

DISCENTES

Modalidade	Qtde. de Cursos	Vagas Anuais	Matriculados	Diplomados em 2014	Total Diplomados Pelos Cursos
Graduação Campus JK - Diamantina	27	1570	4860	600	5521
Graduação Campus do Mucuri - Teófilo Otoni	10	600	2131	275	950
Graduação Campus Janaúba	6	400	243	0	0
Graduação Campus Unaí	5	320	130	0	0
Subtotal 1 - Graduação Presencial	48	2890	7364	875	6471
Graduação Educação a Distância - EaD	4	435	735	0	0
Subtotal 2 - Graduação Presencial + EaD	52	3325	8099	875	6471
Pós-Graduação Stricto Sensu - Diamantina	15	256	388	120	435
Pós-Graduação Stricto Sensu - Teófilo Otoni	1	12	12	0	0
Pós-Graduação Lato Sensu	10	841	542	0	2
Subtotal 3 - Pós-Graduação	26	1109	942	120	437
Total Geral Graduação + Pós-Graduação + EaD	78	4434	9041	995	6908